

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA OBRA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO
(1629 – 1724)

VANESSA FREITAG DE ARAÚJO

MARINGÁ
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA OBRA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO (1629 – 1724)

Dissertação apresentada por VANESSA FREITAG DE ARAÚJO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: História e Historiografia da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:

Prof. Dr.: CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

MARINGÁ
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

A663e Araújo, Vanessa Freitag de
Educação e religião na obra de Alexandre de Gusmão
(1629-1724). / Vanessa Freitag de Araújo. -- Maringá, 2010.
135 f. : il. color., figs.

Orientador : Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

1. Educação - História. 2. Educação - Brasil Colônia. 3. Educação - Jesuítas. 4. Padre Alexandre de Gusmão, 1629-1724 - Educação infantil - Religião. 5. Jesuítas - Manuais de história da educação - Século XVII. 6. Companhia de Jesus - Brasil - História. I. Toledo, César de Alencar Arnaut de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 21.ed. 370.98109032

VANESSA FREITAG DE ARAÚJO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA OBRA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO (1629 – 1724)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo (orientador) - UEM

Prof. Dr. João Carlos da Silva – UNIOESTE – Cascavel

Prof. Dr. Peter Johann Mainka - UEM

Maringá, 27 de março de 2010

Dedico este trabalho aos meus pais, Miranda (*in memoriam*) e Marly...

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter alcançado mais essa vitória.

À minha mãe, Marly, que, como ninguém, apoiou-me nos momentos difíceis, brindando comigo a cada etapa vencida.

À minha irmã Juliana, que mesmo estando longe acredita no meu trabalho e torce por mim.

Aos meus amigos Cláudio, Hudson, Amanda e Luciana, por todo incentivo e companheirismo.

Ao meu orientador Cézar, pela competência, profissionalismo e constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade.

Aos professores Célio, Marisa, João Carlos e Peter por todas as contribuições apresentadas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos secretários, Hugo e Márcia, pela prontidão e pela eficiência.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

Ad maiorem Dei gloriam.

ARAÚJO, Vanessa Freitag de. **EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NAS OBRAS DE ALEXANDRE DE GUSMÃO (1629 – 1724)**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2010.

RESUMO

Pesquisa sobre o pensamento do padre português Alexandre de Gusmão (1629-1724). Ele foi uma importante liderança dos jesuítas no Brasil do século XVII e início do século XVIII. Legou-nos, entre textos catequéticos e sermões, o total de treze obras, das quais foram selecionadas cinco para análise no trabalho, que são: *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), *Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio* (1678), *Historia do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689) e *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686). Tais obras foram escritas em meio ao clima da pujança jesuítica na educação e na catequese, e expressam brilhantemente a filosofia educacional dos jesuítas. Gusmão foi um dos primeiros autores em terras brasileiras a tratar do tema da infância, portanto é considerado um dos primeiros pedagogos do Brasil-Colônia. Também escreveu a primeira obra de ficção e foi fundador do primeiro colégio interno da colônia. Sua visão de educação é estreitamente ligada à religião e a conceitos de civilidade, um estilo de textos voltados aos temas da educação e do cuidado das crianças e também, do cuidado-de-si, de grande profusão naquela época, considerando o conjunto de comportamentos que caracterizou o período revolucionário da burguesia naquele contexto histórico. O objetivo do trabalho é analisar a concepção de educação e religião de Gusmão, marcada pelo modelo educacional da Companhia de Jesus, bem como pelo contexto histórico do século XVII. Mesmo com a importância da atuação educacional dos jesuítas, a Ordem, assim como o Brasil-Colônia, ainda é pouco estudada na historiografia da educação. Isso pode ser afirmado ao verificar que, embora as contribuições de seus escritos, Alexandre de Gusmão é foco de poucos estudos, tanto que obras e referências sobre ele são poucas e difíceis de ser encontradas fora dos próprios manuais e livros de membros da Companhia de Jesus, e aspectos de sua vida e obra confundem-se com outros autores homônimos.

Palavras-chave: Educação; Educação Brasileira; História da Educação; Alexandre de Gusmão; Século XVII; Jesuítas.

ARAÚJO, Vanessa Freitag de. **EDUCATION AND RELIGION IN ALEXANDRE DE GUSMÃO'S BOOKS (1629 – 1724)**. 135 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2010.

ABSTRACT

Research about the line of thought of the Portuguese priest Alexandre de Gusmão (1629-1724). He was an important Jesuit leader in the 17th century and beginning of the 18th century Brazil. His legacy, among catechetical texts and sermons, totalises thirteen Works, five of which were selected for analysis: *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), *Escola de Belém*, *Jesus Nascido no Presépio* (1678), *Historia do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689) and *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686). Such Works were written amidst the Jesuit puissance in education and in catechesis, and brilliantly express the educational philosophy of the Jesuits. Gusmão was one of the first authors in Brazilian lands to convey the infancy theme, therefore being considered the first educator of colonial Brazil. He has also written the first fiction book and has been the founder of the first boarding school of the colony. His education view is narrowly linked to religion and civility concepts, a whole genre of texts dedicated to the subjects of education and the care for children and also, the care for the self, of great profusion in that time, considering the characteristic behaviour from the revolutionary bourgeoisie in that historical context. The objective of this work is to analyse Gusmão's educational and religious conceptions, shaped by the educational model of the Society of Jesus, as well as by the historical context of the 17th century. Although its influence is irrefutable, the order, just like colonial Brazil, is still poorly studied in Historiography of Education. Even though his writings were wholly contributory, Alexandre de Gusmão is not the focus of many studies, hence the difficulties in finding works and references related to him outside of the books and manuals of members of the Society of Jesus, and aspects of his life and work mix with the other homonymous authors.

Key words: Education; Brazilian Education; History of Education; Alexandre de Gusmão; 17th century; Jesuits.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMPANHIA DE JESUS.....	17
2.1. Fundação e organização da Companhia de Jesus.....	19
2.2. A Companhia de Jesus e a Reforma Católica.....	30
2.3. A filosofia educacional da Companhia de Jesus.....	35
2.4. A atuação da Companhia de Jesus no Brasil colonial.....	42
3. A COMPANHIA DE JESUS COMO TEMA NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	55
3.1. Manuais de História da Educação.....	59
3.2. Manuais de História da Educação no Brasil.....	70
3.3. Coletâneas sobre educação no Brasil.....	77
3.4. Manuais de História da Companhia de Jesus.....	80
4. EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVII.....	82
4.1. A educação jesuítica em terras brasileiras no século XVII.....	83
4.2. Educação de crianças, religião e civilidade.....	88
5. A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO.....	93
5.1. Alexandre de Gusmão: vida e obra literária.....	94
5.2. Educação e religião nas obras de Alexandre de Gusmão.....	102
6. CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXOS.....	123

1. INTRODUÇÃO

Este estudo da atuação da Companhia de Jesus em terras brasileiras, mais especificamente do conceito de educação e de religião na obra do Padre Alexandre de Gusmão (1629-1724), está ligado às atividades de pesquisas desenvolvidas desde a graduação no curso de Pedagogia.

O primeiro estudo realizado sobre a Ordem e a educação no Brasil colonial, foi um projeto de iniciação científica, realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), intitulado *O projeto pedagógico jesuítico na obra de Alexandre de Gusmão (1629–1724)*, desenvolvido no período de 2005 a 2006. A mais recente publicação da obra de Gusmão *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, em 2004 pela Editora Martins Fontes, foi o que estimulou a pesquisa. Os resultados foram publicados na VIII Semana de Educação de Cianorte (UEM), e na Revista *Publicatio*, volume 16, ano 2008, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com o artigo intitulado *Sobre o conceito de infância do padre Alexandre de Gusmão (1629-1724)*.

O fato de ser um autor pouco estudado, embora seja um clássico, pois foi um dos primeiros a tratar do tema infância na colônia, sendo considerado o primeiro pedagogo do Brasil, motivou também os estudos sobre o autor e sobre o período. No entanto, a dificuldade de encontrar outras obras de Gusmão e de autores que o estudavam e a existência de três Alexandres de Gusmão, todos da Companhia de Jesus, cujas obras e referências biográficas facilmente são confundidas, constituíram-se em um problema de pesquisa que foi estudado posteriormente, e se concretizou na elaboração desta dissertação.

Devido à escassez de fontes para dar continuidade à pesquisa sobre Alexandre de Gusmão, foi desenvolvido, de 2006 a 2007, um segundo projeto de iniciação científica que focou-se nas peças de teatro de José de Anchieta, intitulado *Catequese e Educação no teatro de José de Anchieta (1534-1597)*. Os resultados dessa pesquisa foram publicados no II Encontro de Pesquisa em Educação, V

Jornada de Prática de Ensino, XIV Semana de Pedagogia da UEM: Violência na Escola e da Escola, em 2007.

No desenvolvimento do projeto desta pesquisa, foi iniciado um processo de buscas de fontes, que estavam, em sua maioria dispersas. Foram necessárias as digitalizações de obras raras que foram encontradas na Biblioteca da Universidade de São Paulo (USP) para o estudo e as produções acadêmicas, dissertações e teses sobre Alexandre de Gusmão, foram defendidas justamente no ano em que se iniciou a presente pesquisa.

O objetivo deste trabalho é analisar a concepção pedagógica e religiosa do padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629–1724), no contexto do século XVII, em terras brasileiras, por intermédio das obras *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), *Escola de Belém*, *Jesus Nascido no Presépio* (1678), *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689) e *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686). A pesquisa analisa a educação dentro do período histórico proposto no estudo (século XVII e início de século XVIII) delimitando, sobretudo, a perspectiva cristã de educação marcada pelo modelo educacional da Companhia de Jesus.

Considera-se que a concepção de educação aqui utilizada mais abrangente do que aquela que se restringe à instrução, mas define-se a partir do tipo de homem que a sociedade necessita formar e reproduzir, isto porque falar em educação numa determinada sociedade é referir-se além das instituições escolares existentes nela, ao conteúdo, às regras ou e também aos objetivos que elas possuem.

Para discutir a importância da ação dos padres jesuítas é necessário analisar o evidente papel exercido pela Companhia de Jesus em terras brasileiras e também sua influência no mundo moderno. Na América do Sul, a Companhia de Jesus tornou-se também uma espécie de organizadora política e cultural e dos territórios colonizados por Portugal. Dessa maneira, a análise da filosofia jesuítica de ensino é fundamental quando se pretende discutir tanto a história quanto a educação no Brasil.

A influência dos padres não se limita ao ensino das primeiras letras, mas também é considerada importante para os processos de expansão ultramarina e colonizador de Portugal no século XVI. Isto porque a Companhia de Jesus atuou na transmissão e manutenção de culturas por intermédio da educação, determinou a organização da sociedade, a supressão de uma cultura por outra. Assim, a Ordem jesuítica foi essencial para o acultramento, para a manutenção do poder de uma classe dominante na sociedade mercantil, educando os filhos dos principais, atuando como homens de negócios, justificando a escravidão, e dessa maneira, sustentando o *status quo*.

A Igreja Católica, ao longo de sua história, desenvolveu um grande poder de influência na sociedade. Esse alcance não abrange apenas o campo religioso, mas, também, o político-econômico, e conseqüentemente abrangendo diversos aspectos que compõem a organização social. Destacamos neste estudo a Idade Moderna, período de conquistas de novos territórios, encabeçadas pelas duas primeiras grandes potências européias da Modernidade: Portugal e Espanha.

A Igreja passou por uma cisão e uma reformulação interna que, no entanto, não afetou seu raio de alcance, mas, modificou seu núcleo, proporcionando novas formas de atuação. A separação do mundo cristão ocidental entre católicos e protestantes trouxe, dentro do Catolicismo, o destaque para uma Ordem religiosa iniciada em 1534 pelo padre espanhol Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus. Nessa perspectiva, o primeiro capítulo, intitulado *Aspectos históricos da Companhia de Jesus* trata sobre os primórdios da Ordem, bem como sua atuação na Reforma Católica e seu projeto educacional de instrução e catequese.

A Companhia de Jesus é uma Ordem que possui, entre outros fatores, diferenciais que marcam-na com traços de Modernidade e a distingue das demais ordens monásticas: o quarto voto de obediência irrestrita ao Papa, o Vigário de Cristo; a obrigação da documentação de acontecimentos da Ordem por intermédio de cartas aos superiores; a formação intelectual que a Companhia de Jesus determina para os padres da Ordem e o trabalho missionário, de maneira que não permaneçam enclausurados em mosteiros, mas no trabalho com o objetivo de salvação de almas independentemente dos territórios a que fossem enviados para o

desenvolvimento de catequese e instrução. Os jesuítas também foram conselheiros de príncipes.

Dessa maneira, os padres jesuítas se tornaram verdadeiros militantes da Igreja Católica a mando da Santa Sé, para executar missões evangelizadoras e de povoamento, angariando novos fiéis e atuando na manutenção dos antigos, combatendo o momento de descrédito pelo qual a Igreja atravessava, devido à Reforma Protestante e à sua própria reforma.

Nesse cenário desenvolvia-se o processo de colonização do Brasil no qual a atuação dos padres da Companhia de Jesus foi fundamental, pois foram enviados às terras brasileiras a mando da Coroa portuguesa, para desenvolverem trabalhos missionários. A missão jesuítica compreendia a catequização, a conversão do gentio e a instrução dos colonos e seus descendentes. Tendo em vista que a Ordem, até a data de sua expulsão em 1759, atuava de maneira quase que hegemônica na educação, a importância da pedagogia jesuítica para a história da educação no Brasil colonial é um fato que não pode ser desconsiderado, sendo que sua influência não se prendia apenas ao campo educacional, nem somente ao Brasil. No entanto, tanto o período colonial quanto a atuação da Companhia de Jesus, ainda são pouco estudados se comparados aos diversos outros momentos da história do Brasil. Nesse momento do trabalho, o segundo capítulo, intitulado *A Companhia de Jesus como tema nos manuais de História da Educação*, traz análises das citações e capítulos destinados ao período colonial e à atuação jesuítica em manuais de História da Educação e História da Educação no Brasil, com o intuito de mostrar o posicionamento dos autores em relação ao trabalho educativo desenvolvido pela Ordem, observar o destaque feito para as contribuições dos jesuítas em quase dois séculos de atuação missionária no Brasil colonial e as razões pelas quais esse momento histórico ainda é pouco estudado se comparados a outros períodos.

Os padres da Companhia de Jesus – e a Igreja Católica em geral – trouxeram diversas contribuições teológicas, que podem ser considerados como uma pedagogia religiosa, e existe vasta bibliografia sobre o tema, que vão de fontes de fácil acesso à materiais raros que encontram-se em arquivos que não permitidos ao público. Porém, alguns aspectos e autores dessa história não têm recebido a

atenção merecida, como é o caso de Alexandre de Gusmão e, por isso o foco do terceiro capítulo, intitulado *Educação no Brasil do século XVII*. O objetivo deste capítulo é analisar como se organizava a sociedade do período e como isso refletia no processo educativo desenvolvido pelos jesuítas. O século XVII, de acordo com Echaníz (2006), representa todo o esplendor da Companhia de Jesus.

As obras de Alexandre de Gusmão não têm sido objeto de estudos com a mesma frequência que outros jesuítas. Suas obras, com a exceção de *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, são obras raras e de difícil acesso. Por essa razão, também é encontrado pouco material sobre sua biografia, e aspectos de sua vida confundem-se com a de seu afilhado homônimo - o diplomata e secretário de D. João V Alexandre de Gusmão (1695–1753). Porém, as obras de Gusmão contribuíram grandemente para a educação na colônia, principalmente para a constituição do conceito de infância no Brasil.

Intitulado *A concepção pedagógica de Alexandre de Gusmão*, o quarto e último capítulo tem por objetivo estudar uma lacuna na educação brasileira no que diz respeito a autores clássicos no período colonial, por intermédio da discussão de suas obras, buscando analisá-las como reflexo da expressão da cultura colonial, bem como seus fundamentos religiosos e pedagógicos.

Suas obras *Escola de Belém*, *Jesus Nascido no Presépio* (1678) e *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), foram utilizadas como base para a criação do Seminário de Belém da Cachoeira em 1678, na Bahia. O livro *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* é, verdadeiramente, um clássico, porque expressa o projeto pedagógico jesuítico com maestria e foi muito utilizado durante os séculos XVII e XVIII, até 1759, ano da expulsão dos jesuítas. A infância e sua história, com poucas exceções, não tem sido objeto de estudo no Brasil, a não ser recentemente, mais especificamente após a década de 1980.

A importância das obras de Alexandre de Gusmão estendem-se para a literatura bem como, logicamente, para a religião. Gusmão escreveu a primeira obra de ficção do Brasil, que é a novela alegórica moral *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685) e os livros *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potências da alma, conforme ensina Sto. Inácio*

fundador da Companhia de Jesus (1689) e *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686), que explicitam a proposta católica da Ordem jesuítica.

A investigação inicia-se tomando como pressuposto a organização social do homem com seu momento histórico e a educação como reflexo da ordem social, ou seja, a representação das relações de classe na medida em que se articula com as relações sociais, que não são isentas de intencionalidades. Marx e Engels (1986), consideram que a produção material da vida encaminha as transformações, o que os faz considerar a determinação da consciência pela vida material. E que esse movimento é sempre um produto histórico, no qual tudo o que se tem enquanto produtos sociais são provenientes de conquistas das gerações históricas e que se modificam em função das necessidades que se criam nas sociedades. Portanto, não se deve partir do pressuposto que a educação e a religião ou qualquer outra relação é dada, posta e imutável, esse processo ocorre conforme as movimentações históricas.

Nesse sentido, busca-se entender quem eram os jesuítas como homens de seu tempo, como estava organizada a sociedade do período, o homem cristão que pretendiam formar, interpretando as relações históricas como conseqüências da vivência da espontaneidade da sociedade, sem tomar um posicionamento de apologia ou de crítica da Companhia.

Buscou-se com essa pesquisa por intermédio da análise das obras de Alexandre de Gusmão, sua interferência na colônia, sua biografia e bibliografia, analisar o reflexo da influência jesuítica no cenário educacional brasileiro, questionando se esse ensino era uma educação que apenas perpetrava o elitismo, no qual apenas ricos e nobres tinham acesso, que buscava manutenção de súditos da Igreja e do regime social.

A Companhia de Jesus, com suas metodologias de ensino – sejam essas pelo intermédio dos próprios colégios da Ordem, ou pela utilização de sermões, música, teatro, livros, catequese – é uma instituição social e cultural que, mesmo não sendo exclusivamente escolar, produz uma espécie de filosofia da educação ao trabalhar com as questões sociais e humanas, de forma religiosa e intencional (com objetivos delimitados).

Os conteúdos dos materiais escritos pelos jesuítas do período expressam o ser humano que se relaciona coletivamente com outros seres humanos expondo as mazelas da sociedade e as dificuldades. Porém, expressam também os sucessos que essa mesma sociedade produziu e nesse sentido, compreendem o que significou para o Brasil a implantação da cultura letrada propagada pelos padres jesuítas no século XVII.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA COMPANHIA DE JESUS

Para compreender a concepção de educação e religião na obra do padre português Alexandre de Gusmão (1629–1724), torna-se essencial analisar primeiramente a fundação e os aspectos históricos da Ordem religiosa que este padre pertencia, a Companhia de Jesus. A Ordem jesuítica exerceu grande influência na educação em terras brasileiras, pois sistematizou o ensino na Colônia, desenvolveu o papel catequizador entre os nativos e a instrução dos colonos. Dessa maneira, compreender como se organizava a Ordem em seus mais diversos aspectos, é fundamental para analisar os princípios que norteiam a pedagogia de Alexandre de Gusmão em seus escritos, bem como o desenvolvimento da educação no Brasil colonial.

A fundação da Companhia de Jesus ocorreu em um momento histórico conturbado, no qual a sociedade estava em transição para a modernidade. Portanto, para que se compreenda a existência da própria Ordem, a sua fundação, seus objetivos e a suas contribuições para o pensamento moderno, é necessário também a análise do contexto histórico. Embora passando por transformações, Reforma Protestante e Reforma Católica, expansão marítima, a conquista do Novo Mundo, as mudanças sociais dos séculos XVI e XVII (período de fundação da Ordem católica e delimitado para o estudo) proporcionaram diversas concepções pedagógicas e processos educativos diferentes para cada camada social que, por um lado, demonstram que a educação estaria cada vez mais laica e racional - considerando que a escola e o ensino possuem uma íntima relação com ideologia – e por outro lado sendo utilizada como uma forma de transmissão e manutenção de culturas, como a portuguesa, no caso do trabalho educativo dos jesuítas no Brasil colonial:

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As *letras* deviam significar adesão *plena* à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo

social. Não se trata, a meu ver, de possibilitar o acesso ao livro, ao livro sagrado: nem estamos na Alemanha, nem a leitura da Bíblia estava na linha do devocionismo vigente. Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. A certa altura da catequese dos índios, os próprios jesuítas vão julgá-las desnecessárias. E os colégios, estes sobretudo, se voltam para os filhos dos principais. A cultura hegemônica assim o dispunha (PAIVA, 2000, p. 43-44).

Há de se considerar na pesquisa também a perspectiva que os missionários jesuítas que, de acordo com os escritos de membros da Ordem – como Alexandre de Gusmão, por exemplo - viam a necessidade da educação dos gentios com o intuito legítimo de encaminhá-los a verdade divina. E essa educação, muitas vezes, ocorria da mesma maneira e local onde se dava a educação da elite, remetendo ao caráter de universalidade da catequese e da religião.

Lembrando que nesse momento a função de Igreja e Estado, embora cada com objetivos e funções próprias, possuíam diversos interesses em comum, e que o conceito educação não implica somente ao conteúdo escolar e a formação intelectual, mas também ao convívio social, consoante ao período em que a sociedade européia transita, que caracterizou o período revolucionário da burguesia, e que consistiu, entre outras coisas, a etiqueta, a cultura, a idéia de civilização e o Estado-Nacional. A pesquisa apresenta a questão educacional como formadora de valores, vícios e conceitos nos indivíduos, que propaga a cultura com intencionalidade e que abrange não apenas a educação escolar formal, nos colégios e instituições, mas também a educação informal e não-formal, como na catequese e missões.

A educação desse período, em especial na colônia, expressa a pedagogia da Companhia de Jesus em seu apogeu. A influência dos padres jesuítas no território era grande - fato que por vezes tornou-se contra a própria Ordem - considerando que eram conselheiros políticos e vieram para a colônia a pedido da Coroa portuguesa. Isso significa dizer que Companhia de Jesus representava a hegemonia católica na educação, além da religião, nos domínios portugueses.

2.1. Fundação e organização da Companhia de Jesus

A história da Companhia de Jesus, em seus mais diversos aspectos - desde sua fundação, organização, objetivos e metodologias, vinda ao Brasil, até a sua expulsão das terras brasileiras - possibilita também a análise da organização social da época e, conseqüentemente, da formação do indivíduo que o período histórico demandava. Assim, ao abordar ações de homens reais, a Companhia de Jesus, por intermédio das obras de seus padres e sua história, permite que se investigue a educação dos homens daquele período, não apenas pelo olhar da escola, mas da religião.

Para o padre jesuíta e historiador português Serafim Leite (2004, p.3, v. I) “a fundação da Companhia de Jesus é um dos fatos mais importantes do século XVI e Santo Inácio, seu fundador, um dos homens de maior influência espiritual no mundo moderno”. Percebe-se, dessa forma, a importância da influência da Companhia de Jesus no pensamento da modernidade, seja na religião e política, quanto na educação. Sobre a extensão do alcance do trabalho realizado pelos padres da Companhia de Jesus e a importância do estudo da Ordem para a compreensão da formação cultural no país:

A Companhia de Jesus exerceu uma evidente influência na formação do pensamento moderno, principalmente por meio de seu trabalho missionário e educacional. Nas terras americanas, essa influência foi ainda maior. Constituiu-se em uma das mais importantes matrizes da organização política e social em todas regiões do continente colonizadas pelos países ibéricos. A partir de tal constatação, entendemos que estudar as diversas mudanças na formação e na articulação dos modos de pensar dos padres jesuítas que aqui atuaram pode nos possibilitar uma melhor compreensão de nossa própria formação cultural, especialmente no Brasil, onde os jesuítas deram forma à primeira educação escolar (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2003, p. 257).

Da união de sete estudantes da Universidade de Paris nasceu a Ordem católica Companhia de Jesus (*Societas Iesu*) em 1534, mais precisamente no dia

quinze de agosto: Inácio de Loyola (1491-1556, Azpeitia), Pedro Fabro (1506-1546, Sabóia), Diogo Laínez de Almazan (1512-1565, Castela), Afonso Salmerón (1515-1585, Toledo), Nicolau Afonso (1509-1590, Bobadilha), Francisco Xavier (1506-1552, Navarra) e Simão Rodrigues (1510-1579, Vouzela). De acordo com John W. O'Malley (2004), inicialmente não houve uma intenção de fundar uma Ordem religiosa, mas apenas uma união espiritual de amigos, que pretendiam terminar os estudos, praticar a meditação cotidiana, a confissão, a comunhão e os exercícios propostos por Inácio de Loyola e que, a cada ano, se encontrariam novamente no mesmo dia e local, para renovarem os votos ali estabelecidos.

Após o combinado, partiriam rumo a Veneza, para irem a Jerusalém realizar um trabalho de evangelização, ou então, para Roma, com o intuito de se apresentarem à disposição do Papa. Ao declarar essa obediência e fidelidade ao Papa – passo fundamental para a Reforma Católica – e por possuir flexibilidade, ou seja, não possuir orações fixas, a Companhia de Jesus, desde seu esboço, se apresenta com um diferencial em relação aos votos das demais ordens religiosas existentes. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter (2007, p. 43) aponta que, por essa característica, e por ter sido fundada em meio do contexto de transformação e transição da sociedade, a Companhia de Jesus “foi uma Ordem que já nasceu moderna”. Sobre os votos feitos pelos sete estudantes, que mais tarde se tornariam os primeiros membros da Companhia de Jesus:

[...] os sete estudantes passaram suas horas livres juntos em conversa devota, tentando imaginar para onde seus futuros os poderiam levar. Nesse período eram apenas “amigos no Senhor”. [...] Na festa da Assunção de Maria em 15 de agosto de 1534, eles se uniram por voto para trilhar o mesmo caminho de ação, assim como levar uma vida de pobreza. A decisão de viver em celibato estava implícita ao tornarem-se padres, apesar desses votos e da decisão relacionada à ordenação, todos insistiram em relatos posteriores sobre essa virada crucial em suas vidas, que não tinham a intenção de fundar uma nova ordem religiosa. Para Inácio, contudo, uma carta posterior a seu irmão mostra que, naquele período ou imediatamente depois, uma idéia sobre essa possibilidade já tinha germinado (O'MALLEY, 2004, p. 57).

A Companhia de Jesus foi fundada em sua essência como uma Ordem verdadeiramente militante, cujos objetivos eram servir a Deus em votos de pobreza, peregrinação a Jerusalém e castidade em prol da salvação de almas, sob submissão incontestável do Papa. Sobre a manhã na qual reuniram-se os setes estudantes parisienses - que resultaria na fundação da Ordem missionária e educacional – e suas respectivas personalidades:

No piso inferior da pequena capela, os sete amigos ficaram a sós, e ali constituíam um grupo suficientemente heterogêneo para representar a variedade de nações e temperamentos dos futuros membros da Companhia. Eles vinham de diferentes origens: três castelhanos, dois guipuzcoanos, um navarrese, um português e um saboiano. Havia também uma diferença de idades: Íñigo estava com 43 anos, Fabro e Xavier com 28, Bobadilla com 25, Simão Rodrigues com 24, Laínez com 22 e Salmerón mal completara 19. Havia também a diferença do ponto de vista temperamental: Íñigo, o líder nato, Fabro, o afável, o ardente Xavier, o sensível Simão Rodrigues, o irrequieto Bobadilla, o perspicaz Laínez e Salmerón, o jovial. Mas lá estavam todos reunidos num só ideal.

Fabro, o único sacerdote entre eles, celebrou a missa da Assunção. Na hora da comunhão, voltou-se para seus companheiros com a hóstia consagrada na patena e, ajoelhados em seus lugares, cada um deles pronunciou seus votos. Depois que todos terminaram, Fabro deu-lhes a comunhão e, voltando-se para o altar, pronunciou também os próprios votos (ECHANÍZ, 2006, p.38-39, v. I).

A concretização dos objetivos estabelecidos para o início do que se tornaria a Companhia de Jesus, o de “serem *bons soldados* de Cristo e do Papa, uma *companhia* de Jesus e do seu Vigário na Terra” (ROSA, 1954, p. 32, grifos do autor), aconteceria por intermédio de meditações, comunhões, orações, estudos e práticas de piedade, baseados na experiência religiosa exposta nos *Exercícios Espirituais*, aos quais submeteram-se os seis pilares da Ordem, aplicados por Inácio de Loyola.

Os *Exercícios Espirituais* (2000) é um livro escrito em 1523 - porém impresso com a aprovação papal apenas em 1548 - por Inácio de Loyola, liderança do grupo, que fundamenta a fé cristã e a espiritualidade da Companhia de Jesus. Os *Exercícios Espirituais* – que podem ser praticados por todas pessoas que assim desejam - baseiam-se na disciplina, oração, sacramentos, jejuns e abnegação interior e possuem como princípios a criação do homem para seu fim maior

predestinado (o contato com Deus e seus ensinamentos), a crença em Jesus Cristo como encarnação do filho de Deus, e por intermédio da razão elucidada pela fé, a busca dos homens para seguir os passos de Jesus, negando o pecado e o prazer.

Diferentemente das demais Ordens religiosas daquela época, os *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loyola mostram uma perspectiva de atuação missionária que não se baseia no isolamento em mosteiros afastados das cidades, mas em uma Ordem verdadeiramente militante. Esse posicionamento e a forte formação intelectual exigida dos membros da Ordem católica proporcionou e justificou o envio e a atuação de padres jesuítas nas mais diversas e longínquas regiões do mundo no processo de evangelização e conseqüentemente, de educação. Nesse sentido, os padres da Companhia de Jesus atuavam em três áreas: missão, educação e aconselhamento de reis e príncipes. A respeito da maneira de se definir a espiritualidade pelos *Exercícios Espirituais* e sua influência na forma de se organizar a Companhia de Jesus:

Os *Exercícios* acomodam-se a todo o gênero de pessoas. Mas para os que seguem ou escolhem a perfeição religiosa, Santo Inácio dá-lhes dela um conceito novo. Até então a vida religiosa considerava-se um afastamento do mundo. Santo Inácio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma campanha para a conquista do mundo. [...] Fundada nos Exercícios, a sua espiritualidade reveste caráter magnífico de unidade, precisão, largueza de vistas, flexibilidade e segurança. A espiritualidade da Companhia está na base de quase todos os Institutos Religiosos, fundados depois dela (LEITE, 2004, p. 7, v. I).

Embora fundada em 1534, por intermédio da liderança do padre Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus passou a existir oficialmente em vinte e sete de setembro de 1540, com a bula *Regimini Militantis Ecclesiae* - que poderia ser traduzida para o português como “Para o Governo da Igreja militante” - do Papa Paulo III (Alessandro Farnese, 1468-1549), que aprovou a existência jurídica e canônica da Ordem. Sobre importância da atuação do papa Paulo III para a consolidação da Companhia de Jesus, e também para a Reforma Católica:

O papa Paulo III, que havia subido à Cátedra de São Pedro em 1534, foi o pontífice que mais favoreceu a Companhia de Jesus. Foi ele quem instituiu a Ordem, em 1540, por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae*. Mesmo antes de conhecer os jesuítas, já conhecia a sua fama, pois em todas as cidades nas quais se hospedavam, notava-se uma verdadeira reforma dos costumes e da própria religião. Dessa forma, o papa percebeu o potencial deste pequeno grupo e, quando não conseguindo ir para Jerusalém eles se colocaram às suas ordens e à sua disposição, ele ordenou que ficassem em Roma, que tanto necessitava de uma reforma. Tanto Paulo III quanto Inácio de Loyola acreditavam que se a cabeça da Igreja - Roma, o papa e seus cardeais - se reformassem, toda ela se reformaria por conseguinte e sem muito esforço (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p.106, grifos do autor).

Os membros da Companhia de Jesus após a aprovação papal eram limitados a sessenta, algo que foi revogado três anos mais tarde pela bula *Injunctum nobis*, em quatorze de março de 1543. A bula *Regimini Militantis Ecclesiae* está incluída na *Fórmula do Instituto*, na qual está contida a legislação da Ordem católica.

As pretensões da Companhia que a *Fórmula do Instituto* abrange, e as respectivas obrigações de seus membros eram, de acordo com Leite (2004): a fiel obediência ao Papa, aos romanos pontífices e seus sucessores; a salvação dos homens e a propagação do evangelho da fé ortodoxa, independente dos territórios para os quais fossem enviados os padres jesuítas; a instrução dos meninos baseada nos dez mandamentos; o voto de perpétua pobreza, que proibia os membros de possuírem direitos civis sobre bens e rendas – considerando que isso não excluía a possibilidade de se ter colégios e universidades que proporcionassem rendas, que ficariam em poder da Companhia e do Prepósito; a leitura do Evangelho; a confissão; o desapego das vontades e a oração individual de acordo com os ritos da Igreja católica; entre outros. Segundo consta na *Fórmula do Instituto*, sobre a função, organização e objetivos da nova Ordem:

Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como um soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir o único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na Terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar

o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública prègação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e, nomeadamente, ensinar aos meninos e rudes a verdade do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu Instituto, que é um como caminho para chegar a Êle, e de conseguir por tôdas as forças êste fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da graça, que o Espírito Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zêlo não regulado pela ciência.

O Juízo, porém, do grau, que deve ter cada um, e a distinção e distribuição dos ofícios ficará inteiramente nas mãos do Prepósito ou Prelado, que havemos de eleger, para que se guarde a boa ordem, necessária em toda a comunidade bem formada. E êste Prepósito, tomando o parecer dos companheiros, terá autoridade de fazer em Congregação, sempre a maioria dos votos, as Constituições, que sejam conducentes à conservação do fim que nos é proposto. Entenda-se, contudo, que nas coisas mais importantes e perpétuas será formada a Congregação pela maior parte de toda a Companhia, que o Prepósito puder cômодamente convocar; e, nas de menos gravidade e transitórias, por todos os que suceder acharem-se presentes no lugar em que o Prepósito resida. A êste, porém, compete todo o poder de mandar (LEITE, 2004, p. 4, v. I).

Ao estabelecer como objetivos a obediência e a fidelidade ao Papa, explica-se porque os membros dessa Ordem são denominados jesuítas, e não inacianos, diferindo das demais Ordens religiosas, cujos membros eram designados de acordo com o nome do fundador da Ordem. Podem-se citar como exemplos franciscanos, beneditinos, agostinianos, dominicanos, entre outros.

Como a Ordem tinha como finalidade a propagação da fé cristã, independente do território onde fossem enviados os seus padres, esse tema é abordado na Fórmula, ratificando o peso e a responsabilidade dos que adentram a Companhia de Jesus. Sobre o caráter militante da Ordem e, sobretudo, a respeito das características dos ingressos na Companhia de Jesus e suas respectivas funções no processo missionário desenvolvido, a *Fórmula do Instituto* ainda prescreve que:

Pelo que, os que se houverem de juntar conosco, antes de se submeterem os ombros a esta carga, considerem demorada e sèriamente se possuem tanto cabedal de bens espirituais, que possam acabar a construção dessa torre, conforme o conselho do Senhor, quer dizer, se o Espírito Santo, que os move, lhes promete

graça tão abundante, que esperem, confiados no seu auxílio, poder levar o pêso desta vocação; e, depois que sob a inspiração divina se alistarem nesta milícia de Jesus Cristo, deverão estar de dia e noite dispostos e a ponto para o cumprimento de tão grande obrigação. Mas, para que não haja entre nós quem ambicione ou recuse tais missões e incumbências, prometa cada um que nunca, nem direta nem indiretamente, tratará delas com o Pontífice Romano, mas deixará todo êsse cuidado a Deus, ao mesmo Pontífice, como a seu Vigário, e ao Prepósito da Companhia; e o Prepósito por sua vez prometa, como os demais, que não negociará com o dito Pontífice para ser enviado a esta ou àquela missão, a não ser com o Conselho da Companhia (LEITE, 2004, p.4, v. I).

As demais Ordens religiosas possuíam monges enclausurados em mosteiros, diferentemente à Ordem dos jesuítas que, por sua vez era um exemplo de Ordem do século XVI - cuja característica é uma visão ampliada do alcance social e função da Igreja. Os padres da Companhia de Jesus agiam de acordo com o projeto que abrangia a missão e a colonização da Igreja Católica, de acordo com Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003, p 4), com o objetivo de “manter e propagar a fé católica em uma fase em que ela é contestada pela Reforma, pelas religiões orientais e dos povos do Novo Mundo, mas também internamente”. Dessa maneira, o voto de obediência está ligado também às barreiras geográficas, ou seja, os padres da Companhia de Jesus atuavam de maneira missionária onde era determinado pela Santa Sé, e as transferências territoriais dos padres não possuíam empecilhos burocráticos, como nas demais Ordens católicas.

Para adentrar a Companhia de Jesus, é estabelecido o Exame Geral. Dividido em oito capítulos, o Exame é “destinado a conhecer o que entra; e também, a dar-lhe a conhecer o que é a Companhia” (LEITE, 2004, p. 5). De acordo com o Exame, os candidatos a adentrar a Companhia de Jesus poderão pertencer a quatro hierarquias (sem contar o noviciado) após as provas determinadas, que são: professo de quatro votos, professo de três votos; coadjutor espiritual formado e coadjutor temporal formado.

Aos candidatos são feitas questões para o ingresso na Companhia, tais como: verdadeiro desejo para tornar-se um religioso, se possui vontade de permanecer até seu falecimento na Companhia de Jesus, origens familiares, aptidões e talentos,

entre outras. São destacados também aos futuros jesuítas as obrigações dos votos da Companhia que, assim como as demais Ordens, são: pobreza, castidade e obediência. O voto diferencial da Companhia de Jesus em relação as demais ordens é a já citada fidelidade e obediência ao Papa. Dessa maneira, o candidato a jesuíta não “encontra assim atrativos humanos ou lisonjas, dissimulações ou enganos” (ROSA, 1954, p. 121) para ingressar na Companhia de Jesus, pois além de um mês de Exercícios Espirituais, provas e experimentos que são recomendados, lhe é exposto como é “dura e pesada a vida desta milícia espiritual, longe dos cômodos e ternura da família, das riquezas e honras” (ROSA, 1954, p. 121).

São excluídos os candidatos que possuírem impedimentos pessoais, que são: ser portador de alguma debilidade mental, ter praticado heresia ou ser cismático, ter cometido homicídio, for infame, possuir laços matrimoniais ou de escravidão, ter sido membro de outra Ordem religiosa. Se por acaso houver no candidato a genuína vontade e vocação para seguir dentro da Companhia, são necessários ainda: saúde física e mental, inteligência e bom ânimo. Fatores como riqueza, autoridade e nobreza não possuem peso algum na admissão dos jesuítas. Sobre o caráter dualista da obra, que abrange tanto o administrativo (função de controle da Companhia), quanto a valorização da subjetividade, demonstrando traços das modernidades:

Tal propósito requeria um direcionamento duplo da estrutura: uma voltada para a organicidade da hierarquia e administração de seu funcionamento e outra para o sujeito e sua espiritualidade. O que poderia parecer uma dualidade eram, na verdade, as duas faces do espírito moderno: o desabrochar da subjetividade e o crescimento assombroso das estruturas de dominação e controle dessa mesma subjetividade. Evidentemente, o movimento e o propósito não eram os pretendidos pelos jesuítas, que desejavam apenas salvar a Igreja e os fiéis.

A definição de regras precisas e rigorosas para o ingresso na Ordem jesuítica demonstra o espírito da Igreja Católica em processo de renovação interna e que requeria naquele momento, além de uma *militiae* (armada) de um novo tipo, o desenvolvimento de uma consciência de pertencimento esclarecido à religião e à Igreja. O combate contra infiéis, pagãos e hereges era uma possibilidade bastante próxima para os religiosos daquela época. Assim se pode entender também o conceito de perfeição como sinônimo de

salvação. Perfeição que poderia e deveria “ser conquistada” pelos cristão-católicos (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p. 109).

Estabelecida e reconhecida a Companhia de Jesus, sua organização - expressa na Fórmula do Instituto - é baseada e ampliada nas *Constituições*. As *Constituições* começaram a ser escritas em 1539 por Inácio de Loyola, com o auxílio do também jesuíta João Codure, até o falecimento desse em 1541, quando Loyola retoma o trabalho sozinho até 1547. De 1547 a 1556, Inácio as escreveu com a ajuda de João Alfonso Polanco (1516-1577). De acordo com Serafim Leite (2004), as *Constituições* foram promulgadas nas províncias a partir de 1552, no entanto, Inácio de Loyola, até sua morte em trinta e um de julho de 1556, não parou de revisá-las e aperfeiçoá-las. Composta por dez partes, as *Constituições* organizam a vida dentro da Ordem, determinando regras de ingresso, permanência e desligamentos, formação intelectual e espiritual, cuidado e observação com o próximo e aumento do número de membros da Ordem dentro do seu objetivo, entre outros (CONSTITUIÇÕES, 2004).

A primeira parte das *Constituições*, dividida em quatro capítulos, aborda a escolha dos futuros jesuítas, as condições para os ingressos e a maneira de tratá-los. A segunda parte, também dividida em quatro capítulos, trata da necessária demissão – voluntária ou não - dos não aptos para a permanência na Companhia, relacionando os motivos morais e físicos para justificar a mesma. O terceiro momento determina a formação espiritual dos jesuítas, com dois anos de noviciado, abnegação de si mesmo, dedicação e submissão à vontade divina e a seus superiores. Com dois capítulos, a terceira parte aborda, desta maneira, a perfeição que deve ser objetivada pelos jesuítas, tanto física quanto espiritualmente.

Composta por dezessete capítulos, a quarta parte trata da formação intelectual, não apenas dos membros, mas também de alunos externos, e pode ser considerada como um esboço do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*¹.

¹ Conjunto de regras educativas e organizacionais dos colégios jesuíticos, que influenciou a educação e a pedagogia moderna, esboçado em 1586, publicado experimentalmente em 1591, porém, promulgado apenas em 1599 (ARNAUT DE TOLEDO, 2000; FRANCA 1952)..

Embora não fosse esse o foco, tendo em vista que a Companhia de Jesus foi uma Ordem que surgiu com ideal missionário, a questão educacional tornou-se essencial para o trabalho desenvolvido pelos jesuítas. Sobre a importância da quarta parte das *Constituições*:

[...] esta é uma parte muito importante, pois, como visto, a Companhia que foi fundada como Ordem missionária, viu em pouco tempo, a ascensão e propagação de sua forma de ensino, por meio da disseminação de seus Colégios, não somente na Europa, mas em todo o mundo. Nesse sentido, as *Constituições* tiveram o papel de organizar e disciplinar a vida nos colégios da Ordem e, devido a essa organização e disciplina, os jesuítas obtiveram sucesso e ao mesmo tempo, críticas no plano pedagógico. Esta parte seria mais tarde complementada pelo método pedagógico dos jesuítas, a *Ratio Studiorum* (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p. 111).

A quinta parte das *Constituições*, dividida em quatro capítulos, trata da hierarquia e da incorporação dos formados na Companhia. Destaca-se na quinta parte a necessidade dos jovens sacerdotes, após o término dos estudos de um terceiro ano de acréscimo para enfim serem agregados a Ordem. Henrique Rosa (1954) considera esse fator como mais uma inovação de Inácio de Loyola em relação a demais ordens religiosas:

[...] prolongar primeiramente por dois anos o noviciado, e depois, terminado este, não admitir-se logo o noviço à profissão dos votos solenes, como se costumava em todas as Ordens antigas, mas somente aos votos simples, ainda que perpétuos, com determinação de os renovar por devoção duas vezes no ano, e com a promessa, que tem força de voto, de entrar na Companhia e nela perseverar até à morte no grau que ela determinar (ROSA, 1954, p. 123).

O sexto momento, dividido em cinco capítulos, trata das obrigações comuns de todos os ingressos na Companhia de Jesus, tais como a obediência e a pobreza. Considerando também que a pobreza aqui abordada não se trata apenas da material, mas sim do total desprendimento e renúncia pessoal dos padres jesuítas. A sétima parte se divide em quatro capítulos e trata da incorporação, ocupação e deveres dos jesuítas dentro da Ordem, o envio de padres para missões, submissão

ao quarto voto da Companhia, pois se o Papa determinasse uma missão e escolhesse os indivíduos, deveria ser obedecido sem questionamentos.

A oitava parte indica como se deve dar a união dos padres da Companhia, mesmo estando em diversos locais do mundo, realizando as missões determinadas. Essa união é fundamental, pois a “Companhia não alcançaria seus propósitos, se os seus membros não estivessem unidos entre si e com a cabeça que os governa” (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p. 112). Esta parte, por sua vez, é composta por sete capítulos. A nona parte, dividida em seis capítulos, aborda o papel do Superior Geral. Como esta função é vitalícia, inclui também o cuidado da escolha para o cargo e o cuidado que a Companhia demanda ao seu governo.

Destaca-se que essa parte das *Constituições* é fundamental, pois, por intermédio da obediência, e para a manutenção da comunicação entre os membros da Ordem, a importância das cartas que todos os jesuítas em missões eram obrigados a escrever para seus superiores, relatando as situações vividas. Dessa maneira, constituíram-se importantes documentos históricos que são conservados até os dias atuais, os quais permitem o estudo de como se organizavam a Companhia de Jesus na época, e conseqüentemente, por seus relatos fieis e detalhados da visão dos padres jesuítas, permite-se estudar como se dava a sociedade da época. Nessa perspectiva, essas cartas e os documentos expedidos pelos jesuítas, são a expressão de uma visão de uma camada da sociedade, que nesse caso representa a visão da Igreja Católica, sobre algum fato ou acontecimento, como por exemplo: como eles interpretavam sua cultura, como concebiam o ensino, suas relações com o governo, enfim, como os membros da Companhia de Jesus entendiam a organização social de sua época. No final dessa parte das *Constituições*, o progresso e desenvolvimento da Companhia são discutidos.

A décima parte das *Constituições* da Companhia de Jesus, aborda o tema da conservação da Companhia de Jesus e do aumento do número de membros, por intermédio dos ideais que remetem aos objetivos de sua fundação. Dessa forma, a disciplina, a obediência, a flexibilidade de orações, os votos e as virtudes exigidas demonstram que “a organização hierárquica de caráter militar foi fundamental no

sucesso que a Companhia obteve na formação do mundo moderno” (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p. 112).

A partir dessas considerações, compreende-se a importância do estudo da Companhia de Jesus e sua influência no mundo moderno - que não se limita apenas ao campo educacional - pois a Ordem também surgiu dentro da Igreja Católica, com o intuito de fortalecê-la e combater o avanço da Reforma. (O'MALLEY, 2004). Durante os cinco séculos de existência, a Ordem conta com considerável número de santos, que são aproximadamente quarenta e quatro, cerca de cento e trinta e nove beatos e dentre esses jesuítas, cento e cinquenta e oito são mártires (SCHNEIDER, 1997).

2.2. A Companhia de Jesus e a Reforma Católica

Há de se considerar que a fundação da Companhia de Jesus ocorreu em um conturbado momento histórico, o século XVI, pois não se pode desconsiderar o contexto da Reforma Protestante e da Reforma Católica. Denominar-se-á aqui no texto estes termos, e não Reforma e Contra-reforma, considerando o movimento histórico das relações sociais estabelecidas que refletiam na Igreja. Isto, ao interpretar as relações históricas como conseqüências da vivência da espontaneidade da sociedade, ou seja, trata-se de uma transformação da cultura por intermédio das experiências sociais.

Nessa perspectiva, a Igreja não guerreava para ser maior ou melhor, mas passava por um momento de transformação. A Igreja Católica, independente da Reforma Protestante, necessitava ser repensada internamente desde a Idade Média. Ruckstadter (2006, p.40), aborda que, apesar das tentativas de renovação que a Igreja Católica passava desde os séculos XII e XIII - pois estava exposta a uma situação de grande descrédito político e religioso - “o que se estabeleceu no século XVI foi a separação da cristandade”.

Durante o período de cisão da Igreja - devido às críticas de monges e padres sobre a política e a moral do alto clero daquela época - destaca-se a venda de indulgências e de cargos eclesiásticos. De acordo com Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (2002), estes fatores - que preocupavam tanto membros dissidentes da Igreja quanto o próprio clero - possibilitaram o nascimento do Protestantismo dentro da própria Igreja Católica, cujo principal representante foi o monge agostiniano alemão Martinho Lutero (1483–1546).

Lutero expôs na porta da Igreja de Wittenberg (Alemanha), teses nas quais denunciava a corrupção da Igreja e da cúria romana e propunha elementos para um novo direcionamento. Este ato proporcionou um maior enfraquecimento da fragilizada Igreja Católica, que o ameaçou de excomunhão, caso não houvesse uma retratação por parte de Lutero, fazendo-o assim romper definitivamente com a Igreja Católica. Sobre a excomunhão do monge:

Por conta, não só de suas posições nada ortodoxas em matéria de fé e teologia [...], mas também (e talvez principalmente) por suas críticas à vendas de indulgências levada a efeito pelo Papa Leão X desde 1515 para o término da construção da Basílica de São Pedro em Roma, Lutero foi excomungado em 1520 através da **Bula Exsurge** domine de 15 de junho e considerado herético em 1521, através da **Bula Decet romanum pontificem**, de 3 de maio. E mesmo tendo seus livros proibidos, as questões que suscitou passaram a ser discutidas amplamente. Não foram poucas as tentativas de reconciliação de Lutero e com a Cúria Romana (ARNAUT DE TOLEDO, 1996, p. 54-55, grifos do autor).

A respeito das tentativas de reconciliação entre Martinho Lutero e a Igreja católica, Casimiro (2002), acrescenta que não fora seu intento a separação da Igreja, mas sim, a crítica aos abusos, com o objetivo de modificação, sendo que suas teses, em suma: aconselham a penitência, alertam para a falsa confiança na salvação por intermédio de indulgências e dinheiro, a importância da caridade e do evangelho, entre outras recomendações. Dessa maneira, a Reforma Protestante não possuía apenas um caráter administrativo e moral, mas também teológico:

Com o surgimento do protestantismo no início do século XVI, o mundo ocidental iniciou uma cisão religiosa que dividiu o mundo cristão em católicos e protestantes. Existem várias explicações sobre a Reforma Protestante, mas, geralmente, fala-se em duas causas principais: a explicação tradicional diz que a Reforma aconteceu devido a abusos e desordens que havia na Igreja de então, sobretudo na própria cúria romana.

[...]

Na explicação dos protestantes, os reformadores quiseram evocar o genuíno e autêntico sentido do cristianismo, do qual, a Igreja romana, aos poucos, se separava. Outros textos mostram que Lutero não queria se separar da Igreja. Queria, sim, uma transformação radical: do primado papal, da liturgia, dos dízimos, das imagens etc. (CASIMIRO, 2002, p. 86-87).

A Reforma Protestante influenciou o mundo tanto de forma religiosa, quanto cultural, econômica, política, e também pedagógica, embora esse não tenha sido o intuito inicial de Martinho Lutero - assim como também não fora para a Companhia de Jesus. No entanto, percebe-se que, como citado anteriormente, as mudanças históricas refletem em todos os aspectos da sociedade. Para Lutero, a Reforma deveria proporcionar a distinção entre poder eclesiástico e secular, na qual a Igreja trabalharia em prol do povo no que fosse respectivo aos direitos divinos dos homens e do poder secular, fazendo dessa forma uma organização social e política justa.

Com a eleição do papa Paulo III (1534-1549) e a convocação do Concílio de Trento (1546–1563), a Igreja católica procurou manter a unidade e sua influência sobre os príncipes católicos. A relação estabelecida entre a fundação da Companhia de Jesus e a Reforma Católica ocorreu devido ao quarto voto, sendo então considerada uma das representações máximas desse movimento de reação católica à Reforma Protestante, pois “a história dos jesuítas é, sem dúvida, inseparável da então chamada Contra-Reforma, e eles têm sido freqüentemente considerados símbolos de tudo que era ruim ou de tudo que era bom naquele acontecimento” (O’MALLEY, 2004, p. 16). É importante considerar aqui que o termo Contra-Reforma foi o escolhido pelo autor citado.

Por meio de suas missões e de seu trabalho educativo e catequizador, a Companhia de Jesus, com seu caráter militante de forte formação intelectual e espiritual, liderou o processo de reforma interna de Igreja. No entanto, afirmar que a

Ordem fora fundada única e exclusivamente com o intuito de conter o protestantismo, é tão equivocados quanto afirmar que a Igreja Católica atravessou uma reforma interna apenas por se encontrar ameaçada pelo avanço do protestantismo e pela quebra de sua hegemonia, quando estava sendo realmente repensada.

Caso fosse esse o objetivo da fundação da Companhia, John W. O'Malley (2004) aponta que a Reforma Protestante teria tido influência nos planos originais, e, ao invés de peregrinarem para Jerusalém para evangelização e catequização, teriam decidido ir para Wittenberg, Alemanha. Como a peregrinação não foi possível por causa das condições desfavoráveis, devido ao momento de guerra entre Suleiman e Veneza, os jesuítas seguiram para Roma, onde se colocaram à disposição do Papa. Outro fator que os fez mudarem o rumo da peregrinação foi uma experiência mística de Inácio de Loyola. A respeito das versões sobre o relato da experiência:

Parece que temos duas versões do fato: uma de Fabro, que chegou até nós por meio de São Pedro Canísio; e outra de Laínez, relatada numa exortação que fez para os jesuítas de Roma em 1559. De acordo com a versão de Fabro, o Pai disse a Inácio: "Eu estarei com você em Roma", ao passo que, segundo Laínez, a frase teria sido: "Eu lhe serei propício em Roma", e acrescenta: "Parecia-lhe estar vendo Jesus Cristo na cruz ao seu lado e que o Pai, também ao seu lado, dizia a Seu Filho: 'Desejo que aceiste esse homem como teu servidor'. E o próprio Jesus, por sua vez, fez exatamente isso, dizendo: 'Quero que você nos sirva'" (ECHANÍZ, 2006, p. 50, v. I).

Embora não tenha sido criada com esse propósito, a ação missionária da Companhia de Jesus e o posicionamento dos padres da Ordem em relação ao movimento de Reforma Protestante trouxeram colaborações para a Reforma Católica. Sobre o posicionamento dos jesuítas em relação a Reforma Protestante e sua influência na Reforma Católica, O'Malley afirma que:

Com tal alternativa veio a probabilidade quase inevitável de alistar-se na batalha contra o protestantismo. Favre já estava na Alemanha nos últimos anos de 1540, mas não devido a uma iniciativa jesuítica. Por volta de 1550, contudo, a "defesa da fé" se deslocou para seu lugar privilegiado na *Fórmula*, porque os jesuítas tinham começado a perceber que a Reforma lhes indicava uma obrigação pastoral da mais alta urgência.

Eles tinham de fato essa tendência de entender a Reforma como um problema principalmente pastoral. Eles viram suas causas fundamentais curas relacionadas não somente a temas doutrinários, mas principalmente à condição espiritual das pessoas envolvidas e ajudaram a perpetuar essa interpretação, o que coincidia com suas próprias convicções sobre o que era mais importante na vida (O'MALLEY, 2004, p. 37).

O caráter missionário, a obediência ao Vigário de Cristo, o momento no qual se encontrava a Igreja Católica, a expansão marítima, a descoberta do Novo Mundo, o avanço do protestantismo, permitiram um contexto para o trabalho de evangelização dos jesuítas, que iniciaram uma tarefa que não figurava seus objetivos iniciais: a educação e o ensino, em colégios, universidades e utilizando a catequização como de modo preservação e propagação de suas verdades religiosas.

Sobre o ministério educacional dos padres jesuítas, Henrique Rosa (1954, p.42) classifica a Companhia de Jesus como “Ordem missionária e docente”. O papel educacional da Ordem acabou por destacar-se em suas atividades, e é importante considerar que o objetivo missionário dava-se concomitantemente com a educação, seja essa instrução direcionada para a formação de filhos da elite, para os filhos de colonos e sertanejos ou para a catequização de indígenas. Nessa conjuntura, deve-se considerar também que era natural que os religiosos tivessem o domínio das letras e as passassem para os demais. Isso porque era tradição que a cultura desse momento histórico interligasse a religião com os estudos das letras.

De maneira coerente com os objetivos iniciais de fundação da Companhia de Jesus, que constam nos documentos que regulam e organizam a Ordem (a salvação de almas, propagação das verdades cristãs e a obediência ao Papa), os padres jesuítas tornaram-se instrumentos para a manutenção da fé na Igreja Católica. Isto porque a Ordem estava incumbida de enviar missionários para trabalhos evangelizadores, não somente para as regiões européias onde o protestantismo avançava, mas também para diversas regiões do mundo, como por exemplo, os domínios portugueses e, conseqüentemente o Brasil colonial.

2.3. A filosofia educacional da Companhia de Jesus

Das contribuições e inovações que a Companhia de Jesus trouxe ao mundo moderno, destaca-se a questão educacional, cujos traços metodológicos, curriculares e organizacionais refletem de maneira decisiva no ensino, até os dias atuais. Ao tratar da atuação dos padres jesuítas, inclusive em terras brasileiras, torna-se fundamental que se aborde o trabalho de instrução e catequese desenvolvido por esses, que por meio da educação realizaram suas expedições missionárias.

A Companhia de Jesus trouxe grande contribuição para o ensino e sua pedagogia influenciou a educação na modernidade. Embora não tenha figurado os objetivos iniciais da fundação da Ordem, a educação tornou-se um importante artifício tanto para a realização das missões de evangelização, quanto para a própria formação dos membros da Companhia. A formação intelectual dos padres jesuítas era essencial para a preparação e para o desenvolvimento de seus trabalhos.

Dentre as inovações que a Ordem católica trazia dentro das obras que a orientava e regulava, especificamente nos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loyola, destaca-se a valorização do sujeito individualizado no processo de desenvolvimento espiritual, pois “a grande contribuição do autor reside mesmo na própria operacionalização dos exercícios para o espírito que se tornou uma obrigação para os jesuítas e é inovador no desdobramento de uma nova pedagogia religiosa que exige a instituição de um novo sujeito e que nele é centrada” (ARNAUT DE TOLEDO, 1996, p. 96).

Nos *Exercícios Espirituais*, Inácio de Loyola descreve que a busca da aprendizagem espiritual e a salvação da alma, depende de mais sacrifícios que a caridade e a solidariedade, que eram tidos como bases da doutrina cristã, mas sim de um trabalho árduo e individual, no qual o sujeito necessita de fato buscar sua salvação, por intermédio de disciplina e esforço de cada um, e do auto-exame de consciência. Percebe-se então que o ânimo pessoal e a graça divina é que resultariam na salvação do indivíduo. Dessa maneira, Loyola estabeleceu um novo

conceito dentro dos dogmas católicos, o da autonomia do sujeito. Sobre os *Exercícios Espirituais* e a salvação da alma, que é individual e vai além das obras de caridade:

A diferença é a novidade introduzida que é a forma e a operacionalização disto. Ele não fala apenas de *obras caritativas* mas de um aprendizado árduo no caminho do conhecimento de si e que o sujeito só pode realizar praticamente sozinho.

Na primeira parte já estão delineadas genericamente, as bases da pedagogia jesuítica: a idéia da aprendizagem como um trabalho espiritual, fundado na rígida disciplina, que terá sempre o sentido de “dominar a natureza” (ARNAUT DE TOLEDO, 1996, p. 98, grifos do autor).

A quarta parte das *Constituições*, intitulada “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo e os que pertencerem na Companhia”, trata dos primeiros passos da atividade pedagógica da Ordem jesuítica, que, no entanto, necessitaria de um plano de estudos mais detalhado e que determinasse as funções inerentes dentro dos colégios, previsto por Inácio de Loyola. Isto para evitar as freqüentes mudanças devidas a diferentes opiniões e mudanças de prefeitos de estudo e professores.

Após a fundação da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola compreendeu que havia a necessidade da criação de estabelecimentos de ensino para a formação de seus membros. A quarta parte das *Constituições* abrange a formação do quadro que compunha a ordem, no intuito de capacitá-los para a docência e para o trabalho missionário (CASIMIRO, 2002).

Percebe-se, dessa forma, que desde os primórdios de sua fundação, a Companhia de Jesus, de maneira não intencional, já estava delineando a sua forma de conceber sua pedagogia. Com a percepção de que, pelo ensino poderiam ter acesso a novos fieis e a formação intelectual proporcionaria bons cristãos, a educação tornou-se instrumento de conversão. Assim, os colégios jesuítas proliferaram - sendo que o primeiro colégio foi fundado em Messina, na Itália, em 1548 - nos quais grandes intelectuais obtiveram sua formação, tais como: René Descartes ([1596-1650](#)) – cuja influência da educação jesuítica serviu de base para

sua formação filosófica, Charles de Montesquieu (1689-1755), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Denis Diderot ([1713-1784](#)), entre outros.

Ao tomar como base os intelectuais que estudaram nos colégios da Companhia de Jesus, bem como o papel fundamental da Ordem na Reforma Católica, Leonel Franca, que faz uso ao termo Contra-Reforma, afirma que “a obra educativa dos colégios da Companhia foi um dos fatores mais eficientes da contra-reforma católica, senão também que a ela se acha ligada grande parte da aristocracia intelectual dos últimos séculos” e que, a educação propagada pela Companhia é “um sistema pedagógico que tem em seu abono a prova decisiva de uma experiência multissecular” (FRANCA, 1952, p. 5).

Dessa maneira, essa formação intelectual representava uma educação elitista, no qual apenas ricos e nobres tinham acesso, uma educação que buscava manutenção de súditos da Igreja e do regime social. Percebe-se, também, uma outra perspectiva sobre a educação que ocorria em determinados estabelecimentos jesuíticos, como no Seminário de Belém da Cachoeira (Bahia), fundado pelo padre Alexandre de Gusmão em 1678 - foco de análise desse estudo - no Brasil colonial.

De acordo com Leite (2004), o Seminário de Belém da Cachoeira, dirigido durante anos por Alexandre de Gusmão, possuía caráter popular, no qual crianças pobres, filhos dos moradores do sertão, estudavam, não só as primeiras letras como também tinham acesso a cultura erudita. No entanto, ao ter acesso às primeiras letras, os indivíduos passavam a possuir alguma formação, o que os diferenciava dos demais, já que o acesso à educação não era para todos. Embora tenham diferentes origens, os alunos formados pelos jesuítas ascendiam uma classe social com a instrução. Dessa maneira, a formação jesuítica possui caráter elitista.

Embora a atuação dos jesuítas não fosse isenta de ações políticas e intencionalidades, o ideal de propagação da fé e salvação de almas, por meio da educação, não se mantinha apenas aos mais afortunados. Sobre os estabelecimentos de ensino jesuíticos, Franca (1952, p.5) ainda afirma que “em 1750, poucos anos antes da sua supressão (1773) por Clemente XIV, a Ordem de Inácio dirigia 578 colégios e 150 seminários, ao todo, 728 casas de ensino” e, de acordo com O'Malley (2004), nesse período, os jesuítas atuavam em mais de 800

estabelecimentos, inclusive em universidades. Célio Juvenal Costa (2007, p.32) ainda acrescenta que “o colégio não se restringia ao espaço da educação dada pelos jesuítas aos brancos cristãos ou aos filhos de escravos e nativos, pois ele era o centro administrativo da vida dos jesuítas, principalmente nas terras em missão”.

Com a fundação dos colégios pertencentes à Companhia de Jesus, surgiu a necessidade da elaboração de um novo documento que orientasse como se daria essa educação e como regular seu funcionamento. Com quatrocentas e sessenta e sete regras, esboçado em 1586, o *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, foi promulgado apenas em 1599. Este tratado da educação jesuítica é baseado nas Constituições, no qual toda a metodologia de ensino, disciplina e funções ali determinada, tem como intuito objetivos essencialmente religiosos, pois, de acordo com José Maria de Paiva (1981, p. 2) “o colégio jesuítico só tem sentido à medida que atender a este objetivo”.

Da fundação da Companhia – e seus primeiros escritos relacionados à educação - e seus colégios, do primeiro esboço, até a sua promulgação, passaram-se décadas. O *Ratio Studiorum* é um plano de estudos baseado na prática das experiências educativas e missionárias e na reflexão filosóficas dos padres membros da Ordem, e não apenas resultados de estudos elaborados por “três ou quatro padres os quais teriam elaborado um tratado pedagógico com força de lei” (COSTA, 2007, p. 40).

As estruturas e normas do *Ratio Studiorum* servem como referencial para todos e quaisquer colégios da Companhia, independente da “localização geográfica, social, política e econômica” (PAIVA, 1981, p 2). Percebe-se, no entanto, que sua sistematização não contempla todas as regiões, como no caso do Brasil colonial, dificultando a possibilidade de fazer valer todas as regras. De acordo com Costa e Menezes (2009) o *Ratio Studiorum*, o plano de estudos jesuíticos:

[...] regulamentava rigorosamente os estudos nos colégios jesuíticos, cujo fim principal era a formação do futuro jesuíta. No entanto, não se tratava de uma sistematização tão hermética que não permitisse contemplar especificidades de regiões, nas quais não se poderiam aplicar totalmente as regras e nem oferecer todos os cursos. É o caso do Brasil no período colonial (COSTA; MENEZES, 2009, p. 34).

Os conteúdos do *Ratio Studiorum* e a formação dos colégios da Companhia de Jesus eram baseados nas línguas clássicas (latim e o grego) e não referem-se à educação de crianças pequenas e à alfabetização – embora alguns membros da Ordem tenham dedicado obras ao tema, assim como Alexandre de Gusmão – e se estabelecem em dois níveis de ensino: as Classes Inferiores, que abrangem o curso de Humanidades, Gramática e Retórica, e as Faculdades Superiores, que compreendem os cursos de Filosofia, Artes, Física, Matemática, Geografia, Astronomia, Metafísica, Ética e Psicologia. Finalmente, aos futuros padres, o curso de Teologia, que nos dias atuais, poderia ser considerado como uma pós-graduação (PAIVA, 1981).

A evangelização, a catequização e a instrução aconteciam simultaneamente, e as características dessa educação eram a obediência, a disciplina, os castigos, a religiosidade, o teatro, as artes e a emulação (competição entre alunos e turmas). A emulação era estimulada e premiada, para incentivar os esforços nos estudos, e era apenas um reflexo de como se organizava a educação na Companhia, pois “o próprio processo de ensino e aprendizagem dos jesuítas é altamente competitivo e, por isso mesmo, todo aproveitamento e toda vitória são tidos como os melhores prêmios. A exteriorização disso se faz nos atos solenes, com a agraciação dos méritos” (PAIVA, 1981, p.6). Sobre o *Ratio Studiorum*:

Numa crítica muito sumária, podemos caracterizar a ação pedagógica dos Jesuítas como sendo perfeitamente integrada. Ela é fundada, com efeito, numa visão unívoca do homem inteiramente endereçado para Deus, mediante a Igreja Católica. Esta vocação deve realizar-se em todas as manifestações da vida humana. O *Ratio Studiorum* espelha fielmente esta univocidade de visão e, por isso, não desvincula educação de instrução, instrução de vida cristã, ciência de fé, vida profana de vida espiritual (PAIVA, 1981, p.17).

As metodologias das aulas dos colégios e seminários da Companhia de Jesus tinham como objetivo o trabalho religioso da Ordem, ou seja, a utilização das ciências e das letras para a glória de Deus e salvação de almas, e isso pode ser visto

quando o *Ratio Studiorum* determina que as aulas se iniciem com uma oração. Na sistemática das aulas há ênfase na repetição e na memorização, cuja sequência é a verificação dos estudos, correção dos exercícios pelo professor enquanto os alunos realizam outra atividade, repetição da última lição, preleção de novo conteúdo, interrogação sobre o novo conteúdo e ditado do tema.

Os princípios do *Ratio Studiorum* são essencialmente religiosos - utilizando a educação como forma de conexão entre os homens e Deus, na qual o conhecimento e as ciências são auxiliares para o desenvolvimento das virtudes e da fé no indivíduo - e seguem os objetivos da criação da Companhia de Jesus, que é a busca da verdade divina, a salvação de almas e o aperfeiçoamento da Igreja, seguindo o lema da Ordem *Ad maiorem Dei gloriam* (para maior glória de Deus, em latim). O *Ratio Studiorum* é o reflexo de como se organizava a Companhia de Jesus:

A arquitetura do RATIO STUDIORUM ultrapassa toda a limitação da simples instrução e leva, propositalmente, a determinada educação, em que o conceito de homem é o apresentado pela Igreja do século XVI, ou seja, uma referência essencial a Deus de um ser que se caracteriza pelo uso da razão, e esta razão alcança seu apogeu, dedicando-se a seu próprio cultivo, conforme as lições dos antigos, por meio da interpretação cristã. Toda a organização da vida de estudos traduz esta direção, mas o currículo a deixa expressa. Encontramos neste laboratório pedagógico, que é o colégio jesuítico, uma comunidade perfeitamente integrada, em que cada aspecto da vida social retrata fielmente a estrutura de todo o conjunto (PAIVA, 1981, p.2, grifos do autor).

Pode-se citar como exemplo da influência do *Ratio Studiorum* e da educação jesuítica a criação de Escolas Normais para a formação de professores e as disciplinas de prática de ensino nos cursos de licenciatura. Essas são baseadas na característica obrigatória contida no método pedagógico jesuítico, no qual os professores eram “treinados” antes de realizarem o seu ofício e na concepção de que os professores deveriam ter uma formação superior aos educandos (ARNAUT DE TOLEDO, 2000). Sobre a importância do *Ratio Studiorum*:

Dentre as grandes contribuições que os jesuítas do primeiro e segundo séculos de existência da Ordem nos deixaram, podemos

indicar, certamente, a *Ratio Studiorum*... Este documento, que não pretendeu ser um tratado pedagógico, marcou indelevelmente tanto a educação quanto a pedagogia moderna, e constitui-se hoje, para nós, numa das mais importantes referências documentais da gênese do mundo moderno. Ele foi resultado de um longo, cuidadoso e amplo trabalho de planejamento da expansão jesuítica, tanto na Europa quanto nos novos mundos recém ocupados e colonizados pelos europeus no início do século XVI (ARNAUT DE TOLEDO, 2000, p. 182, grifos do autor).

Apesar de sua inegável contribuição para a pedagogia moderna, os jesuítas não tinham como intento revolucionarem o campo educativo, rompendo tradições escolares, mas “ajustaram-se às exigências mais sadias da sua época e procuraram satisfazer-lhes com a perfeição que lhes foi possível” (FRANCA, 1952, p. 27).

Pode-se ressaltar que, como citado anteriormente, o que ocorreu foi um movimento de transformações históricas, nos quais os jesuítas buscaram formar o homem que o período necessitava, de acordo com os preceitos adotados por eles. Sendo assim, eles não tinham a consciência de que estavam sendo modernos, ou humanistas, ou renascentistas, mas eram, sim, homens de seu tempo, que tinham, portanto, determinada interpretação da cultura do momento, pela perspectiva cristã.

Os estudos na Companhia de Jesus tinham como base os filósofos São Tomás de Aquino e Aristóteles. Os livros indicados e permitidos para o estudo, além destes filósofos, limitavam-se à leitura das obras dos padres da Companhia, da Bíblia e de documentos da Igreja Católica. No entanto, era necessário para a formação intelectual dos membros da Companhia conhecer os estudos por autores de outras doutrinas, até para as suas possíveis críticas.

Pode-se citar como exemplo da influência do *Ratio Studiorum* e da formação ali delineada, os textos do padre Alexandre de Gusmão, que cita trechos e fundamentos da filosofia de Santo Agostinho e a Patrística, São Tomás de Aquino, a Bíblia, São Jerônimo, Santo Ambrósio, Platão, Aristóteles entre outros, assim como recomenda o plano de estudos.

Gusmão também utiliza exemplos de momentos e personagens históricos e bíblicos como Licurgo (rei espartano), Hércules, Davi e Salomão, para ratificar os ensinamentos contidos na obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*

(Lisboa, 1685), além de desenvolver sua obra na base da repetição, na qual os ensinamentos são passados e retomados diversas vezes, assim como era sistematizada pelas regras contidas no documento que norteia a pedagogia jesuítica.

Percebe-se, em toda a história da Ordem, como a disciplina rígida é colocada como condição para a boa formação intelectual e espiritual e, a visão da educação como meio para “levar o homem ao conhecimento e à condição deste magnífico destino é, a um tempo, salvar o homem e glorificar a Deus” (FRANCA, 1952, p. 78). Assim, é característico da Companhia exigir grande empenho intelectual, tanto dos padres jesuítas, quanto dos alunos. Apesar da observância estrita das regras e regulamentos, a Ordem não recomendava a utilização de castigos físicos para a obtenção de disciplina, e defendia que a melhor opção para que os alunos seguissem as determinações e lições era a defesa de sua própria honra. Dessa maneira, os castigos eram utilizados em última instância.

Nesse contexto, os objetivos da Companhia de Jesus eram a catequização, pregação, confissão e a instrução como meio concomitante para o homem chegar ao seu fim maior predestinado, o contato com Deus e seus ensinamentos. E isso se dava tanto em colégios para a elite européia, quanto em missões em territórios coloniais e aldeias de índios na América do Sul, por exemplo. Na tentativa de “educar” os indígenas e escravos – o que deixava explícito todo o caráter de conversão – a Ordem integrava-os ao mundo tido como civilizado e auxiliava no processo de implantação da cultura letrada e cristã no Brasil-Colônia, condenando suas formas de religiosidade, de organização, costumes, entre outros.

2.4. A atuação da Companhia de Jesus no Brasil colonial

Para se analisar a atuação da Companhia de Jesus no trabalho missionário, educacional e civilizador no Brasil, inicialmente deve-se compreender a sua vinda para o território. Outro fator que destaca a Ordem na modernidade, é que seus

padres tornaram-se confessores de reis e príncipes dos domínios católicos, o que evidentemente aumentava o seu poder e influência política.

O decorrer do século XVI foi marcado por uma grave crise econômica, política e religiosa na Europa, ocasionados, entre outros fatores, pela falta de terras para cultivo na Europa e pela formação dos estados nacionais, pois somente um Estado centralizador teria condições de gerar recursos financeiros e humanos para tal empresa. Esses fatores proporcionaram o expansionismo no qual se faz necessário a busca de novos mercados fora do continente europeu. De acordo com Dermeval Saviani (2007), tanto a burguesia quanto a nobreza portuguesa tinham interesses, mesmo que divergentes, com o expansionismo.

Um dos únicos reinos capazes de expansão marítima era Portugal, pois possuía desenvolvimento náutico e já se encontrava politicamente centralizado. Porém, tanto Portugal quanto Espanha não investiram o dinheiro da expansão marítima. Assim sendo, os primeiros colonizadores do Brasil vieram a mandato da Coroa Portuguesa. O sistema de colonização no Brasil era exploratório e escravocrata, que atendia ao mercado externo, cuja organização administrativa a priori foram as Capitanias Hereditárias e, a posteriori, o Governo-Geral.

Nesse período, a sociedade ainda possuía características medievais, nos quais destacavam-se a Igreja e o Estado, que, com objetivos comuns, se tornavam quase sinônimos. Assim, aristocracia e clero defendiam a sociedade tripartite submissa às restrições da Igreja. A manutenção da hierarquia social idealizada configurava-se em:

[...] uma ordenação estamental da sociedade, com grupos fechados, definidos por direitos de sangue, ou seja, uma ordem senhorial, em que ainda predominam os valores **medievais** da fé e da honra pela posse e domínio políticos, sem exploração do lucro. A aliança da aristocracia da espada com o clero é que controla o poder, “faz” a Coroa portuguesa, sem admitir “novos sócios”, ou seja, os mercadores burgueses, os quais, por seu lado, pressionam para fazer valer os modernos interesses econômicos do lucro (HILSDORF, 2003, p. 4, grifos da autora).

Sobre a expansão e afirmação do cristianismo por intermédio de missões, Luiz Felipe Baêta Neves (1978) analisa o aspecto missionário de salvação de almas, submetendo os indígenas, escravos e os não-cristãos à mentalidade do homem branco, na tentativa de suprimir as diferenças entre eles e guiá-los para a verdade divina – seja essa verdade aceita pacificamente ou imposta - de maneira que:

o pressuposto básico da missão é o de que a cristandade tem uma dimensão *social* que deve ser cumprida. A missão é um tipo de abertura significativa que representa a reafirmação de uma vontade de inserção da Igreja em laços diferentes, maiores, profanos, sociais. [...] A consciência moral cristã passa a assumir o risco de se lançar fora de si, em um certo sentido de se dessacralizar em nome de uma ampliação – ou de uma reafirmação - do universo de Cristo. Esta saída não se assemelha muito a uma “cruzada”; não quer tomar “lugares santos” que não podem ser profanados. Quer instaurar lugares santificados porque conheceram a Palavra e a souberam repetir. A missão não quer “pessoalmente” conquistar territórios militarmente – ela geralmente se utilizou de forças militares paralelas leigas. Ou se transformou, ela mesma, em força militar (reduções) autônoma ou antagônica a objetivos profanos. Ela quer uma compreensão de um caminho para a Verdade. Tal *compreensão* de um Código que é, ele próprio, a Verdade e o caminho para a Verdade. Tal compreensão é, de início, oferecida – se não é aceita pode ser imposta – sem contradições (NEVES, 1978, p. 27, grifos do autor).

O trabalho missionário moderno tinha, portanto um caráter universalista, diferentemente do cristianismo medieval que era fechado em si mesmo, pois era invasivo e não encontrava barreiras para a propagação da cultura ocidental cristã, lançando-se em missões de conquistas de novas terras e culturas buscando converter as almas para as verdades cristãs, superando dessa maneira a “distância horizontal entre o sacerdote e o profano” (NEVES, 1978, p. 28). Sobre a concepção universalista que embasou as missões em terras desconhecidas:

A idéia de universalidade implica outras idéias: integração e unidade. Afinal, como admitir que Deus, que uma sociedade vinda de Deus, tinha regiões “soltas” ou cindidas pelo faccionalismo? O Deus cristão é um só, apesar de sua tríplice constituição (Pai, Filho e Espírito Santo), e a Igreja Católica o reafirmara contra muitas heresias no decorrer da Idade Média – e não havia porque abandonar sua

posição: pelo contrário. Expansão, universalidade, integração, unidade são noções caras a um Ocidente que se lança à sua maior aventura de conquista (NEVES, 1978, p. 28).

A concepção que se tinha era a de que era necessária a salvação das almas, para acabar com as diferenças entre os homens, suprimindo as diferenças culturais e religiosas, impondo as formas de organização social de homem ocidental, para que haja a unidade das criaturas criadas pelo Deus cristão. De maneira que, “apagar as diferenças é o mesmo que negar a alteridade, a existência do Outro” (HILSDORF, 2003, p. 4), e o aspecto missionário traz em si o intuito de homogeneização ideológica. Assim, a expansão do ocidente é, além de territorial, mas também espiritual, que é a demonstração da intenção política da união entre Igreja e Estado. Pode-se dizer então que “os jesuítas chegam ao Brasil em meados do século XVI para realizar a premissa medieval do primado da fé defendida pela Igreja e pela Coroa portuguesa, a qual sobrepõe os interesses político-religiosos aos interesses econômicos do lucro” (HILSDORF, 2003, p. 5).

A noção de continuidade *orbis christianus* – de acordo com José Maria de Paiva (2006) é a noção medieval cristã do mundo, na qual esse pertence a Deus e por Ele foi criado, e a Igreja Católica é sua representante terrestre - é o que justifica as práticas da Igreja e da Coroa portuguesa no envio dos padres da Companhia de Jesus para as colônias. As missões de povoamento nas terras “recém descobertas” foram importantes na medida que também sustentaram ideologicamente os Estados Nacionais, e expandiram os Estados cristãos:

[...] alterar algumas das características centrais da superfície sobre a qual quer deixar sua marca. O momento do encontro é um momento de choque, de violência, de alteração de uma situação até então vigente. O momento do encontro, as formas em que se dá, o local escolhido não são fortuitos; implicam um *projeto* racional e humanamente estabelecido. Este projeto se instaura permanentemente: é um processo, um conjunto de políticas cuja formulação e implantação seriam impossíveis para um pensamento voltado apenas para si e para o alto. Uma escolástica transcendentalista não o faria. Mas uma metafísica que não rejeitasse o *realismo*, que o incorporasse a seus métodos, teve condições para formulá-lo (o projeto missionário do início da Era Moderna) e adequá-

lo a outros tipos de discurso. O “mundo”, apesar de tudo, é “cristão”: é uma realidade *material*, feita por Deus e que os homens – e particularmente sacerdotes – não têm o direito de ignorar (NEVES, 1978, p. 30, grifos do autor).

Percebe-se então que o trabalho missionário de povoamento e catequização não era uma opção a ser ignorada ou menosprezada pela Igreja Católica e pelo reino português, pois implicava, devido à Reforma Protestante e à expansão marítima – que “descobriram” novas terras ainda não colonizadas – na perda de territórios, e conseqüentemente, da sua influência e poder. Sobre o povoamento das terras brasileiras, Dermeval Saviani (2007) afirma que:

As tentativas de colonização do novo território nas primeiras décadas do século XVI sofreram diversos reveses. Convenceu-se, então, o rei de Portugal, Dom João III, da necessidade de envolver a Monarquia na ocupação da nova terra. Institui, pois, um governo geral no Brasil, nomeando para essa função Tomé de Souza (SAVIANI, 2007, p. 25).

A chegada dos primeiros padres jesuítas para desenvolverem os trabalhos de missões em terras brasileiras ocorreu em vinte e nove de março de 1549, na Bahia. Desembarcaram em uma expedição junto com o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza - e mais um grupo de soldados e quatrocentos criminosos condenados a pagarem suas penas no exílio - o primeiro grupo de jesuítas, liderado por Manuel da Nóbrega, composto por Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, Antônio Pires, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. A primeira missa celebrada no Brasil-Colônia pelos jesuítas ocorreu dois dias depois de sua chegada, por Nóbrega.

Os padres tinham por objetivo a catequização e a humanização dos indígenas, integrando-os ao mundo da civilização ocidental cristã, bem como eram encarregados da educação dos mandantes coloniais e seus descendentes, cuja educação era baseada em textos clássicos em grego e latim, fundamentada na escolástica. O trabalho jesuítico possuía dois intentos, que eram “domar a barbaridade dos nativos e defendê-los da brutalidade dos portugueses. Nada disso era fácil. Havia canibalismo e poligamia por toda parte. Seu método missionário

baseava-se no uso da língua deles e em cantos” (ECHANÍZ, 2006, p. 194, v I). Sobre a importância da atuação do líder da primeira expedição jesuítica:

Nóbrega viajou costa acima e costa abaixo, procurando os melhores lugares para construir povoados, facilitar a evangelização e estabelecer instituições educacionais, grandes e pequenas. Trabalhando tranquilamente, fundou aldeias, cidades e escolas, especialmente durante os anos em que foi Superior da missão jesuítica (1553-1560) (ECHANÍZ, 2006, p. 194, v. I).

É fato que a primeira Ordem religiosa a desembarcar na colônia e a desenvolver a catequese, foram os franciscanos. No entanto, a Companhia de Jesus praticamente deteve o monopólio da educação nas terras brasileiras, e a história da educação escolar na colônia basicamente se iniciou devido à ação dos membros dessa Ordem, embora outras ordens católicas também atuassem no país, porém, de forma mais dispersa e com poucos recursos. Dentre as outras Ordens religiosas que desembarcaram no Brasil, destacam-se, “além dos franciscanos e beneditinos, [...] os carmelitas, mercedários, oratorianos e capuchinhos” (SAVIANI, 2007, p. 41), que também exerciam atividades educativas no Brasil. Dessa maneira, destaca-se influência e importância das ordens religiosas, não apenas para a educação, mas, também para a própria colonização do território:

A colonização do Brasil contou com a contribuição imprescindível das ordens religiosas. Pode-se considerar que os primeiros evangelizadores do Brasil foram os franciscanos. Com efeito, o primeiro grupo de oito missionários franciscanos chegou ao Brasil na caravela de Pedro Álvares Cabral, estando, entre eles, o frei Henrique de Coimbra, que celebrou a primeira missa na nova terra no dia 26 de abril de 1500. Esse grupo, porém, partiu na frota de Cabral em 2 de maio do mesmo ano. [...] Mas em 1503, segundo alguns, ou 1516, segundo outros, chegam ao Brasil dois frades franciscanos que fixam residência em Porto Seguro e, depois de dois anos de atividades, são trucidados pelos índios. Em 1534 um novo grupo chega integrando a armada de Martim Afonso de Souza. Em 1537 cinco franciscanos espanhóis aportam no porto de Dom Rodrigues (hoje São Francisco do Sul) após serem arrastados por uma tempestade e acabam por desenvolver uma grande obra catequética junto aos índios Carijós na Região Sul do Brasil, entre Cananéia e o Rio Grande do Sul (SAVIANI, 2007, p.39-40).

Nesse período os frades franciscanos que atuavam no Brasil-Colônia já utilizavam o conjunto catequese e instrução - que os jesuítas também desenvolveriam posteriormente - para desenvolver missões nas aldeias indígenas, bem como também ensinavam pequenos ofícios, como o cuidado com plantações. Apesar da presença de franciscanos no Brasil desde 1500, a Ordem só foi de fato estabelecida em 1585, com a fundação do Convento Nossa Senhora das Neves, em Olinda (SAVIANI, 2007). Dessa maneira, “apesar de seu pioneirismo, os franciscanos não lograram configurar um sistema educacional uma vez que vinham em pequenos grupos e permaneciam pouco tempo em cada região” (SAVIANI, 2007, p. 40). Outras Ordens, como também os beneditinos, estabeleceram-se na Colônia em 1581 em Salvador, que também não tinham a instrução como objetivo principal, mas que fundaram colégios em virtude das necessidades das populações dos arredores dos mosteiros. Sobre a diferença da atuação da Companhia de Jesus em comparação com as demais Ordens religiosas no Brasil-Colônia:

[...] essas diferentes congregações religiosas operaram de forma dispersa e intermitente, sem apoio e proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais. Diferentemente, os jesuítas vieram em consequência de determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstâncias puderam proceder de forma mais orgânica, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização. Guiando-se pelas mesmas idéias e princípios, os jesuítas estenderam sua ação praticamente ao longo de todo o território conquistado pelos portugueses na América Meridional, o que fez o ensino por eles organizado viesse a ser considerado como um sistema pelos analistas da história da educação brasileira no período colonial (SAVIANI, 2007, p. 41).

A catequese esteve aliada ao processo de colonização, desempenhando o papel de universalidade já abordado, de humanização e integração dos índios ao mundo ocidental. Dessa maneira, foi de fundamental importância para o processo de conversão, pois demonstram o projeto de homens idealizados de acordo com a religião católica, bem como sua expansão e manutenção, tornando-se de certa

forma, parte do projeto da Reforma Católica no que se diz respeito à propagação do catolicismo. Sobre esse aspecto do grande projeto evangelizador dos jesuítas para o Brasil, Dermeval Saviani acrescenta que “o eixo do trabalho catequético era de caráter pedagógico, uma vez que os jesuítas consideravam que a primeira alternativa de conversão era o convencimento que implicava práticas pedagógicas institucionais (as escolas) e não-institucionais (o exemplo)” (SAVIANI, 2007, p. 31). Sobre o papel da catequese como instrumento educacional, Dermeval Saviani (2007) afirma que:

[...] há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua idéia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de Dom João III estatuído em 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro governo geral (SAVIANI, 2007, p. 31).

Em relação aos índios, além de pregar-lhes a doutrina católica e ensinar-lhes a língua portuguesa, era necessário aos jesuítas que tivessem o domínio das línguas indígenas. Isto porque a compreensão dessas línguas proporcionava o acesso à cultura dos indígenas, fundamental para o processo de colonização e de catequização. Considerando a necessidade do domínio das línguas nativas, foi produzida nesse contexto a obra que se tornou leitura obrigatória dentro da Companhia de Jesus, a *Arte Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), escrita pelo padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597) – autor que contribuiu grandemente para a catequese e instrução dos colonos e dos indígenas no Brasil. A respeito dessa obra:

Desempenhando o seu trabalho missionário e educacional, José de Anchieta entrou em contato com os nativos e sua língua; em apenas seis meses conseguiu redigir a *Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Esta obra facilitou o contato dos missionários com os índios e, mais tarde, tornou-se obrigatória entre os jesuítas que aportavam no Brasil. Aprender a língua era fundamental para o processo colonizador e para a conquista espiritual destas terras. Tal domínio da língua, ou das línguas faladas pelos indígenas, permitiu o acesso a sua cultura da parte dos jesuítas (ARNAUT DE TOLEDO e RUCKSTADTER, 2003, p. 261, grifos do autor).

A atuação dos jesuítas na colônia não se resume ao campo educacional, já que eles eram também homens de negócios, pois feriam as propriedades e bens da Ordem. A “ação dos padres administradores-procuradores, que organizava e dava impulso às atividades produtivas, revela que muitos deles deveriam possuir, além de um arcabouço espiritual, um conhecimento profundo do sistema produtivo a que estavam vinculados” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 24).

Outro diferencial da Companhia de Jesus era a rigorosa documentação dos acontecimentos entre os membros da Ordem. A vasta documentação, entre cartas e relatórios, expedida pelos jesuítas permite analisar como se organizava o contexto social do Brasil-Colônia. Esses documentos revelam as relações políticas e econômicas com as quais os jesuítas estavam envolvidos:

As cartas revelam que a Companhia de Jesus interagiu com o universo produtivo colonial e se valeu do sistema para a produção de gêneros ou a criação de animais para o consumo das residências e colégios. Envolvidos, por exemplo, com a produção de açúcar, foram forçados ao relacionamento com produtores, lavradores, escravos e comerciantes coloniais, adotando práticas administrativas similares àquelas dos grandes senhores de engenho. Este comportamento é esboçado nos registros, onde são demonstradas preocupações com a produção como: falta de liquidez, a dependência de crédito, a manutenção dos meios de produção, o transporte e encargos de distribuição, acrescidas aos deveres espirituais dos jesuítas (ASSUNÇÃO, 2004, p. 25).

A vida no Brasil colonial se concentrava no campo e, “a sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária” (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 23). Na exploração rural do período figuram os grandes latifúndios para a criação de animais, o cultivo da cana-de-açúcar e os engenhos, que utilizavam-se da força de escravos para funcionarem. De acordo com Caio Prado Júnior (1971, p. 23) “assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza, e com ela seus atributos naturais: o prestígio, o domínio” e dessa maneira, “compreende-se a importância dêstes grandes agricultores em meio de uma população miserável de índios, mestiços e negros escravos”.

De início, na colônia, houve a tentativa de utilizar a força de trabalho escravo indígena, mas esses apresentaram grande resistência. O nomadismo, a pouca resistência em cativeiro e as constantes fugas – que ao contrário dos escravos africanos, estavam seu em território natural, portanto conheciam o local e se adaptavam - dos indígenas, acrescenta ainda que o processo de colonização atraiu apenas tribos menos agressivas e, ainda assim, a maneira de forçar os nativos a trabalharem os fazia permanecerem distantes, no meio da mata. Isso fez com que os colonizadores tivessem que ir em busca desses índios em verdadeira caçada para trabalharem. A utilização da força de trabalho indígena ainda encontrou um outro empecilho, a Companhia de Jesus:

Para infelicidade dos colonos, vem contrabalançar-lhes o arbítrio sem limites a influência poderosa dos padres da Companhia de Jesus junto aos soberanos portugueses. O papel dos jesuítas na colonização do Brasil e da América em geral ocupa um lugar de destaque e sem precedentes na história das missões cristãs. Ninguém ignora qual tenha sido a parte dos missionários na obra de penetração da civilização ocidental entre os povos mais primitivos. São eles que formam na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 24).

Houveram embates entre colonos e jesuítas, com a alegação de que os padres não condenavam a escravidão dos indígenas, mas sim monopolizavam essa força de trabalho e exerciam influência sobre esses que ultrapassavam a religiosidade. A respeito do trabalho escravo dos índios e a diferença do papel dos missionários da Companhia de Jesus entre os capuchinhos, beneditinos e carmelitas na colônia portuguesa, destaca-se que:

Os jesuítas contudo se individualizam nesta obra missionária. Sua tarefa consistiu em preparar o terreno, não para os outros, mas para eles próprios. Almejavam a constituição na América de seu império temporal, e destes planos ficou-nos a amostra das célebres missões jesuíticas no Paraguai.

Tais projetos colidiam, como era natural, com os interesses dos colonos, pois fundavam-se no privilégio, que os jesuítas reivindicavam, da conquista das almas, “eufemismo casuístico disfarçando o monopólio do braço indígena”. Daí as lutas incessantes de padres e colonos, principalmente naquelas zonas – São Vicente,

Maranhão e Pará – onde os moradores, pobres demais para importarem escravos africanos, não podiam dispensar o trabalho dos índios (PRADO JÚNIOR, 1971, p. 24-25).

Esses privilégios, devido à influência com a Coroa portuguesa que a Companhia de Jesus usufruía, permitiam que a Ordem se mantivesse isenta de algumas obrigações do sistema econômico colonial, justificados pelo seu papel missionário, de catequização dos indígenas e educação dos colonos, bem com o da defesa e expansão do cristianismo, usufruindo-s inclusive de mão-de-obra gratuita. Sobre as regalias que a Ordem possuía:

Tais privilégios favoreciam suas propriedades, cuja produção, praticamente, era comercializada com isenção de taxas e impostos reais. Contudo, no início do século XVIII, verifica-se uma sensível deterioração e decadência da Instituição, sendo em parte reflexo da situação econômica enfrentada pelas unidades produtivas jesuíticas e pela degeneração da relação civil em diversas partes da Europa e América (ASSUNÇÃO, 2004, p. 25).

O papel da Companhia de Jesus na colônia estendeu-se de maneira que ia além das questões espirituais, abrangendo questões seculares, como a gerência de propriedades. De acordo com Saviani (2007) o patrimônio da Ordem incluía “além de colégios, seminários e igrejas, casas de aluguel, terras de cultivo, fazendas, engenhos, currais e, como agentes produtores em todas essas propriedades, considerável número de escravos” (SAVIANI, 2007, p. 68).

Nesse sentido, vale destacar que no momento histórico abordado, interesses entre a Igreja e o Estado não são os mesmos, no entanto, por vezes não podem ser dissociados, bem como atuam em conjunto e a visão dos jesuítas como homens de seu tempo, cujo papel não pode ser simplificado com a perspectiva heróica dos padres, que tiveram apenas o propósito de salvar almas pra Cristo, de forma neutra; como também não se pode ser injustiçados, como se fossem causadores de todos os males existentes daquele período, tendo como referência o jesuitismo:

Vilipendiados como demônios, reverenciado como santos – os jesuítas evocaram esses extremos de caracterização através dos 450 anos de existência da Companhia de Jesus. No decorrer dos séculos,

apareceram algumas apreciações mais equilibradas da Companhia, mas sempre condicionadas pelas hipóteses religiosa, cultural e nacional dos autores dessas avaliações (O'MALLEY, 2004, p. 15-16).

Embora os padres da Companhia de Jesus se posicionassem contra a escravidão dos indígenas, nada fizeram contra a escravidão africana, pois justificavam que essa era necessária para o contexto colonial. No entanto pregavam que os senhores deviam agir como bons cristãos para amenizarem a vida dos escravos. O jesuíta Jorge Benci (1650-1708), no livro *Economia cristã dos senhores no governo de escravos* (1977) desenvolve uma pedagogia para educação dos escravos e traz conselhos para os senhores, tais como: que o trabalho do escravo não deve ser superior à força desse; que devem relevar-se algumas falhas dos escravos, mas algumas devem ser punidas com açoites e prisões; não insultar os escravos; não colocá-los para trabalhar em dias santos e que os senhores devem sempre dar trabalho aos escravos, para que esses não se mostrem insolentes ao seu senhor e à Deus (CASIMIRO, 2002).

A Companhia de Jesus se manteve no Brasil realizando missões até 1759, quando foi determinada a sua expulsão pelo Marquês de Pombal (1699-1782), nomeado primeiro-ministro pelo rei de Portugal Dom José I, que governou no período de 1750 a 1777. Pombal, baseado no ideário Iluminista, intentou diminuir a influência da Igreja sobre os indígenas, bem como aboliu a escravidão dos mesmos. Na educação, após a expulsão dos jesuítas, introduziu as aulas régias, mantidas pela Coroa. De acordo com Saviani “as reformas pombalinas da instrução pública inserem-se no quadro das reformas modernizantes levadas a efeito por Pombal visando a colocar Portugal ‘à altura do século’, isto é, o século XVIII, caracterizado pelo Iluminismo” (SAVIANI, 2007, p. 32). Pensadores portugueses defendiam as idéias com bases iluministas:

Defendiam o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas idéias de base empirista e utilitarista; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisava ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se

mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciências (SAVIANI, 2007, p. 80).

Sobre as reformas pombalinas Saviani afirma que “Pombal, ao expulsar os jesuítas, não reformou o sistema de ensino, mas simplesmente destruiu o sistema construído pelos inicianos” (SAVIANI, 2007, p. 41). Além dos ideais iluministas, Costa e Menezes (2009, p.42) afirmam que a expulsão dos jesuítas aconteceu devido a soma de fatores, tais como “a tentativa de assassinato do Rei – em que os jesuítas foram considerados implicados – e o episódio de Sete Povos das Missões na região sul do Brasil”.

Percebe-se dessa maneira que a história do Brasil-Colônia está intimamente ligada com a Companhia de Jesus. A ação dos padres foi fundamental no processo de colonização, desenvolvendo um papel missionário, catequista e educativo, não apenas para a elite, mas também para os indígenas e escravos, bem como atuando de maneira política, nos quais seus objetivos entraram em diversas vezes conflitos com os dos portugueses da colônia, que finalmente, culminaram com a expulsão da Ordem da colônia e dos demais territórios do reino.

A análise do método jesuítico de ensino e sua influência no mundo moderno é fundamental quando se pretende discutir a educação, seja em terras brasileiras ou não. Portanto, a presença e importância da pedagogia jesuítica para a história da educação brasileira são fatos inegáveis. Há uma farta bibliografia sobre o assunto e que pode ser facilmente encontrada, e, por intermédio dela, pode-se ter a noção da implantação da religião cristã numa sociedade pagã e escravista, no entanto percebe-se que o estudo sobre Brasil colonial e a atuação da Companhia de Jesus, ainda é um campo pouco explorado nas pesquisas de história e historiografia da educação, assunto que será abordado no próximo capítulo.

3. A COMPANHIA DE JESUS COMO TEMA NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Na historiografia a importância da contribuição da Ordem jesuítica para a educação da modernidade ainda é pouco estudada, assim como o período colonial no Brasil. De acordo com Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi e Carlos Roberto Massao Hayashi (2007, p. 113) “a produção científica brasileira sobre o período colonial não se dá na mesma intensidade de outros períodos assinalando que a despeito da presença hegemônica dos jesuítas no Brasil por 210 anos”.

Pesquisas sobre a produção científica relacionada à educação no Brasil ganharam foco a partir de 1980, com a criação de grupos de pesquisas como o *História, Sociedade e Educação* (HISTEDBR) e a *Sociedade Brasileira de História da Educação* (SBHE) e com os eventos sobre História da Educação.

Um estudo desenvolvido por Marisa Bittar (2006) aponta que, nas reuniões anuais do Grupo de Trabalho de História da Educação (GT/ANPED), no período de 2000 a 2004, de sessenta trabalhos apresentados, nenhum trabalhava a questão da história da educação na colônia e os temas mais frequentes dos trabalhos eram “Escola Nova, gênero, infância, profissão docente, memória, discursos, imagens, leitura” (BITTAR, 2006, p. 14).

Nos Congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação (cujo período analisado foram os anos de 2000, 2002 e 2004), foram apresentados vinte e um trabalhos sobre o período colonial, trinta e cinco sobre o Império, oitenta e nove sobre o século XIX até o começo do século XX, quinhentos e trinta e seis sobre a República e duzentos e noventa e seis na categoria outros, que de acordo com a autora, refere-se “principalmente, os trabalhos sobre questões teórico-metodológicas” (BITTAR, 2006, p. 14). A autora ainda destaca que, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fundado em 1976, até o ano de 2006, não havia sido produzida uma tese ou dissertação sobre a história colonial. Ou seja, a pesquisa aponta que determinados períodos históricos no Brasil são mais estudados se comparado a outros.

Essa lacuna se dá por diversos motivos, entre os quais o próprio reconhecimento acadêmico, nos quais “alguns temas e períodos são candentes e dão prestígio, a temática da educação jesuítica não desperta o mesmo interesse, embora tenha estado na gênese da formação da sociedade brasileira e de nela ter deixado marcas indeléveis” (HAYASHI, HAYASHI, 2007, p. 114). Sobre o reconhecimento acadêmico como fator para que se haja mais pesquisas para determinados períodos da história da educação em detrimento do Brasil colonial:

Ao indagarmo-nos sobre a razão de tão poucos estudos sobre história, educação e cultura no Brasil colonial, podemos sugerir algumas respostas. Uma delas é o fato de que, na escolha de um determinado assunto, concorrem aspectos subjetivos, pois não se pode deixar de considerar a relação estabelecida entre os próprios pesquisadores, de modo que, optar por este ou aquele tema, por este ou aquele grupo de pesquisa, implica busca de reconhecimento, que, como sabemos, é conferido pelos próprios pares. Dessa forma, cria-se uma hierarquia entre o que é mais importante e o que é menos importante ser pesquisado. [...] Por situar-se num passado distante, requer do pesquisador a atenção sobre a gênese da sociedade brasileira, implicando afinidade com a história dos nossos primeiros séculos. Em decorrência, a questão das fontes é outro aspecto fundamental, na medida em que trabalhar com documentos antigos, escritos em linguagem distinta da nossa, exige gosto, dedicação e muita disciplina (FERREIRA JUNIOR, 2007, p.15).

Dentre outras razões pelas quais existem poucas pesquisas educacionais relacionadas ao período colonial no Brasil, estão a dificuldade de acesso a obras históricas, e a manutenção e conservação desses materiais (que em sua maioria sofreram pelo desgaste do tempo e pela guarda inadequada). Isto porque “no Brasil só recentemente a cultura de arquivo de documentos e outras fontes tem sido colocada na pauta dos debates sobre a urgência de se criarem acervos de preservação” (GULLA, 2009, p. 12). Dessa maneira, os custos de pesquisas acabam sendo mais elevados do que aqueles que possuem materiais de fácil acesso:

Os estudos sobre a pesquisa em História da Educação revelam que alguns períodos da história da educação brasileira são menos favorecidos do que outros, em relação à quantidade de trabalhos. No

período colonial, por exemplo, principalmente a fase jesuítica, alguns temas permanecem na sombra ou ainda podem ser melhor explorados. O pesquisador que prioriza este recorte temporal em suas pesquisas necessita de maiores investimentos, pois as iniciativas de digitalização de fontes primárias existentes no Brasil e no exterior e o financiamento para a pesquisa, através de agências de fomento, não conseguem quebrar todas as barreiras existentes para uma pesquisa histórica (SILVA; HAYASHI; BITTAR; 2008, p. 4).

Nessa categoria enquadram-se as obras de Alexandre de Gusmão, que além de ter o autor da primeira novela alegórico-moral e fundador do primeiro colégio interno em terras brasileiras, o Seminário de Belém da Cachoeira (1678), foi também um dos primeiros a tratar do tema infância na colônia. A obra de Gusmão ainda tem o mérito de discutir a importância de educação das meninas, algo que não possuía atenção na época, sendo que apenas os meninos tinham acesso à instrução.

Embora exista uma lacuna no que se trata das discussões da educação de crianças pequenas na colônia, Alexandre de Gusmão não tem sido foco de estudos. Dessa maneira, suas obras possuem um acesso mais dificultado, assim como de outros autores do período. Com exceção de *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), que possui uma edição com tradução atualizada lançada pela editora Martins Fontes em 2004, suas demais obras encontram-se no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Para a realização desta pesquisa, foi necessária a digitalização das demais obras.

Porém essa produção aumentou a partir da década de 1990, dentro de grupos de pesquisas de universidades como o *Departamento de Pesquisa em Educação, História e Cultura Brasileira: 1549-1759* (DEHSCUBRA) (RUCKSTADTER, 2007). Sobre a pesquisa sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil colonial:

a atuação da Companhia de Jesus no período colonial ainda é pouco estudada e discutida atualmente em História da Educação. Vêm sendo privilegiados temas dos séculos XIX e XX em detrimento do período colonial como um todo, especialmente o período da atuação jesuítica, que vai do ano de 1549, com a chegada dos primeiros padres, até sua expulsão dos domínios portugueses em 1759. No entanto, há importantes referências que não podem ser

desconsideradas, mas também não podem ser entendidas fora do contexto no qual foram escritas (RUCKSTADTER, 2007, p. 12-13).

Vale destacar também, ao considerar que Alexandre de Gusmão escreveu um texto clássico sobre o tema da infância em terras brasileiras, que a própria infância não vem sendo objeto de estudos. Apenas após a publicação da obra *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime* (1960) de Philippe Ariès², se verificou um aumento significativo no número de autores que pesquisam sobre esse tema.

No Brasil, apenas após 1980 ocorreu um avanço nas pesquisas sobre a história da infância. Com exceção de Gilberto Freyre (1900-1987), cuja obra *Casa-Grande e Senzala* foi publicada em 1933. O livro expõe em detalhes, entre outros aspectos, como eram os cuidados dispensados às crianças, fossem elas escravas ou não. Atualmente, entre os principais autores brasileiros a debateram a questão da infância, estão Marco Cezar de Freitas e Moysés Kuhlmann Júnior, que organizaram a obra *Os intelectuais da infância* (2002) - que possui quinze textos e Mary Del Priore, que organizou o livro *História das crianças no Brasil* (1999) - também com quinze textos. Ambas as publicações têm o mérito de trazer à tona o tema infância focado majoritariamente no Brasil.

Nesse sentido, ao observar a produção acadêmica sobre o período colonial, e conseqüentemente, sobre a atuação educacional dos jesuítas em terras brasileiras, foram analisados manuais de história da educação e história da educação no Brasil com o objetivo de verificar o destaque que a Companhia de Jesus e como sua ação educativa vem sendo discutida. A escolha por analisar os manuais se justifica ao passo que os manuais são importantes pontos de referências escolares, sendo utilizados para diversos fins didáticos:

O livro didático pode ser usado como uma importante ferramenta auxiliadora no processo educativo, sobretudo em países de escassa estrutura cultural e educacional, como é o caso do Brasil. Em decorrência das deficiências educacionais presentes no país tais como: ausência de professores qualificados, alunos sem condições financeiras e culturais satisfatórias e a inadequação dos espaços

² A versão resumida traduzida para a língua portuguesa foi publicada em 1891, intitulada de *História social da criança e da família* (ARIÈS, 1981).

escolares, sem bibliotecas; tornaram o livro didático um mecanismo importante para assegurar a qualidade da educação (VIEIRA; ARNAUT DE TOLEDO, 2006, p. 1017).

Embora bastante utilizados, é importante destacar a problemática de utilizar esses manuais como fonte única de estudo, resultando uma visão unilateral e superficial do tema, de maneira que “o professor que toma como única fonte esse material, corre o risco de enfatizar os fatos que fortalecerão o ponto de vista de seu autor, sem analisar outras versões sobre o mesmo tema que já tenha sido estudado em outras obras” (VIEIRA; ARNAUT DE TOLEDO, 2006, p. 1017). Assim, é necessário a priori, a compreensão total do conteúdo e sua contextualização.

Neste momento do trabalho, serão analisados manuais de História da Educação que abordam diversos momentos históricos, de fácil acesso e que possuem posicionamentos diversos entre si, bem como manuais e coletâneas voltados especificamente para o Brasil, com o intuito de verificar as referências à Companhia de Jesus e as diferentes interpretações sobre sua atuação no mundo moderno e na colônia. Dois manuais de destaque voltados especificamente para a Companhia de Jesus, escritos por membros da Ordem, *A História da Companhia de Jesus no Brasil* (2004) de Serafim Leite e *Paixão e glória: História da Companhia de Jesus em corpo e alma* (2006) de Ignácio Echaníz, também serão analisados, destacando as diferenças de abordagem entre ambos. Faz-se necessário destacar nesse momento que, o termo Contra-Reforma neste capítulo refere-se a citações de autores e capítulos de livros.

3.1. Manuais de História da Educação

O primeiro livro analisado foi a obra *História da Pedagogia* (1999) de Franco Cambi, cuja referência à ação educativa da Companhia de Jesus e sua contribuição na modernidade consta no sub-capítulo intitulado *A pedagogia da Contra-Reforma e as novas instituições educativas*, com sete páginas e meia. Dessas, duas páginas e

meia são utilizadas para descrever de forma sucinta a fundação da Companhia de Jesus. Destaca-se, no texto, o caráter militar da Ordem, demonstrando a importância da hierarquia, da obediência e da disciplina.

Sobre o *Ratio Studiorum*, citam-se seu processo de elaboração, conteúdos e sua finalidade, que expressa os objetivos da Ordem, que são, de acordo com o autor, “formar uma consciência cristã culta e moderna e orientar, também mediante a instituição escolar, para uma obediência cega e absoluta (*perinde ac cadaver*) à autoridade religiosa e civil” (CAMBI, 1999, p. 261-262). Cambi finaliza o texto afirmando que:

[...] apesar da presença de muitos aspectos metodológicos ligados à tradição escolástica, a novidade dos colégios jesuítas encontram-se na construção de um ambiente educativo rigoroso e coerente, organizado segundo severa disciplina, mas aberto para fora através das cerimônias, dos prêmios e das disputas. A ênfase sobre a obediência e o clima censório e de vigilância próprio das instituições educativas dirigidas pelos jesuítas, sua atenção quase exclusiva aos estudos de tipo retórico-gramatical, representam os limites mais evidentes de uma experiência que, se tem o mérito de recolher elementos ideologicamente mais neutros dos studia humanitatis e de introduzi-los no currículo formativo das classes dirigentes, exercendo assim uma grande influência sobre os costumes sociais da época, não consegue porém colher e representar as instâncias do mundo moderno para as quais serão necessárias novas orientações de pensamento (CAMBI, 1999, p. 263).

Percebe-se que o livro, embora traga dados essenciais da Companhia de Jesus, limita a contribuição da Ordem à educação moderna, demonstrando de forma superficial questões complexas como a importância do *Ratio Studiorum* e a obediência dos membros da Ordem, abordada no texto dando impressão de submissão equivocada dos padres. Documentos da própria Companhia demonstram que os jesuítas, embora dentro de uma hierarquia estabelecida internamente, não se omitiam, possuindo uma “obediência cega e absoluta” como afirma o texto. Esta obediência ao Papa, voto que todas as demais ordens possuem, está diretamente ligada às barreiras geográficas, pois os jesuítas eram facilmente enviados para outras regiões se esse fosse o interesse da Ordem e da Santa Sé. Assim, o livro,

como um todo, trata apenas dos aspectos de mais destaque da Ordem, e não aborda nenhuma ação educativa ou contribuição de algum padre jesuíta de destaque em profundidade.

Outro livro que merece destaque é *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias* (2006) de Mario Alighiero Manacorda, no qual os jesuítas são citados como “campeões máximos na luta da igreja católica contra o protestantismo” que se dedicavam “principalmente à formação das classes dirigentes da sociedade” (MANACORDA, 2006, p.202). A referência que aparece sobre a Ordem é a citação do *Ratio Studiorum*, que consta no sub-capítulo intitulado *Contra-Reforma e a escola*, de três páginas. Manacorda também destaca a obediência e a disciplina que a Companhia de Jesus exigia dos alunos e que, no plano de estudos da Ordem “o conteúdo do ensino herdado do humanismo foi cuidadosamente modificado, para ser utilizado a serviço do objetivo religioso” e continua, afirmando que “os autores clássicos, que eram o ponto alto da cultura humanística, são colocados a serviço da religião e ‘castigados’, ou seja, *purgati ab omni obscoenitate* para uso dos adolescentes das escolas” (MANACORDA, 2006, p. 202-203).

O livro tem o mérito de trazer a questão da utilização dos autores clássicos dentro dos colégios jesuíticos, no entanto, traz a visão da fundação da Companhia de Jesus como única e exclusiva para o combate da Igreja Católica contra os Protestantes, e sua ação educativa como apenas trabalho elitista de manutenção de classes sociais.

O livro *Pequena História da Educação* (1967), de Ruy de Ayres Bello também trata da educação jesuítica na unidade XI, intitulada *A “Contra-Reforma” e a Educação*. A unidade possui sete páginas e o destaque que o autor dá para a educação da Reforma Católica é para a Companhia de Jesus, com três páginas. O autor resume brevemente a fundação da Ordem e seus documentos. De acordo com este autor:

Apesar de sua evidente benemerência, principalmente no campo educacional, não têm faltado aos jesuítas adversários que discutam e até menosprezem as suas realizações educativas, tendo havido mesmo quem dissesse que “nas escolas dos jesuítas só se aprendem

latim e disparates”. Conceitos como êstes nascem, porém, da animosidade que a Companhia de Jesus muitas vêzes suscitou, devida, exclusivamente, ao seu ânimo combativo e à inalterável intransigência, que sempre caracterizou a sua atividade apostólica (BELLO, 1967, p. 164).

O capítulo, de forma breve, traz à tona a evidente contribuição da Ordem para a educação, embora essas contribuições não sejam especificamente abordadas, e, explica também, de maneira sucinta, algumas razões da visão contrária ao trabalho desenvolvido pelos jesuítas, como demonstra o sentido pejorativo do jesuitismo³.

Uma visão semelhante é apresentada em *História da Pedagogia* (1967), escrito por René Hubert, onde a Companhia de Jesus também é citada nas referências das reformas religiosas. No capítulo *A pedagogia das ordens religiosas*, a metodologia educacional dos jesuítas é abordada brevemente e destaca a atuação a Companhia como instrumento atuante da Reforma Católica. Segundo o autor, a educação jesuítica era a “educação das boas maneiras, da boa aparência e da linguagem” (HUBERT, 1967, p. 49). O texto trata da pedagogia utilizada como instrumento de manutenção da fé e poder para a Reforma Protestante e da Reforma Católica, no qual “a catolicidade de pronto compreendeu que a educação era o terreno onde estava mais bem aparelhada para travar o combate” (HUBERT, 1967, p. 46). A respeito da educação jesuítica, o autor afirma que:

Atribui-se, igualmente, à educação jesuítica papel importante na formação do espírito revolucionário, levado a considerar o homem abstrato e a legislar para a humanidade. Foi-lhe reconhecida ação mais considerável ainda na orientação do espírito clássico, tanto na literatura humanista do século XVII, como na Filosofia das Luzes no século XVIII, pelo menos quanto ao que há numa e noutra de universalismo frio, incolor e, por isso mesmo, artificial. Do ponto de vista meramente pedagógico, êsse sistema de educação trouxe profundas e felizes inovações. Envolve abrandamento dos costumes rudes da Idade Média. Não deixa em seus alunos – e isso é uma grande força – más lembranças. Repousa numa psicologia mais complexa e mais completa do homem e, já, até numa psicologia da criança, que a Idade Média não conhecera (HUBERT, 1967, p. 51-52).

³ De acordo com o Novo Dicionário Aurélio (1986): Falta de franqueza; dissimulação, fanatismo, faccionismo.

Sobre as influências negativas da pedagogia jesuítica, o autor afirma que a mesma proporcionou o convencionalismo moral e os pseudo-valores da burguesia, que perpetram até os dias atuais, pois colocava o homem moral como superior ao homem social. Para o autor, a Companhia de Jesus desprezou:

[...] tudo quanto respeita ao realismo profundo da existência, sob tôdas as formas: realismo da natureza, pois as ciências experimentais não tem mais que lugar ínfimo, anexadas como são à filosofia ou por elas absorvidas; realismo da história, sistematicamente excluída; realismo do homem concreto, no que tem de particular e original, pois nem as literaturas modernas gozam de favor perante o culto da Antigüidade; realismo social, porque o ensino jesuítico quer-se desinteressado a ponto de ignorar as profissões, as funções e o papel especial distribuído a cada homem; realismo da própria espiritualidade, porque é menos pela intensificação da vida interior, que pela multiplicação dos “exercícios espirituais”, que o jesuíta trabalha para a formação de almas. Vive para uma catolicidade universal, aplica-se em afeiçoar o adolescente à sua imagem, para aquilo que acredita ser humanidade cristã numa sociedade ordenada, policiada, mundana e devota (HUBERT, 1967, p. 52).

Frederick Eby, no livro *História da Educação Moderna – Teoria, Organização e Práticas Educacionais* (1976), traz em seis páginas, inseridas na *Reforma dentro da Igreja Católica Romana*, informações sobre a Companhia de Jesus, intitulada *A Sociedade de Jesus, a nova força educacional católica*. A fundação da Ordem é abordada, dando ênfase na vida de Inácio de Loyola, cujo objeto era “agir como um corpo militante de homens absolutamente dedicados a destruir a heresia por todos os meios e a converter o mundo pagão à fé católica” (EBY, 1976, p.93).

O livro também possui a visão na qual a Companhia de Jesus surgiu para a Reforma Católica, como combatente ao avanço do protestantismo, no qual “o conflito inevitável entre a força conservadora e o liberalismo mostrou-se em duas frentes; o sangrento campo da guerra e o campo calmo da atividade educacional, diplomática, governamental e missionária” (EBY, 1976, p. 92). E os padres da Ordem jesuítica nessa última frente. De acordo com o autor, a Companhia atuou na Reforma por ter a seguinte perspectiva:

Contemplativo e sujeito a visões como era, não obstante, Inácio era um homem de ação e não tinha pensamento de retirar-se do mundo em reclusão piedosa. Acreditava que a Igreja estava em guerra com o mal, uma situação que exigia ação de cruzado mais agressivo caráter. A organização da ordem foi ideada com toda a sagacidade e precisão possíveis. Cinco linhas de ação foram gradualmente apontadas como necessárias para o cumprimento de seus desígnios: pregação, missões, caridade e cuidado dos doentes, influência sobre todos os que exercessem autoridade pública ou diplomacia, e educação (EBY, 1976, p. 93).

O texto é subdividido em nove partes, que são, respectivamente: *Organização da Sociedade*; *O sistema de educação jesuítica*; *O objetivo educacional*; *Crescimento da Sociedade*; *Colégios jesuíticos*; *Currículo e textos*; *Os métodos de disciplina e motivação*; *O preparo dos professores* e *Apreciação da educação jesuítica*. O autor afirma que, realmente, a educação não figurava entre os objetivos iniciais de fundação da Ordem, mas que teve destaque logo nos primeiros anos, e esta era regulamentada pelo *Ratio Studiorum*. Para Eby (1976, p. 97), o sistema de educação jesuítica foi o “mais perfeito jamais idealizado e praticado para controlar a personalidade humana por doutrinação” e pode ser “considerado como o elemento ultraconservador na evolução da educação moderna”.

O grande desafio da educação jesuítica nesse sentido, de acordo com o autor, era como acrescentar o ideal renascentista, que valorizava as culturas clássicas e pregava o individualismo, à Ordem, que pregava a obediência e a submissão à Igreja. Dessa maneira, “como ensinar o latim e o grego clássicos, sem se tornar atraente o paganismo antigo, e sem emancipar a livrar a capacidade especulativa, era um problema delicado” (EBY, 1976, p. 94). Na mesma medida que a Companhia cresceu, as críticas à Ordem também ganharam espaço, de modo que “mesmo a Igreja, para a qual tinha sido organizada com intenção de servi-la com absoluta dedicação, incomparável em toda a história humana, não aprovou sua obra” (EBY, 1976, p. 97-98). Essas críticas, embora não detalhadas no texto, eram justificadas:

Devido à grande agressividade desordenada de seus membros e a suas atividades discutíveis, a Ordem breve entrou em conflito violento

com as autoridades civis, universidades, membros do clero secular e algumas das outras ordens católicas. Numerosas acusações eram proferidas contra a Ordem, na Corte papal. Tão amargamente era a Ordem detestada que nos meados do século XVIII, foi expulsa da Espanha, de Portugal, da França e de todos os outros países europeus, exceto dois, em 1773 foi supressa pelo Papa (EBY, 1976, p. 95).

O livro *História da Educação* (1974), escrito por Paul Monroe, traz em *A Reforma e o Conceito Religioso de Educação*, sete páginas sobre a Ordem Jesuítica e é mais um livro que trata a Ordem como “principal instrumento da Contra-Reforma”, focando a discussão apenas nos aspectos educativos da Companhia de Jesus. Sobre a pedagogia jesuítica, o autor afirma que “incontestável é o mérito destas escolas que foram as instituições educativas de maior êxito durante 200 anos e que educaram muitos dos líderes da Europa nesse período” (MONROE, 1974, p. 183).

O livro trata, de maneira sucinta, dos métodos de estudos e organização da Ordem, preparação de professores e matérias de estudos humanistas, de maneira a afirmar que a Companhia de Jesus desenvolvia um trabalho educacional elitista, pois, “consagrava-se à educação de líderes, tendo, por conseguinte, pouco interesse pela educação elementar e, com maior razão, pouco interesse pela educação das massas” (MONROE, 1974, p. 184).

Dentre as críticas que o autor faz à Ordem, estão as de que a educação por ela ministrada inibia o educando e toda sua espontaneidade, opondo-se aos ideais do Renascimento. O autor afirma, de maneira mais elaborada que outros manuais, que a supressão da Companhia estava ligada a razões políticas, mas, no entanto a análise não esclarece quais atividades para o leitor:

[...] grande parte da hostilidade foi devida às atividades políticas da Ordem, e estas atividades vinham da aplicação do principio fundamental da Ordem de que tudo há de ser feito para a maior glória de Deus (A.M.D.G., que passou a ser sua divisa usual, isto é, *Ad Majorem Dei Gloriam*). Tratava-se de assegurar essa glória por meio do progresso dos interesses da Igreja. Na prática, o principio significa a completa subordinação do individuo à Ordem, da Ordem, de todos os que ela educava ou sobre quem exercesse influência, à Igreja. Ainda uma vez, tanto em principio quanto na prática, o individuo tinha de desaparecer completamente ante a instituição. O principio

francamente declarado pela Ordem em sua obra, e expresso nos votos dos membros, era a completa subordinação do indivíduo. Isso visava a seu plano educacional (MONROE, 1974, p. 187, grifos do autor).

Roger Gal, em *História de la Educación* (1968), aborda a Companhia de Jesus no capítulo *Los efectos del Renacimiento y de la Reforma sobre la Educación*. Com quatro páginas, o sub-capítulo *Los Colegios jesuíticos (1540-1773)*, assim como os demais manuais utilizados na pesquisa, afirma que a Companhia de Jesus nasceu da necessidade de defesa do catolicismo contra o avanço do protestantismo, pois, “um dos efeitos do Renascimento e da Reforma foi a criação e rápido desenvolvimento dos colégios dos jesuítas nos países católicos” (GAL, 1968, p. 75, tradução nossa)⁴.

Na perspectiva de que a Companhia de Jesus nasceu devido ao movimento de Reforma Católica, o autor, sobre a função da Ordem, afirma que “a ordem dos jesuítas, fundada em 1534, encontrou um meio de exercer sua dupla missão: fortalecer o papado, do qual dependia diretamente, e defender a fé católica das tendências chamadas neopagãs e da influência protestante” (GAL, 1968, p. 75, tradução nossa)⁵.

O autor trata brevemente da organização pedagógica da Ordem e dá foco à importância da formação para a elite nas instituições jesuíticas, isto porque, por intermédio da educação, os filhos da burguesia poderiam ter acesso a cargos importantes e de prestígio. Assim, os jesuítas:

[...] satisfizeram o desejo fortemente utilitarista da burguesia em ascensão para dar aos seus filhos a educação que acreditavam ser indispensável. [...] Para os filhos destes burgueses, o latim e a cultura eram o meio de ter acesso a cargos importantes no campo da medicina e do direito a magistraturas e chancelarias, ou seja, a

⁴ “Uno de los efectos del Renacimiento y de la Reforma fue la creación y el rápido desarrollo de los colegios de los jesuítas em los países católicos” (GAL, 1968, p. 75).

⁵ “La orden de los jesuitas, fundada em 1534, encontro el médio de ejercer su doble misión: fortalecer el papado, del que dependia directamente, y defender la fe católica de lãs tendencias neopaganas y de la influencia protestante” (GAL, 1968, p. 75).

possibilidade de atingir os mais altos cargos (GAL, 1968, p. 76, tradução nossa)⁶.

Após citar as *Constituições* e o *Ratio Studiorum*, Gal (1968) distingue os ciclos de estudos e as competições como métodos de ensino. Na conclusão do capítulo, a importância da pedagogia jesuítica e sua influência no mundo moderno, a despeito dos que se opunham a Ordem, é destacada:

Sua influência na educação francesa dos séculos XVII e XVIII era grande. A cultura clássica, que será imposta por duzentos anos, com seu ideal de homem abstrato e único em todas os tempos e países, a doutrina educacional e estética da imitação, é, mais ou menos, obra dos jesuítas (GAL, 1968, p. 78, tradução nossa)⁷.

O próximo livro analisado chama-se *História da Educação* (1987), escrito por Thomas Ransom Giles, que dedica as quatro últimas páginas do capítulo *O humanismo cristão e o processo educativo* para a história da educação da Ordem. O sub-capítulo *O processo educativo e a Contra-Reforma: a Companhia de Jesus* discorre inicialmente sobre a convocação do Concílio de Trento (1545-1563) na tentativa de “responder aos desafios da Reforma luterana, mas também para promover uma urgente e esperada renovação dentro da própria Igreja” (GILES, 1987, p. 134). Para o autor, no processo de Reforma da Igreja Católica, a Companhia de Jesus teve papel fundamental, pois utilizava a educação para realizar o papel missionário:

A Igreja não podia limitar-se tão-somente à promoção de reformas no ensino e à fundação de escolas, ou a implantar melhorias nas práticas institucionais. Devia-se criar a consciência de que era necessário um movimento de reforma educacional em todas as

⁶ “[...] complacieron el deseo fuertemente utilitario de la burguesía en ascenso de dar a sus hijos la formación que creían indispensable. [...] Para los hijos de estos burgueses el latín y la cultura eran el medio de acceder a cargos importantes en el campo de la medicina y del derecho a las magistraturas y cancellerías, es decir, la posibilidad de llegar a las más altas dignidades” (GAL, 1968, p. 76).

⁷ “Su influencia en la formación francesa de los siglos XVII y XVIII fue muy grande. La cultura clásica que va a imponerse durante doscientos años con su ideal de hombre abstracto y único a través de todos los tiempos y países, la doctrina estética y pedagógica de la imitación, es, poco más o menos obra de los jesuitas” (GAL, 1968, p. 78).

frentes. O instrumento deste ímpeto será a Companhia de Jesus, fundada em 1539 por Iñigo Lopez, conhecido na História por Ignácio de Loyola (1491-1556) e reconhecida oficialmente pelo Papa Paulo II em 1540 (GILES, 1987, p. 134).

O texto trata também da quarta parte das *Constituições*, na qual encontra-se a metodologia educacional, organização e administração a ser seguida dentro das instituições de ensino da Ordem. A educação jesuítica alicerça-se na filosofia de Tomás de Aquino, e os noviços estudam Lógica, Metafísica, Filosofia Natural e Moral. Após, o texto fala sobre a recomendação feita pelas *Constituições*, para que fosse elaborado um Plano de Estudos para a Companhia.

O Plano de Estudos, ou seja, o *Ratio Studiorum*, determina os métodos, exercícios, conteúdos que devem ser adotados, entanto, essa organização não era inflexível devido ao trabalho missionário dos jesuítas. Isto porque havia a necessidade da adequação ao local em qual estava estabelecido o colégio jesuítico, de maneira que “[...] tanto o método quanto o conteúdo devem adaptar-se às exigências da época, do local e das pessoas em questão, o que também é grande inovação” (GILES, 1987, p. 1235). O autor destaca, ao final do texto a ênfase do *Ratio Studiorum* na boa formação intelectual do professor.

O último livro analisado trata-se de *História Geral da Pedagogia* (1982), escrito por Francisco Larroyo. O livro dedica cinco páginas de seu capítulo *A pedagogia da Contra-Reforma* para tratar da questão educacional da Companhia de Jesus. Assim como os demais autores, Larroyo inicia seu texto discorrendo sobre a Reforma religiosa e a utilização da educação como reconquista e manutenção da fé católica, tarefa na qual a os jesuítas ganharam destaque, com sua atuação missionária e caráter militante:

O objetivo da Sociedade de Jesus era pregar, confessar e consagrar-se à educação da juventude católica, segundo os princípios da fé e as regras da Ordem, assim como dirigir colégios e seminários; tudo isso com a paixão de uma guerra.

[...]

Santo Inácio foi oficial antes de ser sacerdote, e deu a sua Ordem um caráter militar. Sua Ordem combateu com armas espirituais para

converter os hereges e sustentar os cristãos vacilantes (LARROYO, 1982, p. 379-380).

A formação dos jesuítas era baseada nos Exercícios Espirituais, e sobre a questão educacional, o autor descreve a organização dos estudos e do Plano de Estudos da Ordem, e destaca o longo tempo de formação de um jesuíta para desenvolver o papel de missionário. Sobre a crítica à Ordem e sua importância na educação:

[...] repetia-se que o Ratio descuidava da educação elementar (que os jesuítas refutavam com acerto, dizendo que sua ação se limitava à cultura média e superior, pois tudo se fazia entre todos) e da língua materna; que suprimia a originalidade e independência do espírito, que habituava a juventude à delação e que fazia demasiado latim com menosprezo das Ciências Naturais.

Porém, com estas e outras deficiências, seu sistema de ensino, mediante a preparação profissional do magistério, a continuidade e unidade de orientação e a gratuidade da aprendizagem, em um século de existência, havia-se difundido por todo o mundo (LARROYO, 1982, p. 382-383, grifos do autor).

Pode-se perceber, na análise dos manuais de História da Educação, que a fundação da Companhia de Jesus foi justificada pela Reforma Católica, e que a Reforma Católica se deu devido à reação da Igreja à Reforma Protestante. Alguns manuais têm o mérito de trazer a discussão com aspectos mais políticos e analisam o momento histórico como um momento de transformação da sociedade. No entanto, a maneira como esse período é tratado acaba por torná-lo fragmentado.

A Companhia de Jesus, por sua vez, é citada como promotora de uma educação de elite, porém com importante papel desempenhado na educação moderna. As críticas e os aspectos da Ordem são abordados de maneira sumária e limitada, o que não permite ao leitor uma compreensão do todo. Dessa maneira, os manuais, embora possam ser utilizados de início para uma pesquisa, é necessário que se faça um estudo muito mais aprofundado quando se pretendem compreender a modernidade, a Reforma Católica e a Companhia de Jesus.

3.2. Manuais de História da Educação no Brasil

Para analisar a História da Educação no Brasil, é necessário verificar que, além de manuais, houve também a produção de coletâneas de textos publicados nos últimos anos, organizados e publicados por importantes grupos de pesquisas da área, tais como o *História, Sociedade e Educação* (HISTEDBR) e a *Sociedade Brasileira de História da Educação* (SBHE). Nessas perspectivas, optou-se por também fazer a análise dessas produções.

No caso dos manuais de história da educação voltados especificamente para o Brasil, vemos no livro *História da Educação Brasileira: a Organização Escolar* (1998), de Maria Luisa Santos Ribeiro que a Companhia de Jesus e seu papel educativo no Brasil-Colônia é foco do primeiro capítulo, intitulado *A organização escolar no contexto da consolidação do modelo agrário-exportador dependente (1549-1808)*. O sub-capítulo *A fase jesuítica da escolarização colonial*, possui doze páginas e trata exclusivamente da educação jesuítica no processo de colonização.

Para Ribeiro, a educação em terras brasileiras está “estritamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (RIBEIRO, 1998, p. 18), portanto a autora desenvolve o texto a partir do contexto histórico da expansão ultramarina e afirma que, inserida nessa visão de expansão do mercado, essa política era a de que “o objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas”, e acrescenta que “a instrução, a educação escolarizada só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente” (RIBEIRO, 1998, p. 19-20). Nesse sentido entra a ação de catequese e instrução dos jesuítas, que de acordo com a autora, eram os únicos educadores da colônia que recebiam apoio real. Ribeiro faz um paralelo entre o plano de estudo de Manuel da Nóbrega para a colônia com o *Ratio Studiorum*. De acordo com a autora, o plano de Nóbrega:

[...] foi elaborado de forma diversificada, com o objetivo de atender à diversidade de interesses e de capacidades. Começando pelo

aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

Não tinha inicialmente, de modo explícito, a intenção de fazer com que o ensino profissional atendesse à população indígena e outro à população “branca” exclusivamente.

[...]

Mas como cedo perceberam a não-adequação do índio para a formação sacerdotal católica [...] (RIBEIRO, 1998, p. 21-22).

Com a publicação do *Ratio Studiorum* em 1599, que seguia os modelos educacionais europeus, desconsiderando a necessidade de se instruir os nativos, surgiu a obrigação de excluírem-se o aprendizado do português, da doutrina cristã, da leitura e da escrita e do canto e da música, partindo diretamente para o curso de humanidades, como está estabelecido no plano de estudos oficial da Ordem. Dessa maneira, “os colégios jesuíticos foram o instrumento de formação da elite colonial. O plano legal (catequizar e instruir os índios) e o plano real se distanciam. Os instruídos serão os descendentes dos colonizadores. Os indígenas serão apenas catequizados” (RIBEIRO, 1998, p. 23). Durante todo o texto, é destacado como a educação jesuítica era elitista e privilegiava a educação intelectual em detrimento das atividades agrícolas, de uma forma quase como alienante aos alunos, e que essa formação adequava-se de acordo com a ordem social estabelecida:

O privilegiamento do trabalho intelectual em detrimento do manual afastava os alunos dos assuntos e problemas relativos à realidade imediata, distinguia-os da maioria da população que era escrava e iletrada e alimentava a idéia de que o mundo civilizado estava “lá fora” e servia de modelo. Os “letrados” acabavam por rejeitar não apenas esta maioria, a exercer sobre ela uma eficiente dominação, como também a própria realidade colonial, contribuindo para a manutenção deste traço de dominação externa e não para a sua superação (RIBEIRO, 1998, p. 27).

Já no livro *História da Educação Brasileira* (1972), de José Antonio Tobias, a educação jesuítica é tema do primeiro capítulo intitulado *Educação cristã*, que é dividido em cinco partes: *Fontes da primeira educação brasileira; A educação*

jesuítica e a “universidade do Brasil”; A primeira pedagogia do Brasil; O mito do padre e Conclusões. O autor inicia o texto estabelecendo a necessidade de buscar no contexto de Portugal a concepção de educação no Brasil e afirma que essa educação já nasceu com caráter internacionalista, democrático e cristão, pois une em si culturas ocidentais, africanas e indígenas. Após descrever como eram as relações sociais entre os índios, a Europa e o movimento da Reforma Católica são foco do texto. Nesse momento, o padre da Companhia de Jesus é descrito como “o futuro guerrilheiro-colonizador do Brasil” (TOBIAS, 1972, p. 28).

Tobias destaca o pensamento europeu de que negros e índios eram seres inferiores, e que essa mentalidade foi a primeira deseducação implantada na educação brasileira, e que permanece até os dias atuais. Sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil-Colônia:

[...] todos os padres, todos os professôres e tôda a educação brasileira do primeiro século e quase totalidade do segundo estiveram encharcadas da mesma educação e do espírito da Contra-Reforma. Mais; prolongou-se de muito, esta educação, que foi, até mesmo após a reforma do Marquês de Pombal. Como capelães das casas-grandes e os vigários das cidades tinham sido alunos dos jesuítas, e como, por outro lado, o ideal de tôda mãe e de tôda mulher era ter um filho padre, percebe-se de que modo tôda a sociedade e tôda a educação brasileira dos dois primeiros séculos viveram impregnadas, profundamente impregnadas de jesuíta e de Contra-Reforma (TOBIAS, 1972, p. 35-36).

O texto traz os primórdios da Companhia de Jesus e a fundação de seus colégios. Sobre a organização dos estudos na colônia, o autor destaca que, apesar do *Ratio Studiorum* ser o documento que toda instituição da Ordem deveria seguir, esse poderia ser adaptado:

O currículo escolar dos jesuítas, no Brasil, foi decorrência, primeiro do *Ratio Studiorum*, e depois, da necessidade de se adaptar ao novo ambiente e às inelutáveis surpresas de um mundo virgem e incomensurável. Aliás, a própria orientação do *Ratio Studiorum* aconselhava a adaptar-se às novas necessidades e a criar ou empregar outros métodos, o que foi excelentemente feito pelo jesuíta no Brasil (TOBIAS, 1972, p. 66).

No livro *História das Idéias Pedagógicas no Brasil* (2007), de Dermeval Saviani, a contribuição dos padres da Companhia de Jesus para o Brasil-Colônia é expressa em quatro capítulos, que demonstram não apenas o caráter de missões da Ordem, como também mostram os jesuítas como homens que contribuíram para a colônia não apenas na religião, mas na política e economia.

Trata-se de uma obra que discute, com um olhar crítico, a importância da educação no Brasil colonial e a atuação dos jesuítas em terras brasileiras de maneira crítica, e não apenas trata do tema como apenas uma visão contrária ou favorável aos jesuítas. Tem o cuidado de definir o conceito de colonização, bem como abranger as demais Ordens que atuaram em terras brasileiras. Analisa a abrangência das regras do *Ratio Studiorum* divide os momentos da educação jesuítica até a sua expulsão dos territórios portugueses. A concepção de educação jesuítica abordada na obra é analisada da seguinte forma pelo autor:

[...] as idéias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas não como meras derivações da concepção religiosa (católica) de mundo, sociedade e educação, mas na forma como se articularam as práticas educativas dos jesuítas nas condições de um Brasil que se incorporava ao império português. Nesse contexto três elementos entrelaçaram-se compondo um mesmo movimento, dialetizado, porém, nas contradições internas a cada um deles e externas que os opunham entre si (SAVIANI, 2007, p. 7).

O livro *Educação Brasileira: 500 anos de História* (1500-2000), escrito por Arnaldo Niskier, publicado em 1996, é um manual escrito por um único autor que destaca a educação jesuítica. A fundação da Ordem e a chegada dos primeiros padres em terras brasileiras são tratadas no título *Os anos 500*. Citações de cartas de Manuel da Nóbrega, Simão de Vasconcelos, João de Azpilcueta Navarro, são apresentadas para demonstrar como era a apropriação dos dialetos indígenas pelos padres, de forma que o autor afirma que “poucos capítulos da História do Brasil, em sua fase colonial possuem tão rica e autêntica documentação como a que se relaciona com a ação da Companhia de Jesus no Brasil” (NISKIER, 1996, p. 47).

No *Os anos 600*, o posicionamento contra a escravidão dos índios proporcionou ataques em reduções jesuíticas no sul, inclusive a expulsão dos padres

de alguns territórios. A ocupação holandesa também prejudicou a atuação da Companhia, pois padres foram presos, deportados e os estabelecimentos mantidos pelos jesuítas foram assaltados. A expulsão da Ordem do Brasil Colônia e suas conseqüências para o ensino são tratadas ao final. Vale destacar um questionamento feito pelo autor, sobre as críticas ao modelo educacional jesuítico:

O modelo de educação jesuítica, embora tenha trazido para o Brasil as vantagens já assinaladas de manutenção da integridade territorial e da mesma religião, foi criticado por ser excessivamente “humanístico”. Por sua causa, até hoje, o nosso país teria dificuldades com o mundo do desenvolvimento científico e tecnológico.

Por outro lado, ele seria favorável ao *establishment*, fazendo o jogo de Portugal, ou seja, do dominador. Se a primeira argumentação pode ser questionada, pois apresenta alguma razão, a segunda é claramente comprometida com uma visão ideológica. Se os jesuítas estivessem pura e simplesmente fazendo o jogo de Portugal, como justificar os problemas que levaram à sua expulsão?

Por último, pode-se questionar a tese de que os religiosos ensinavam obediência aos índios – e isso seria uma forma de servir ao colonizador. Sabe-se que aqui entra a presença de Deus. A crença na sua existência interessaria somente a Portugal? A questão é complexa e merece muita reflexão (NISKIER, 1996, p. 56, grifos do autor).

O último manual analisado foi *História da Educação no Brasil* (1930/1973), de 1983, escrito por Otaíza de Oliveira Romanelli. Apesar de fazer um recorte histórico de 1930 a 1973, o livro aborda a educação no Brasil colonial como ponto de partida para a evolução do sistema educacional brasileiro. No capítulo *A abordagem teórica*, Romanelli, ao tratar da definição do conceito de cultura desenvolvido em seu trabalho, afirma que esta ocorre no meio social com tempo e espaço determinado. De acordo com a autora:

As trocas culturais, as influências mútuas são conseqüências da variedade de culturas existentes e dos contratos entre elas. Essas trocas, quando se processam, tendem a fazer enriquecer as culturas interessadas, já que as diferenças notáveis entre elas são outros tantos desafios à imaginação e à inteligência humana.

[...]

Já no colonialismo, iniciado na Idade Moderna, as trocas culturais se fizeram das mais diversas formas. No que toca ao Novo Mundo, elas

foram aniquiladoras das culturas indígenas. Em casos como esses, recusamo-nos a chamar de troca o contato feito. O que em verdade ocorreu foi uma transferência pura e simples dos padrões culturais europeus para as terras das Américas (ROMANELLI, 1983, p. 21).

Para Romanelli, durante o processo de colonização, tanto no Brasil quanto em outras regiões, as trocas culturais ocorreram de diversas formas. No entanto, o que ocorreu em terras brasileiras foram imposições culturais. A imposição do modelo cultural europeu ocorreu pela camada social dominante, para a qual estava voltado o ensino jesuítico. Compreende-se assim, a educação jesuítica como agente de formação intelectual da elite. Para a autora:

Os produtos acabados da cultura intelectual são mais facilmente alienáveis. Eles transportaram para o Novo Mundo através da camada social dominante, a única em condições de alimentá-los e manipulá-los a seu favor. E constituiu-se verdadeiramente, dada a falta de enraizamento nas condições locais, num corpo cultural estranho mantido, em corpo alheio, graças às constantes injeções de realimentação administradas pelos jesuítas, veículos de conteúdo cultural importado. O controle, domínio e manipulação desses bens ajudaram a manter a dependência cultural da Colônia, ao mesmo tempo que conferia *status* à classe dominante e contribuía para manter a distância entre esta e as demais camadas sociais (ROMANELLI, 1983, p.22, grifos da autora).

A instrução jesuítica, aliada ao seu ideal missionário, tinha como intuito a aculturação dos indígenas, a imposição de valores, condenando, dessa forma, como errado, não-civilizado, pecado, tudo o que fugisse da cultura do homem ocidental. A ação da Companhia de Jesus tinha como interesse a disseminação do catolicismo, bem como a estagnação social, a manutenção do *status quo*, a preservação da cultura européia. E este modelo de educação nos primeiros séculos de colonização do Brasil, foi determinante para a educação mesmo após sua extinção, pois ratificou as desigualdades sociais, e utilizou a formação escolar como instrumento para transmitir tal ideologia:

E que o que se tem em vista, na cultura transplantada, é a imposição e a preservação de modelos culturais importados, sendo, pois, diminuta a possibilidade de criação e inovação culturais. A escola,

neste caso, é utilizada muito mais para fazer comunicados do que pra fazer comunicação e este papel é desempenhado tanto mais eficazmente, quanto mais o que se pretende com a ação escolar é formar o espírito ilustrado, não o espírito criador. Cedo ela se transforma numa instituição ritualista, onde o cumprimento de certas formalidades legais tem valor em si mesmo. Na fase colonial, este tipo de ação escolar também é o instrumento do qual vai servir-se a sociedade nascente para impor e preservar a cultura transplantada. A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras, e mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades (ROMANELLI, 1983, p. 23-24).

Alguns manuais têm o mérito de trazer a tona discussões relevantes sobre conceitos de cultura, educação, elite e política. Alguns se posicionam a favor de tudo que os jesuítas fizeram, como se fossem heróis santos, e outros trazem a Companhia de Jesus como uma instituição que atravancou o processo de emancipação social.

Percebe-se que, diferentemente dos manuais de História da Educação, os manuais de História da Educação no Brasil não trazem apenas descrições da fundação da Companhia de Jesus, do *Ratio Studiorum*, da atuação na Reforma Protestante, mas ampliam a discussão para um âmbito político, social e cultural, trazendo diversificados tipos de análises.

A pesquisa em manuais de História da Educação focados no Brasil é essencial para se compreender as diversas vertentes nas quais se posicionam os autores sobre a atuação da Companhia de Jesus. No Brasil criou-se um mito de que a metodologia educacional desenvolvida pelos jesuítas é causadora de mazelas educacionais que ocorrem até a contemporaneidade. Essa perspectiva também pode ser considerada como um motivo para a baixa quantidade de produções acadêmicas sobre o período e sobre a Ordem.

Questões como essa devem ser analisadas com um olhar crítico, pois trata-se de uma questão política e ideológica, muito maior do que a questão educacional pura e simplesmente. Deve ser lembrado também, que a Ordem foi expulsa dos territórios

portugueses, e mesmo após seu regresso, não desenvolveu papel de tão grande destaque.

Outra questão a ser analisada, é que a educação jesuítica, sendo uma formadora da classe dominante do período colonial, que não se estendia a todos, ou seja, apenas uma minoria tinha acesso a essa educação, portanto é de se questionar se o raio de influência educacional negativa dos colégios jesuíticos teria essa dimensão pra afetar a educação brasileira até a contemporaneidade. O momento histórico deve ser considerado também, para evitar anacronismos com o conceito de educação, o tipo de homem e como se organizava a sociedade no período, com o modelo atual.

3.3 Coletâneas sobre educação no Brasil

Das coletâneas analisadas, iniciaremos com o livro *500 anos de educação no Brasil* (2000), organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. Nessa compilação de textos sobre história da educação no Brasil, a Companhia de Jesus ganha destaque em quatro artigos. Em *Educação jesuítica no Brasil Colonial*, escrito por José Maria de Paiva (2000, p. 43), o autor explica sua linha de pensamento, no qual aborda “a escola jesuítica no seu contexto colonial e tento entendê-la como instituição, isto é, como forma de relações sociais, e entendê-la nos seus efeitos”.

O artigo traz não somente em como se organizava a educação jesuítica, mas como se organizava a sociedade colonial. Mostra os conflitos entre a pregação de uma cultura letrada e a manutenção cultural de Portugal em terras totalmente diferentes da européia. Sobre a importância da Ordem no Brasil colonial e como essa vem sendo e deve ser retratada:

Os livros e os textos sobre a educação jesuítica no Brasil colonial contêm, geralmente, informações sobre o currículo ou sobre o

desenvolvimento dos colégios. Como a situação social da época não é posta em questão, pode parecer ao leitor que se assemelha à nossa e lemos os fatos escolares dos séculos coloniais à luz da nossa experiência. Ora, escola, escolarização, alfabetização têm um sentido típico em cada época, em cada contexto social (PAIVA, 2000, p. 43).

O autor faz questão de frisar os conflitos diários e violentos de guerra entre os índios e o homem “branco e civilizado”. Demonstra as adaptações da cultura, como a justificativa dos jesuítas ao escravizar negros e a defesa de alguns para se escravizar os índios. Nessa perspectiva de imposição da cultura:

É importante assinalar que os portugueses colonizadores só tinham uma visão de sociedade, visão esta que se realizava na sua sociedade e, portanto, tendo-a como modelo, agiam segundo ela em seu relacionamento com as demais culturas. O único comportamento possível, no caso, era a imposição. A sociedade portuguesa tinha uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião (PAIVA, 2000, p.44).

No mesmo livro, João Adolfo Hansen (2000) escreve no capítulo *A civilização pela palavra* sobre o Concílio de Trento que declarou herética a tese de Martinho Lutero, que “com ela, Martinho Lutero tinha determinado que o fiel devia pôr-se em contato com Deus por meio da leitura solitária da Bíblia, dispensando a mediação do clero e dos ritos e cerimônias visíveis da Igreja” (HANSEN, 2000, p.19). Trata sobre os jesuítas como divulgadores da doutrina da Graça inata e cita a atuação dos padres da Ordem no Brasil no século XVI e XVII. Cita os documentos jesuíticos *Ratio Studiorum*, *Constituições* e os *Exercícios Espirituais*. Já no capítulo *O Seminário de Olinda*, de Gilberto Luiz Alves (2000) trata brevemente os colégios jesuíticos e a sua escolástica.

O capítulo *Mulheres educadas na Colônia*, de Arilda Inês Miranda Ribeiro (2000), aborda a situação feminina na colônia, na qual a educação da mulher era desconsiderada. A mulher era vista como um ser inferior, onde ser calada e passar despercebida era uma virtude.

[...] a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu dos indígenas brasileiros que foram ao Pe. Manoel de Nóbrega pedir que ensinasse suas mulheres a ler e escrever. O Padre, sensibilizado, mandou uma carta à Rainha de Portugal, Dona Catarina, ainda no início da colonização, solicitando educação para as indígenas (RIBEIRO, 2000, p. 80).

No livro *Educação, memória, história: Possibilidades, leituras* (2004), organizado por Maria Cristina Menezes, nenhum texto traz referências aos jesuítas, mesmo citando o século XVII, pesquisas em história e historiografia da educação brasileira, tradição escolar na cultura portuguesa e o processo de escolarização no Brasil.

O livro *Fontes, história e historiografia da Educação* (2004), possui dois artigos que trazem breves referências da atuação jesuítica no Brasil-Colônia. O primeiro é da autoria de Dermeval Saviani, intitulado *Breves considerações sobre fontes para a história da educação*, no qual exemplifica em como trabalhar com fontes, cita como exemplo a pesquisa sobre a Companhia de Jesus: se o foco for estudar os métodos de ensino da Ordem, as fontes serão registros relativos a organização e procedimentos; se o objetivo for defender ou acusar a pedagogia jesuítica, as fontes serão as que permitem entender a pedagogia jesuítica à luz do pensamento moderno. O segundo texto do livro, *A Educação Escolar Pública e a formação de professores no Império brasileiro*, escrito por Sérgio E. M. Castanho, embora trate de outro momento histórico, não deixa de citar a predominância da Companhia de Jesus nos primórdios da educação brasileira, descrevendo a pedagogia inaciana e os primeiros traços de formação docente.

O livro *Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação* (2001), organizado por Diana Gonçalves Vidal e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, aborda a Ordem nos seus primeiros capítulos. Em *Ratio Studiorum e Política Ibérica no Século XVII*, João Adolfo Hansen trata da cultura escolar jesuítica no século XVII, fazendo um apanhado histórico do Plano de estudos e seus antecedentes. Assim, de maneira crítica, são analisados o ensino, os cursos e a organização das instituições educacionais. Para o autor o *Ratio Studiorum* “não é propriamente um tratado teórico de pedagogia, mas um código prático de leis pedagógicas” (HANSEN, 2001, p.18).

Já o segundo texto, intitulado *A Conversão do Gentio ou a Educação como Constância*, de Andréa Daher, trata da educação e conversão dos índios em terras brasileiras. A autora foca o estudo na obra *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, de Manuel da Nóbrega, que contempla a “função colonizadora e, mais ainda, civilizadora, por excelência, da educação cotidiana das crianças indígenas como estratégia igualmente essencial de produção de novas formas de organização do tempo e da memória” (DAHER, 2001, p. 52).

A opção por analisar coletâneas se deu devido à quantidade considerável de exemplares publicados nas últimas décadas, nas quais textos elaborados por intelectuais que participam de grupos de pesquisas sobre História da Educação, como o HISTEDBR, SBHE e DEHSCUBRA, são divulgados, e o Brasil colonial recebe mais destaque, se comparado aos manuais. Percebe-se que, diferentemente dos manuais, as coletâneas apresentam textos que, embora mais delimitados, abordam diferentes aspectos da colônia e da Companhia de Jesus e trazem em si questionamentos e posicionamentos críticos, ampliando as possibilidades de novas pesquisas sobre a temática.

3.4. Manuais de História da Companhia de Jesus

Os livros sobre a História da Companhia de Jesus selecionados foram *A História da Companhia de Jesus no Brasil* (2004) de Serafim Leite, e *Paixão e glória: História da Companhia de Jesus em corpo e alma* (2006), de Ignácio Echaníz, ambos autores são membros da Companhia de Jesus. A escolha se deu devido às diferentes abordagens utilizadas pelos autores, embora pertencentes à mesma Ordem.

A obra de Echaníz trata sobre a fundação da Companhia até 1965, e trata dos aspectos e padres de destaque da Ordem, mas também abordando as biografias e ações missionárias de padres que atuaram no Brasil colonial, como Anchieta e Nóbrega. *Paixão e glória* divide-se em quatro tomos, que representam os momentos

históricos mais importantes: a promessa da primavera, que abrange o período de 1529-1581; o esplendor do verão, que aborda os principais jesuítas e missões do século XVII; a crise do outono, de 1687 à 1773; o inverno das expulsões e a supressão, de 1773 à 1814 e a segunda primavera da restauração, que abrange de 1814 a 1965 (ECHANÍZ, 2006). O livro trata os padres como heróis e bem feitos, dando pouco destaque aos conflitos dentro da própria Ordem, bem como possui uma versão mais romantizada da atuação jesuítica, tratando-se, dessa maneira, de uma obra extremamente apologética. A obra foca-se mais em biografias dos padres, portanto não dá muito destaque aos documentos da Companhia.

Já a obra de Serafim Leite trata-se de um clássico cuja primeira edição é datada em 1938, possui dez tomos e tem uma abordagem mais histórica e focada no Brasil. A edição de 2004 traz a compilação dos tomos em quatro volumes e tem o diferencial de trazer todas as imagens e documentos da obra em um cd-rom. O autor faz um estudo sobre a ação da Companhia de Jesus no Brasil, com imagens de Seminários, retratos de padres, dados históricos, plantas de colégios, cartas, entre outros. Apesar do foco ser o Brasil, Leite trata da fundação da Ordem e faz uma análise dos documentos históricos, tais como as *Constituições*, *Fórmula do Instituto*, o *Ratio Studiorum* e os *Exercícios Espirituais* de maneira minuciosa.

O livro traz também biografias dos padres que atuavam no Brasil, dados dos colégios jesuíticos e dos conflitos dentro e fora da Ordem. Trata-se de uma obra fundamental para os pesquisadores do período, isto porque Serafim Leite reuniu com destreza dados inéditos que antes não eram abordados em outras obras. Alguns muitas vezes que constam em documentos raros da Companhia de Jesus, proporcionando e facilitando o acesso a informações pela perspectiva de alguém de dentro da própria Ordem. Isto se torna fundamental, pois, a partir desse livro, muitas outras pesquisas puderam e podem ser desenvolvidas.

As publicações dessas obras, ambas pela Editora Loyola, têm o mérito de colocar em foco o estudo da Companhia de Jesus, principalmente o trabalho educacional desenvolvido pelos jesuítas, considerando, como destacado neste capítulo, que a atuação da Ordem ainda é pouco estudada no país.

4. EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XVII

Estabelece-se como objetivo para o terceiro capítulo analisar a educação jesuítica no Brasil-Colônia no século XVII, contexto em que Alexandre de Gusmão escreveu suas obras. Nas obras de Gusmão existem características típicas da modernidade, tais como o conceito de civilidade e a noção de infância. Considerando que no século XVII houve uma grande valorização da infância, pois, com as Reformas Católica e Protestante, as crianças passaram a ser concebidas como uma espécie de salvação para humanidade. Ou seja, ao se educar um infante sob determinados preceitos – religiosos, morais, éticos – projetava-se um melhor destino para a humanidade. Dessa maneira, educar uma criança dentro da religião cristã, era garantir o avanço e manutenção da Igreja, a guardiã das verdades de Cristo na Terra.

Outro conceito que se pode observar nas obras de Alexandre de Gusmão é o da civilidade, ou seja, das boas maneiras. O momento histórico do século XVII é marcado também pelo estabelecimento do papel da burguesia na sociedade – fato que ia delineando novos traços na organização social. Percebe-se nesse momento que a linguagem da corte europeia era diferente da utilizada pela burguesia. Desta forma, essas regras eram cada vez mais difundidas, fixadas e padronizadas. Estabelecendo regras de comportamento, linguagem e outros códigos sociais, a burguesia ia fomentando cada vez mais sua distinção das demais camadas sociais, perpetrando no sistema educativo uma marca a compor a sociedade civil, publicando cada vez mais livros sobre a boa convivência, boas maneiras e educação.

Compreender o conceito de educação desenvolvido pelos jesuítas no século XVII permite que seja conhecido como a sociedade colonial se organizava, isto porque a educação é um reflexo social. Dessa maneira, analisar como e por quê ocorria a implantação de uma cultura letrada na colônia representa compreender o apogeu da ação da Companhia de Jesus.

Pretende-se desenvolver uma análise pormenorizada desses conceitos explícitos nas obras de Alexandre de Gusmão, pois por intermédio dessas, pode-se

observar como se dava a realidade concreta da educação em terras brasileiras do período colonial. Este capítulo tem a função de demonstrar como se dava a educação na colônia, bem como estabelecer uma conexão com o quarto capítulo, que analisará as obras de Gusmão como expressão da cultura colonial.

4.1. A educação jesuítica em terras brasileiras no século XVII

A concepção de educação utilizada para a realização da pesquisa é mais abrangente do que aquela que se restringe ao saber escolar e intelectual, não tomando como referência apenas a instrução que ocorria nos colégios jesuíticos. Nessa perspectiva, educação se define socialmente a partir do tipo de homem que uma sociedade quer criar e reproduzir, tantos nos aspectos físicos, mas, principalmente, nos aspectos morais, relacionados tanto à inteligência como à atuação dos sujeitos em seu convívio. Isso porque a educação na colônia não se figurava apenas no ensino formal, já que o acesso a educação não era para todos os indivíduos. Deve-se considerar também que o processo educativo do período estava intimamente ligado ao processo de aculturação, de manutenção da cultura portuguesa (PAIVA, 2000).

Deve ser considerado que a maneira como se dava a educação colonial está ligada ao funcionamento da economia da colônia, que era baseada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava de maneira que isso “favoreceu o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal” (ROMANELLI, 1983, p.33). Dessa maneira, percebe-se que, no século XVII “a cultura escolar jesuítica [...] associava-se à ‘política católica’ portuguesa como um conjunto de *normas*, que definiam saberes a serem ensinados e condutas a serem inculcadas, e um conjunto de *práticas* que permitiam a transmissão desses saberes” (HANSEN, 2001, p.13, grifos do autor). Assim, a maneira de organização econômica e política que propiciou o acultramento:

Foi a família patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a importação de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia, feita através da obra dos Jesuítas. Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se, por sua origem européia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados (ROMANELLI, 1983, p. 33).

Sobre a educação como atividade exclusivamente humana, a qual aprende-se no cotidiano, com outros homens, os conteúdos historicamente acumulados e comportamentos sociais estabelecidos, e sobre como se dava a educação dos indígenas antes dos europeus na Colônia, os autores afirmam:

A educação talvez seja a atividade mais tipicamente “humana” que a humanidade realiza. A partir do momento em que os bebês esboçam os primeiros sinais de são capazes de “aprender”, inicia-se um processo pedagógico que persiste por toda a sua vida. Assim, a todo o momento estamos sendo “educados”. A princípio pelos nossos pais e familiares mais próximos, posteriormente [...] pela sociedade. Nos tempos mais remotos da história, a educação restringia-se ao fluir normal das atividades do dia-a-dia e caracterizava-se pelo “aprender fazendo”. Entre os índios que viviam no Brasil à época da chegada dos primeiros europeus, o conhecimento era ensinado na vida prática do dia-a-dia pelo conjunto da tribo. Os mais velhos ensinavam aos mais novos as regras de convívio social, os rituais, o trabalho e a guerra, entre outras atividades (COSTA; MENEZES, 2009, p. 31-32).

A catequização dos índios, o ensino de pequenos serviços agrícolas, o teatro, a musicalização, eram utilizados no processo de civilização dos nativos, apesar de não se enquadrarem na educação formal, essas práticas não deixam de ser educativas, visto que a apreensão de modos para a convivência social e os padrões estabelecidos pelo momento histórico são necessários para a formação do sujeito, não apenas a ler, escrever e contar. Sobre a catequização indígena:

A Companhia de Jesus foi fundada para difundir a Palavra especialmente a povos que não A conheciam – e por meio de uma socialização prolongada. Dirigem-se a homens que não são, portanto

iguais a si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade (NEVES, 1978, p. 45).

No Brasil colonial, a educação formal ocorria nas casas de ensino dos padres que desenvolviam missões, como os seminários e colégios da Companhia de Jesus. A educação não-formal, por sua vez, ocorria nos engenhos e no processo de catequização dos índios. Consideramos no trabalho o conceito de educação não-formal, ao invés de educação informal, pois embora essa não ocorresse dentro de instituições, tinha objetivos e metodologias muito bem delimitadas pelos padres da Ordem. De acordo com os autores:

Falar de educação na sociedade colonial brasileira é falar de como os homens se educavam, os valores e virtudes a serem favorecidos, os vícios a serem evitados, os saberes considerados fundamentais para o exercício da vida comum ou da vida letrada, tudo isso em meio a um contexto em que o Brasil, enquanto nação, não existia ainda, pois predominavam a política, a economia, a cultura portuguesa (COSTA; MENEZES, 2009, p. 32).

O conteúdo cultural na colônia era transmitido pelas instituições religiosas, de maneira quase hegemônica pela Companhia de Jesus, cujos objetivos eram a salvação de almas e manutenção da fé católica e da cultura ocidental. Nesse sentido, a educação que ocorria nas instituições jesuíticas era considerada dogmática, que se posicionava “contra o pensamento crítico, que começava a despontar na Europa” (ROMANELLI, 1983, p. 34).

Devido ao escasso acesso à educação no Brasil colonial, apenas a camada mais privilegiada possuía acesso à educação, como os filhos dos senhores de engenho. Os filhos de sertanejos que possuíam acesso às primeiras letras, por adquirirem conhecimento que não existia em seu próprio meio social, ao saírem das casas jesuíticas, acabavam por ingressar na camada social que possuía o acesso à educação, ascendendo socialmente. Isto porque o indivíduo que possuísse estudo se diferenciaria dos demais. Ou seja, independentemente da origem social dos alunos, a educação jesuítica transformou-se em uma educação de classes.

Falar em educação em uma determinada sociedade é referir-se para das instituições escolares existentes nela, do conteúdo, das regras e dos objetivos que elas possuem. A pesquisa considera como ponto de partida a educação no sentido mais alargado do que no sentido apenas escolar, livresco e intelectual. Uma educação que abrange comportamentos morais e éticos, regras de conduta, vícios e virtudes, não nivelando dessa forma a educação aos colégios jesuíticos. Considera-se também, nesse sentido, que os próprios jesuítas não utilizavam a palavra educação, mas colégios ou institutos, ou até mesmo, instrução. Vale adiantar também que, nesse momento histórico, a educação também incorporava conceitos de civilidade, que será tratado em outro momento.

Na sociedade brasileira do século XVII haviam escolas, havia um conteúdo escolar direcionado às crianças - com o objetivo de formá-las e instruí-las - mas haviam, também, outras formas que educavam, senão diretamente, pelo menos intuitivamente, ao mostrar em quais as virtudes que os homens deveriam praticar e quais os vícios que deveriam evitar. Isso fica explícito ao tomar um país colonizado por católicos, que queriam “civilizar” os indígenas e escravos, condenando suas formas de expressar religiosidade, de se organizar, vestir, entre outros. Dessa maneira, no período colonial:

O comportamento em sociedade era, com efeito, ditado pela *nossa santa fé*, sendo objeto pois de um único juízo, de um mesmo critério de avaliação. A fé dava os contornos ao comportamento social. Os comportamentos aprovados se diziam *bons costumes* e eram objeto da doutrinação da Igreja e, nos mesmos termos, da legislação do reino. Os comportamentos que se opunham aos *bons costumes* mereciam reprovação social e punição e se diziam pecados (PAIVA, 2007, p. 15, grifos do autor).

A Companhia de Jesus, com suas metodologias de ensino – sejam essas pelo intermédio dos próprios colégios da ordem, ou com a utilização de sermões, música, teatro, livros, catequese - é uma dessas instituições sociais e culturais, que, mesmo não sendo exclusivamente escolar, produz uma espécie de filosofia da educação ao trabalhar com as questões sociais e humanas, de forma religiosa e intencional (com objetivos delimitados).

O primeiro plano educacional desenvolvido por Nóbrega em terras brasileiras abrangia o canto e a música instrumental. Essa forma de educar não-formal persistiu durante os anos de atuação dos jesuítas no Brasil colonial, sendo que o Seminário de Belém da Cachoeira, dirigido por Gusmão no século XVII, deixa explícito em seu regulamento a importância da música para a formação. Pode-se citar também a utilização de recursos para a disseminação do catolicismo, como o teatro, para adaptar a mensagem teológica à mensagem popular de fácil entendimento, incorporando a cultura indígena em suas peças, a fim de obterem mais aceitação e assimilação dos nativos, com o intuito de encaminhá-los para a verdade divina. O trabalho de catequese com crianças era também uma forma de ter acesso facilitado à conversão do gentio, pois os filhos passariam aos pais o que aprendiam:

A principal estratégia utilizada para a organização do ensino, tendo em vista o objetivo de atrair os “gentios”, foi agir sobre as crianças. Para isso se mandou vir de Lisboa meninos órfãos, para os quais foi fundado o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e, depois, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente. Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica (SAVIANI, 2007, p. 43).

Os conteúdos dos materiais escritos pelos jesuítas do período expressam a necessidade de formar o indivíduo cristão que se relaciona coletivamente com outros seres humanos, desvelando, revelando, expondo as mazelas da sociedade, as dificuldades. Porém, expressa também os sucessos que essa mesma sociedade produziu. Enfim, por falar dos homens da época, julgando seus passos e comportamento, estabelecendo o que é certo e o que é errado na vida deles, os jesuítas, por intermédio de suas obras, permitem que se investigue a educação humana naquele período pelo olhar da religião. Isto tendo em vista que a educação não atingia mais do que uma pequena minoria no Brasil colonial.

De acordo com Saviani (2007) a atuação dos padres jesuítas no Brasil-Colônia divide-se em dois momentos: o heróico, que abrange a chegada dos jesuítas até 1570, marcado pela morte de Manuel da Nóbrega, e o de consolidação, que vai de 1570 até a data de expulsão da ordem, em 1759, cuja representação se dá pela

criação dos colégios e a consolidação do *Ratio Studiorum*. Sobre o intuito das missões jesuíticas no século XVII:

Século XVII, com a instalação das ordens, principalmente a Companhia de Jesus, a instalação dos primeiros colégios e a consolidação de um modelo educacional. No campo missionário, com a instalação de missões, cujo intuito, além da propagação da fé, era o de garantir a posse da terra conquistada (CASIMIRO, 2008, p. 20).

Ao considerar o poder da Igreja Católica, a hegemonia jesuítica na educação no Brasil colonial, percebe-se que os jesuítas logo não apenas catequizavam e ensinavam as primeiras letras, como também exerciam grande influência política. Isto porque disseminavam os mandamentos católicos, na tentativa de manutenção do poder e influência da Igreja, bem como para seguir o ideal de salvação de almas da Ordem, e eram essenciais no processo de colonização e de manutenção cultural.

4.2. Educação de crianças, religião e civilidade

A sociedade em que Alexandre de Gusmão escreveu seus textos, era uma sociedade adentrando a modernidade. As inovações da sociedade no período afetam o ordenamento da sociedade, quer no âmbito da fé, como nos dos costumes. Na economia, o pré-capitalismo mercantil começava a contrapor-se ao feudalismo. A secularização da educação e dos bens temporais permitiram, na modernidade, a concepção do conceito de transformação do homem e da realidade. Por intermédio da própria educação, essa concepção é perceptível nas obras de Gusmão.

Proliferam nesse momento a literatura que estabelece tratados sociais de comportamentos e regras a serem cumpridas. Os escritos possuem um estilo de textos voltados aos temas da educação, do cuidado das crianças e também, do cuidado-de-si, de grande profusão naquela época. O estilo, ou gênero, foi desenvolvido a partir das idéias de Erasmo de Rotterdam (1466/69-1536) - autor que se tornou referência para a Companhia de Jesus, citado por Gusmão em sua obra

Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia - especialmente *A Civilidade Pueril* (*De civilitate morum puerilium*), de 1530. Erasmo de Rotterdam acreditava que a razão deveria ser cultivada, pois só através dela a humanidade se desenvolveria e dedicou atenção especial à infância. O livro *A Civilidade Pueril* possui preceitos e regras para a boa educação, etiqueta e convivência para crianças pequenas, assim como Gusmão o fez anos mais tarde no Brasil. Em sua obra, Erasmo aborda desde como se comportar em uma Igreja como no leito. De acordo com Erasmo:

A arte de instruir criança consta de diversas etapas. A primeira e a principal consiste em fazer com que o espírito ainda tenro receba as sementes da piedade; a segunda que tome amor pelas belas artes e aprenda bem; a terceira, que seja iniciada nos deveres da vida; a quarta, que se habitue, desde cedo, com as regras da civilidade (ERASMO DE ROTTERDAM, s.d., p. 123).

Percebe-se nas obras de Alexandre de Gusmão, em especial no livro *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, que existe uma necessidade de reforma da sociedade, pois constam nelas conselhos práticos aos pais em como criar e instruir os filhos para um comportamento tido por uma perspectiva católica como ideal bem como deveriam comportar-se os pais, tendo em vista que os conselhos de comportamentos contidos em suas obras serviam também aos adultos, lembrando sempre das responsabilidades sociais desses, e seus sermões eram destinados à salvação da alma.

Deve-se ser considerado que o conceito de infância nem sempre existiu e este vem modificando-se ao longo dos anos, de acordo com as mudanças de sociedade. Essas mudanças são bastante significativas se compararmos a Idade Média à Moderna. No Brasil, Alexandre de Gusmão, com sua obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, é um dos pioneiros no estudo da educação de crianças pequenas e sua obra é de extrema importância para a manutenção do conceito de infância.

Embora a existência de escritos sobre a educação de crianças pequenas vinha sendo registrada desde o século XVI, Alexandre de Gusmão, por intermédio de suas obras, recomenda um modo de educar as crianças em um período em que

essas ainda não eram focos de discussões. A obra em análise demonstra ainda o aspecto de reforma da vida familiar, sendo que os preceitos para a educação formal e informal das crianças abrangiam não apenas fundamentos teológicos, mas conselhos práticos aos pais e responsáveis. De acordo com Alexandre de Gusmão:

Se nos pais houver cuidado em ler e praticar este tratado a seus filhos; e nos meninos houver a curiosidade em estudar o que lhes pertence, espero, com a graça de Deus e favor de sua santíssima mãe, haja nas famílias muita melhoria, nas repúblicas, muita reformação, na igreja, muitos justos e, no céu, muitos santos (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p. 6).

Assim, a leitura de *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* é indicada pelo autor não apenas aos pais, mas às próprias crianças, algo que sugere então que os preceitos ali contidos não eram difundidos. Ratificando, dessa maneira, a necessidade de reforma da família na sociedade colonial.

Nesse momento histórico, houve uma valorização da infância, pois a religião tinha como concepção de que a criança era uma tábula rasa na qual tudo poderia ser escrito e projetado, e isso dependia de sua educação para tornar-se uma boa pessoa cristã. De acordo com o autor, eram “os ânimos dos meninos como uma tábua rasa que um insigne pintor tem aparelhada para pintar nela qualquer imagem [...] se anjo, anjo; se demônio, demônio representará” (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p.13). E, essa educação, dependia exclusivamente de seus pais, mestres e responsáveis pela criança, pois assim como o quadro, bem ou mal pintado, depende do pintor, assim “bem, ou mal criado, o filho depende dos primeiros ditames que nele, como em tábua rasa, debuxou o pai enquanto menino” (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p. 14). Gusmão deixa de lado a visão de infância que projeta a criança como um adulto em miniatura, com as mesmas responsabilidades, formas de vestir e de tratar, mas salientando a necessidade de cuidados, correções, educação, exemplos, entre outros, que as crianças pequenas demandavam. E considerando também que no processo de evangelização, as crianças poderiam ser a maneira de converter os gentios, pois ao converter o filho, o próximo seria o pai. E ao educar uma criança nos princípios religiosos, garante-se que ela não se afaste desses preceitos

posteriormente, na vida adulta. A visão de Gusmão sobre a infância expressa a pedagogia jesuítica em seu apogeu. Isso significa dizer que ela representava a hegemonia católica sobre a educação, além da religião, nos domínios portugueses, pois:

A concepção pedagógica deste educador jesuíta caracterizava-se fundamentalmente, para além do apego à sobriedade dos princípios da doutrina católica, pela vigilância, pela severidade e pela autoridade: Gusmão (1685, p. 259 -272 e 301 – 324) condenava tudo o que fossem mimos ou cedências às vontades pueris e defendia, convictamente, o recurso à disciplina, à obediência e ao castigo físico moderado. Como dava também grande importância à conduta e ao exemplo dos educadores, pretendia que na escolha do mestre se atendessem, preferencialmente, ao seu comportamento social e moral (FERREIRA, 1988, p. 270).

A boa criação cristã é exposta pelo autor como fundamental tanto para a convivência familiar, a salvação do indivíduo como também para o Estado, percebendo o aspecto político de sua pedagogia religiosa. Bons cristãos para a Igreja, bons súditos para a República. De acordo com Alexandre de Gusmão (2004):

Queixando-se ela como estava a república cristã tão desbaratada nos costumes e que remédio haveria para a sua reformação, o Senhor lhe mostrou uma maçã podre, dizendo que, assim para conservar essa maçã podre, não havia outro meio senão semear a semente de dentro, assim para reformar a cristandade perdida era o remédio instruir a puerícia (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, P. 38).

Dessa forma, a boa criação utilizada para manutenção dos fiéis da Igreja Católica, remete ao caráter missionário de fundação da ordem e a sua atuação na Reforma Católica. Alexandre de Gusmão continua, ao expressar a importância da boa educação das crianças para a República, considerando que se bem criados, adultos temerosos a Deus, se tornarão:

É, pois, de tanta utilidade à república a boa criação dos filhos na idade pueril que dela depende todo o seu bem. Como de sua falta se segue toda a ruína, como expressamente ensina Platão; e a razão disto está muito clara, e é do mesmo filósofo, porque, como a

república não seja outra coisa mais que a congregação e comunidade de seus cidadãos, quanto estes forem melhores, tanto melhor será a república (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p. 38).

A concepção de educação jesuítica era a de uma educação integral, não formando apenas a inteligência, mas, também desenvolvendo capacidades e aptidões que preparavam o homem para a vida, porém, tendo sempre em mente que essa educação se dava para a formação religiosa, e que uma educação que desviasse desse propósito, de acordo com os preceitos jesuíticos, não era considerada uma educação humana de fato.

Gusmão afirma o ideário educacional da Companhia de Jesus (embora esse não tenha sido objetivo na fundação da Ordem) no decorrer de sua obra. A educação de crianças pequenas dentro dos preceitos cristãos, que abrangem a assimilação de bons costumes e não apenas a educação formal, é, de acordo com o autor, obrigação da Companhia de Jesus.

O conceito de educação aqui apresentado abrange também as regras de comportamento, linguagem e códigos sociais. As regras e valores eram cada vez mais disseminados, fixados e padronizados, pois a burguesia, que firmava seu papel na sociedade, acreditava que, para superar o Antigo Regime, era necessário vencer a ignorância, por intermédio da difusão da instrução, instaurando então o princípio de educação para todos. No entanto, percebe-se na colônia, que essa educação não era para todos, mas mantinha-se apenas para algumas camadas sociais, que, por meio da instrução, acabavam por ter atuações na sociedade diferentes dos demais. Configurando-se, dessa forma, uma educação de classes, que alguns autores, como Romanelli (1983), definem como elitista.

5. A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DE ALEXANDRE DE GUSMÃO

O quarto capítulo da dissertação tem como objetivo analisar os fundamentos teológicos e pedagógicos das obras *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), *Escola de Belém*, *Jesus Nascido no Presépio* (1678), *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689) e *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686) do padre Alexandre de Gusmão à luz da própria filosofia educacional jesuítica.

Ao analisar essas obras como expressão da cultura colonial, buscou-se observar se a educação resumia-se a uma instrução que perpetrava uma cultura elitista, no qual apenas ricos e nobres tinham acesso, que buscava manutenção de súditos da Igreja e do regime social, e compreender o que significou para o Brasil a implantação da cultura letrada propagada por aqueles padres no século XVII. Os trabalhos educativos no Brasil-Colônia desenvolvidos por ordens religiosas tinham como características:

[...] circularam no Brasil colonial e no Império Português idéias pedagógicas inspiradas na filosofia clássica, no Estoicismo, nas Sagradas Escrituras, na Patrística, na Escolástica. Essas idéias, baseadas em princípios do Antigo Testamento e nos ensinamentos cristãos, no desenrolar da história foram sendo ressignificadas e adaptadas à compreensão e à convivência de cada tempo e lugar por canonistas, teólogos e moralistas, comumente chamados doutores da Igreja. Principalmente a partir de meados do século XVII, até a primeira metade do século XVIII, estas idéias, que eram apresentadas em forma de sermões e livros de reflexões morais, passaram a ser difundidas com mais vigor mediante a anuência das ordens religiosas e, prevalecendo, com a licença oficial (*imprimatur*) da Igreja Católica (CASIMIRO, 2008, p. 36-37).

As obras de Alexandre de Gusmão enquadram-se nessa categoria de textos com reflexões morais, tendo em vista que suas obras aqui analisadas tratam da única temática, a busca da salvação de almas. Objetivo que deveria seguir diversas

premissas cristãs de educação, desde a criação das crianças até a educação do adulto. Os conselhos teológicos e morais das obras de Gusmão são sempre baseados na obediência e negação dos desejos temporais. Em uma outra categoria de livros escritos no período, encontram-se os manuais e cartilhas:

Além de obras catequéticas, de reflexão teológica e moral, circularam em Portugal e nas suas colônias algumas cartilhas e manuais de instrução, impressos e manuscritos, com conteúdos de primeiras letras, religião e aritmética. Nesses documentos, a parte dedicada à doutrina era, geralmente, bem maior que do que aquela dedicada aos conteúdos científicos (CASIMIRO, 2008, p. 41).

A vida e obra de Alexandre de Gusmão confunde-se com a de autores homônimos. Assim como o período colonial e a Companhia de Jesus, Gusmão não tem sido foco de estudos. Durante o levantamento bibliográfico para a pesquisa, percebe-se que as pesquisas acadêmicas sobre o autor foram desenvolvidas nos últimos três anos, e o foco do estudo é a obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*.

5.1. Alexandre de Gusmão: vida e obra literária

Alexandre de Gusmão, proveniente da pequena nobreza de Portugal, nasceu no dia quatorze de agosto de 1629 em Lisboa, e faleceu em quinze de março de 1724, em Cachoeira na Bahia. De acordo com Raimundo de Menezes (1969), Gusmão faleceu aos noventa e cinco anos, longe dos debates, com fama de santo e venerado pela população local.

Gusmão veio ao Brasil com sua família em 1644, aos quinze anos. Estudou humanidades, teologia, filosofia e retórica por um ano no colégio da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro antes de ingressar na Ordem, em vinte e sete de outubro de 1646. Foi um intelectual que não teve sua formação concluída na metrópole pois

cursou filosofia e teologia no colégio da Bahia. Atuou como mestre de noviços no Rio de Janeiro em 1662 e em 1664 foi ordenado padre jesuíta.

Na Companhia de Jesus, Alexandre de Gusmão atuou como vice-reitor e reitor do Colégio Jesuítico do Espírito Santo (1663-1664) e da Bahia, onde foi por duas vezes provincial (1684 a 1688 e 1694 a 1697), onde apoiou as missões do sertão. Promovendo missões em São Paulo, administrou índios aldeados, local aonde chegou a ser prisioneiro de piratas.

Por seus escritos ascéticos voltados para a educação de crianças pequenas, Alexandre de Gusmão é considerado um dos primeiros pedagogos, já que sua obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Lisboa, 1685) é uma das primeiras a tratar do tema infância, escrita em terras brasileiras. Também é considerado precursor do romance no Brasil-Colônia, pois escreveu a primeira obra de ficção do país, a novela alegórica *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (Lisboa, 1682), que foi traduzida para o castelhano e reeditada até o século XIX.

Alexandre de Gusmão foi também quem decretou o último silêncio de Antônio Vieira (1608-1697). João Adolfo Hansen, em nota nas obras *Cartas do Brasil*, afirma que “Vieira fora privado pelo provincial, padre Alexandre de Gusmão, da voz ativa e passiva, isto é, direito de votar e ser votado, para os cargos eletivos, como pena disciplinar pouco justificada, e de que ele apelou para o geral alcançando satisfação” (VIEIRA, 2003, p. 605).

O silêncio de Vieira foi decretado devido a conflitos refletidos dentro da própria Ordem, entre jesuítas e paulistas que buscavam a utilização de mão-de-obra indígena. Para Vieira, de acordo com Juarez Donizete Ambires “a formação de um grupo de apoio à intenção paulista no interior da Companhia é traição e as atuações distintas gerarão uma contenda que é das mais polêmicas a envolver jesuítas, na vida da Colônia” (AMIBIRES, 2003, p. 122). E esse grupo é formado por Alexandre de Gusmão, João Andreoni e George Benci, que favorecem a posição dos paulistas. Ambires afirma ainda que os conflitos entre Gusmão e Vieira estendem-se, e abrangem a construção do Seminário de Belém da Cachoeira, pois “grande desafeto do pregador, nesta contenda, será Alexandre de Gusmão. É que devido ao mencionado intuito que domina o jesuíta retornado, opor-se-á Vieira à construção do

Colégio e Seminário de Belém da Cachoeira, na Bahia – idéia gestada e capitaneada por Gusmão” (AMBIRES, 2003. p. 123).

A importância de Alexandre de Gusmão para a educação brasileira destaca ainda um fato, o de ser fundador do Seminário de Belém da Cachoeira (1678), na Bahia, que até o início do século XVIII era o único da Companhia na América portuguesa. O Seminário fundado por Gusmão atendia na forma de internato, portanto é considerado o primeiro Colégio interno do Brasil. Sobre o Seminário, sua fundação, manutenção e objetivos:

A Escola de Belém, de 1678, e a Arte de Criar bem os filhos, reunidas num pensamento único, fizeram nascer a Escola ou Seminário, a que se pôs o mesmo nome de Belém, que ficou na topografia local e na história pedagógica do Brasil.

A idéia do Seminário apresentou-se ao começo com caráter popular, para nele se criarem os filhos dos moradores, sobretudo dos *pobres*, que viviam no sertão, e poderem estudar não só os primeiros elementos de ler e escrever, mas também latim e música. Impunha-se a ajuda oficial e particular para iniciativa de tal natureza e magnitude. Alexandre de Gusmão requereu-a à Coroa. El-Rei mandou pedir informes ao Governador Geral, manifestando o seu apoio à idéia e estabelecendo a colaboração privada no ensino. Dizia El-Rei ao Governador o que o Governador repete na resposta, como era praxe na correspondência oficial: “procurasse persuadir aos moradores de maior possibilidade concorressem para com ele algumas esmolas certas, para se sustentarem os filhos dos que são pobres, pois era razão que tendo êles maior fruto das terras, se movessem à caridade para com os necessitados; principalmente quando as rendas da fazenda de Vossa Majestade não fôsem bastante para os encargos públicos para a conservação de todo o Estado; e ainda no caso dela poder caber alguma cômgrua para êste Seminário, sempre convinha que se aumentasse um maior número, para que, por meio da doutrina, que adquirissem os pobres, que nêles se recolhiam, pudessem ter os que são ricos, Missionários naturais para as Aldeias, Mestres para os seus filhos, e Religiosos para o serviço de Deus, enriquecendo a todos do bem espiritual das almas, sem o que não podia haver riqueza, que aproveitasse, nem duração alguma dos bens temporais, que hoje se logram”.

Contém a Carta Régia a própria exposição de motivos dada pelo Jesuíta. El-Rei assume-os como seus e declara o Estabelecimento de “utilidade pública” e excita os particulares a que o subsidiem (LEITE, 2004, p. 241, v. V, grifos do autor).

O Seminário, de acordo com Serafim Leite (2004, v. V), possuía caráter popular, no qual crianças pobres, filhos dos moradores do sertão, estudavam, não só as primeiras letras como também tinham acesso à cultura erudita. Durante os setenta e dois anos de funcionamento, recebeu cerca de mil e quinhentos estudantes. A manutenção do Seminário acontecia pela iniciativa privada, pois a ajuda dos poderes públicos da época totalizaram o valor de cem mil réis, enviados em uma única vez somente. Dessa maneira, era solicitado aos que tinham condição de subsidiar os estudos, que os fizessem para que os menos afortunados pudessem também ali estudar. Sobre a manutenção do seminário-internato, Serafim Leite afirma que:

O Padre Alexandre de Gusmão apelou para possíveis benfeitores. Tinha lhe recomendado o P. Antonio Vieira, ao tomar posse do cargo de Visitador em 1688, que buscasse esse auxílio, mas com prudência, não confiando demasiado em promessas, que poderiam desfolhar-se antes do fruto, e suceder que, fundadas nessas esperanças, se principiasssem obras que depois necessitariam, para se concluir, alguma coisa de mais positivo que simples esperança (LEITE, 2004, p. 241, v. V).

O objetivo maior do Seminário era receber alunos de diversas partes do país para estudarem Humanidades, a fim de formarem alunos bons cristãos e tementes a Deus, assim como consta no Regulamento do Seminário de Belém, que possui três partes e quarenta e quatro parágrafos:

o fim dêste Seminário é criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, afim de saírem ao adiante bons cristãos. Além disso, hão-de aprender a ler, escrever, contar, gramática e Humanidades, e não se lerá Curso de Filosofia; e nas doutrinas, que se fazem aos Domingos, se há-de procurar que aprendam os mistérios da fé com inteligência, e por isso não se estenda o Padre, que faz a doutrina, demasiado, nas exortações ao Povo porque essa se pode fazer aparte nas festas do ano e a obrigação de fazer a doutrina é maior (LEITE, 2004, p. 244, v. V).

Estudaram no Seminário ilustres homens, tais como o padre inventor de uma máquina aérea, Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724) e seu irmão Alexandre de Gusmão (1695–1753) – diplomata e secretário de D. João V, afilhado

do padre Alexandre de Gusmão. Acredita-se que, por uma amizade em famílias, Bartolomeu, que só possui o sobrenome Lourenço, adotou o Gusmão, e seu irmão mais novo, Alexandre, foi batizado assim em homenagem ao seu padrinho.

Destaca-se aqui que, existem três Alexandres de Gusmão que fizeram parte da história da Companhia de Jesus: o fundador do Seminário de Belém da Cachoeira, o diplomata e o reitor do Colégio de São Paulo (LEITE, 2004). Dessa maneira, ainda existem dados confusos sobre a atuação dos três Alexandres, que muitas vezes confundem-se nas biografias. A pouca divulgação da obra do padre Alexandre de Gusmão (1629-1724) influencia também no fato de existirem poucos materiais sobre sua biografia. Pode-se citar como exemplo Hugo Schlesinger e Humberto Porto (1995), que afirmam que Alexandre de Gusmão era um padre português que nasceu em 1629 e faleceu em 1724, escreveu *História do predestinado peregrino e seu irmão precito*, e que foi secretário de Estado de D. João V e atuou na elaboração do Tratado de Madri. No entanto, o Alexandre de Gusmão que foi secretário de Estado, exerceu essa função entre 1730 e 1750, e o Tratado de Madri foi firmado em 1750, anos depois do falecimento do padre jesuíta.

Carlos Eduardo de Almeida Barata e Antônio Henrique da Cunha Bueno (1999), fazem um levantamento da árvore genealógica da família Gusmão e Lourenço, e afirmam que Bartolomeu e Alexandre (o diplomata) eram irmãos, no entanto não há nenhuma referência de que Gusmão (o jesuíta) tivesse algum grau de parentesco com eles. Palmira Morais Rocha de Almeida, afirma que Alexandre de Gusmão (o diplomata) era irmão de Bartolomeu e afilhado de Alexandre de Gusmão (o jesuíta), que seu pai “mantinha fortes laços de amizade com o Padre Alexandre de Gusmão [...] de quem veio adoptar o apelido” (ALMEIDA, 2003, p. 221). J. Nunes Vilhena (1956), na matéria do jornal A Gazeta, afirma que:

[...] desempenhava o cargo de Reitor do Colégio de Santos, o ilustre jesuíta Pe. Alexandre de Gusmão, depois, provincial da Companhia de Jesus.

[...] Francisco Lourenço, ao entregar ao Padre Alexandre de Gusmão a educação do filho, mais tarde, celebre Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, - o “Voador”, que não pertenceu ao Instituto dos Jesuítas, mas teve sua primeira formação no Seminário de Belém.

O Pe. Alexandre de Gusmão, tem sido, por vezes, confundido com um seu homônimo natural de Santos (VILHENA, 1956, p. 33).

Algumas biografias afirmam que Bartolomeu e Alexandre eram sobrinhos do padre, como afirma Menezes (1969), todavia, de acordo com Serafim Leite (2004), o padre Alexandre de Gusmão ainda teve um sobrinho que também se chamava Alexandre de Gusmão (que também foi jesuíta e reitor do Colégio de São Paulo) e tampouco era irmão de Bartolomeu e Alexandre:

O P. Alexandre de Gusmão teve no Brasil um sobrinho nascido no Rio de Janeiro, também do mesmo nome, Alexandre de Gusmão, que foi Padre da Companhia e Reitor de S. Paulo, e não era irmão daqueles dois. Portanto, três Alexandres de Gusmão: o 1.º fundador de Belém da Cachoeira; o 2.º secretário e inspirador do Tratado de Limites de 1750; o 3.º, reitor do Colégio de S. Paulo [...] (LEITE, 2004, p. v. V).

De acordo com outro padre da Companhia de Jesus, Armando Ricardo, que escreve na introdução das obras completas de José de Anchieta (1977), “o P. Alexandre de Gusmão [...] fundador do Seminário de Belém da Cachoeira da Bahia, padrinho dos Lourenços, Bartholomeu e Alexandre [...]” (ANCHIETA, 1977, p. 30). Dessa maneira, tomaremos como referência para a vida do autor, os escritos de padres pertencentes à Ordem, porque essas informações coincidem e são mais coerentes.

Como as fontes sobre o padre Alexandre de Gusmão confundem-se utilizaremos as informações colhidas em obras de autores da própria Ordem como Serafim Leite, e de informações em matérias do *Pateo do Collegio* dos Jesuítas, em São Paulo. A obra de Serafim Leite, inclusive traz uma foto em preto e branco de um retrato de Gusmão, retrato este que encontra-se no *Pateo do Collegio* e recentemente passou por uma revitalização. Durante o levantamento para o estudo, o museu Anchieta, do *Pateo* foi um dos locais visitados para a pesquisa de fontes, do qual foi possível obter, em 2009, uma reprodução do retrato (ilustração a seguir). O nome do autor da obra é desconhecido, no entanto a informação da obra é que trata-se de uma pintura a óleo feita no século XVIII.



Ilustração 1 P. Alexandre de Gusmão. Arquivo Museu Ancheita – *Pateo do Collegio*.

Alexandre de Gusmão legou-nos, entre textos catequéticos, livros e sermões o total de treze obras, que são respectivamente: *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio* (Évora, 1678), *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (Lisboa, 1682), *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (Lisboa, 1685), *Sermão na catedral da Bahia de Todos os Santos* (Lisboa, 1686), *Meditação para todos os dias da semana* (Lisboa, 1689), *Meditationes digestae per annum e Menino Cristão* (ambos publicados em 1695), *Rosa de Nasareth, nas montanhas de Hebron* (Lisboa, 1709), *Eleição entre o bem & Mal eterno* (1717). E as publicações póstumas *O corvo e a pomba da Arca de Noé e Árvore da vida* (ambos publicados em Lisboa, 1734), *Compendium perfectionis religiosea* (Veneza, 1783) e *Preces recitandae statis temporibus ab alumni Seminarii Bethlemici* (data de publicação incerta, provavelmente em 1783).

Figuram entre as obras escolhidas para esta pesquisa *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685), *Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio* (1678), *Historia do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689) e *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686), pois tratam do tema educação e criação para o fim maior predestinado dos homens, a salvação e o encontro com Deus.

O desafio que se apresentou para a realização da pesquisa foi a pouca quantidade de materiais sobre Alexandre de Gusmão, estando esses dispersos e em difícil localização, sem referências claras. Foi necessária a consulta de literatura de apoio para encontrar dados que ainda estão imprecisos. As obras de Gusmão escolhidas para análise são obras raras que se encontram na biblioteca da Universidade de São Paulo, com acesso restrito para pesquisadores e que foram digitalizadas apenas em 2007, ano de elaboração do projeto desta pesquisa. Com exceção do livro *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, que possui tradução em português e foi publicado no Brasil pela editora Martins Fontes em 2004, os livros restantes encontram-se disponíveis na Biblioteca Nacional de Lisboa.

5.2. Educação e religião nas obras de Alexandre de Gusmão

O livro *Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio*, com 329 páginas, aborda a história de Cristo, e possui fundamentos teológicos para guiar os bons cristãos. O autor descreve as condições para ser um discípulo da Escola de Belém. Pode-se referir como Escola de Belém os ensinamentos de Jesus, tendo em vista que o autor afirma que “os primeiros discípulos da Escola de Belém, foram os Santos Pastores, os Santos Reis, e a Santa Virgem, com o Santo José” (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 1678, p. 18 tradução nossa).

Em todo o livro, Alexandre de Gusmão demonstra como deve ser a educação dentro dos preceitos cristãos, baseados na beleza dos ensinamentos de Jesus Cristo. Na obra existem referências de textos bíblicos e de filósofos que embasam os ensinamentos em praticamente todos os parágrafos. As lições e documentos contidos na obra trazem em si explícitos os objetivos da Companhia de Jesus e a metodologias de estudos do *Ratio Studiorum*. Sobre a organização da Escola de Belém:

Em três classes se reparte a Escola de Belém, porque em três partes se divide a Ciência do Céu, que nela se ensina. A primeira classe se chama Vida Purgativa; a segunda, Vida Iluminativa; a terceira, Vida Unitiva. Na primeira classe da Vida Purgativa, nos ensina o Mestre de Belém os documentos, como uma alma se purga dos vícios e pecados, pela verdadeira abnegação de si mesmos, e constitui o primeiro estado de estudantes de Belém, que chama de Incipientes. Na segunda classe da Vida Iluminativa, nos ensina os documentos, como uma alma, depois de purgados os vícios, há de plantar as flores da virtude à imitação das de que nesse dulcíssimo mistério resplandecem, a qual constitui o segundo estado de estudantes, que chamam proficientes. Na terceira classe da Vida Unitiva, nos ensina os documentos de amor, com que uma alma se une com seu Criador, depois de purgados os vícios e plantadas as virtudes, a exemplo do ardentíssimo amor, que este Senhor nos mostrou em seu santo Nascimento; e constitui o terceiro estado de estudantes, que chamam de perfeitos (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 1678, p. 3-4, atualização nossa).

Gusmão, em sua obra, afirma que o padroeiro de sua Escola de Belém é o santíssimo patriarca José, esposo da mãe de Deus, pois pelo cuidados que teve com o menino Jesus, a quem mais, senão ele, poderia Gusmão dedicar a escola (Gusmão, 1978).

No decorrer da obra, santos, personagens bíblicos e históricos são citados como exemplo de conduta e conhecimento. A obra pode ser considerada um tratado educacional, pois demonstra como deve ocorrer uma educação em uma escola, baseada evidentemente no *Ratio Studiorum* e todos os preceitos da Companhia de Jesus. Descreve como deve ser um mestre da Escola de Belém, apoiada na sabedoria do padre e na sabedoria dos céus, que encontra-se no menino Jesus, e como devem ser os discípulos da Escola, crentes em Deus e seguidores d'Ele.

A obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, cuja versão de 1685 possui 409 páginas, foi um dos primeiros livros escrito no Brasil-Colônia a tratar da infância, preocupando-se com a criação de meninos e meninas. Embora a educação de mulheres não era foco do estudo do livro, Gusmão dedica um capítulo no qual declara que deve-se ensinar as meninas a ler e a escrever, mas que estas devem ser muito bem cuidadas e vigiadas, para que não percam sua pureza:

Do qual consta que não só é conveniente mas mui louvável ensinar as boas artes à filhas desde meninas; ao menos o ler e escrever devem aprender todas, e, as que se criam para religiosas devem aprender alguns princípios da língua latina; porque é isto não só conforme ao uso das nações mais políticas a republicas bem ordenadas, mas também é conforme ao que São Jerônimo ensinou nas Epistolas, que escreveu a Leta, Santa Paula e a outras grandes mães de família (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p. 296).

Em todo o livro Gusmão, assim como em *Escola de Belém, Jesus nascido no presépio*, recorre a grandes filósofos, a Bíblia e a histórias populares para dar embasamento à sua obra e reforçar seus conselhos. Ao observar todos os títulos dos capítulos do livro, pode-se ter uma nítida noção dos conteúdos abordados nos mesmos, tendo em vista que Gusmão expõe de maneira clara todos os seus pressupostos para a boa educação sugeridos no decorrer da obra, seguindo uma

linha de raciocínio coerente e de fácil compreensão. Sobre o objetivo da sua obra, Alexandre de Gusmão justifica:

É tão próprio da Companhia de Jesus atender à boa instituição dos meninos nos primeiros anos de sua puerícia, que faz disso especial menção na forma de sua profissão; porque sendo seu instituto ensinar as boas artes e inculcar os bons costumes a todos, para maior glória de Deus e bem das almas neste particular de instituir os meninos, quis seu fundador, iluminado pelo Espírito Santo, que houvesse na Companhia Especial obrigação. Por esta causa, ocupando-se a Companhia em ensinar aos mancebos as ciências maiores, não somente em escolas públicas, mas em doutíssimos comentários com que cada dia sai a luz; com o mesmo cuidado se ocupa em ensinar aos meninos os primeiros princípios e as primeiras ações dos bons costumes, com que se colhe o fruto, que a todo mundo é manifesto. Sendo, pois, esta a obrigação da Companhia, fica clara a razão por que resolvi fazer este tratado, que intitulo *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. Para que os pais de famílias saibam a obrigação que têm de os criar e saibam também como o hão de fazer com acerto (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2004, p. 5, grifos do autor).

Gusmão afirma que o filho sábio aproveita a boa criação. Explica que filhos bem criados sabem melhor criar seus próprios filhos quando os têm. Destaca também a importância da boa educação e da boa criação das crianças para a sociedade e cita Atenas como exemplo, que se reergueu graças à boa educação transmitida. Faz referência a outros diversos exemplos da ruína de sociedade onde houve descaso com a educação das crianças. De acordo com Serafim Leite (2004), a obra, assim como *Escola de Belém*, *Jesus nascido no presépio*, são como elementos teóricos que Gusmão colocou em prática no Seminário de Belém da Cachoeira.

A obra *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* trata da criação dos meninos e das meninas, seguindo os preceitos cristãos, representando a pedagogia jesuítica em seu apogeu, que por sua vez, representava a hegemonia católica sobre a educação, além da religião, nos domínios portugueses. Dividido em duas partes, o livro demonstra todo o rigor da formação e militância jesuítica. Discorre sobre conselhos aos pais e mestres no cuidado da criança, considerando que, no século XVII houve uma grande valorização da infância. Isto porque, com as reformas

religiosas, a criança era tida como salvação da humanidade, portanto, preservando e consertando-a seria possível mudar o rumo que a sociedade tomava.

Já a obra *Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio* se trata de uma lição de meditação que possui intuito pedagógico e moral, em busca do amadurecimento espiritual baseado na veneração do Menino Jesus. Na obra, o presépio se torna escola, pois nele se encontra motivos de crescimento, arrependimento e amadurecimento em busca da perfeição espiritual. Ou seja, Jesus ensina por exemplos, milagres e palavras lições que permitem ao homem passar da via purgativa para a via iluminativa, até a via unitiva.

Em suas obras Gusmão prescreve os comportamentos necessários para que o indivíduo em sua jornada na terra alcance seu fim maior, a salvação de sua alma, e a construção do Seminário de Belém demonstra esse conceito de educação cristã colocado em prática. Conclui-se assim que a educação jesuítica tinha como objetivo a formação intelectual dentro dos princípios cristãos, que, por sua vez, implicavam na manutenção da fé católica e no apoio da reformação da própria Igreja.

Na novela alegórica *História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito* (1685), com 394 páginas, Gusmão retoma a história de Agar, a serva egípcia de Sara, esposa de Abraão, e mãe de um filho de Abrão, Ismael. O texto descreve a peregrinação em busca pela salvação de sua alma, no qual desenganos e o amor às coisas temporais são empecilhos e a razão pode conduzir à verdade divina.

A obra busca exemplificar que quem não utiliza a razão para sua salvação está condenado à danação eterna, personificado em Precito, e Predestinado é aquele que escolhe o caminho reto e divino. Utilizando alegorias ao invés de personagens, Gusmão mostra a jornada de Predestinado, que foi à Jerusalém, e Precito, que foi à Babilônia. Gusmão prescreve os comportamentos necessários a serem tomados na jornada por este mundo com o intuito de que se atinja a verdade que conduza o homem de volta à morada paterna, ou seja, o caminho para a verdade divina.

De acordo com Gusmão, todos os homens podem seguir o caminho correto, no entanto alguns se desvirtuam de sua verdadeira terra, o Céu. Ou seja, estão os homens na terra apenas de passagem, e possuem o livre arbítrio:

Em quanto nesta vida militamos, somos todos como desterrados, ou como peregrinos, porque ausentes de nossa pátria, que é o Céu, ou como desterrados dela pelo pecado de Adão, ou como caminhastes para ela pelos merecimentos de cristo, vivemos aqui neste vale de lágrimas, ou como desterrados, ou como peregrinos. [...] O que nos importa, é caminhar para a nossa pátria, saber os caminhos, e procurar a entrada, para o que nos servirá de guia o exemplo da história, ou parábola seguinte (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 1685, p. 1-2, atualização nossa).

Em *Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686), que possui 32 páginas, Gusmão cita personagens da Bíblia, como Paulo, Pedro, Moisés e o rei Davi. O texto aborda como não se deve duvidar do poder de salvação divina, utilizando a interpretação dos textos bíblicos de Gusmão e fatos ocorridos dentro da Igreja Católica, como o Concílio de Trento. O texto se inicia com o questionamento sobre o que livrará os homens das enfermidades e pestilências, e no final conclui que o que poderá livrar o homem é apenas Deus.

Em *Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus* (1689), com 294 páginas, Gusmão desenvolve formas de refletir sobre as orações em diversos aspectos, desde as tentações, que as impedem, até como praticá-las. Sobre as instruções para a utilização das meditações:

Se alguém quiser tomar os exercícios de Santo Inácio por oito dias, conforme o costume dos religiosos da Companhia de Jesus, poderá valer-se das Meditações deste mesmo Livro, com a distribuição, que logo se apontará, para suprir a falta do instrutor, ou Padre espiritual, que o deveria encaminhar, e dirigir, quando isto, por alguma causa, não puder ter (ALEXANDRE DE GUSMÃO, 1689, p. 259, tradução nossa).

O autor ensina como meditar sobre as graças divinas em cada dia, demonstrando benefício da fé católica, da redenção e do chamado divino, no qual a religião é a escola da perfeição. Destaca a importância do batismo, das causas das malícias dos pecados para a alma e do julgamento divino sobre os que optaram pos

não seguir o caminho reto, cujo destino é o inferno. O autor finaliza a obra com instruções sobre como proceder durante oito dias de meditações, orações e jejuns

Para Casimiro, existem na colônia diferentes formas de se conceber a educação, que variam conforme a classe social. Dentre essas formas estão a educação dos “brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvos de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica” (CASIMIRO, 2008, p. 20). Sobre os princípios educacionais em terras brasileiras:

A educação de modo mais intencional se dava nos colégios e nas missões. Acontecia também, de modo mais informal, nas senzalas, nas casas das famílias e em alguns organismos sociais, como irmandades, ordens terceiras paróquias e corporações de ofício. Tal educação tinha, como principais agentes, a igreja católica que, consoante com o Império, atuava no campo educacional, no campo religioso e direcionava a moral, a ética, os costumes, os direitos e os deveres do homem colonial. A serviço da Igreja e atuando na educação e evangelização estavam parcelas do clero diocesano e as ordens religiosas aqui instaladas, capitaneadas, é claro, pela Companhia de Jesus (CASIMIRO, 2008, p. 45).

Vale destacar que no Brasil-Colônia, a educação empregada na Europa pelos jesuítas teve que tomar rumos diferentes, pois as dificuldades e barreiras culturais encontradas em terras brasileiras foram diversas, e a incorporação de novos elementos que pudessem introduzir alguns elementos de instrução e evangelização foram utilizados.

Não poderia se esperar que a mesma educação que era desenvolvida em colégios para a elite européia fosse a mesma aplicada aos nativos, que possuíam costumes totalmente diferentes dos ocidentais. As diferenças acentuavam-se pela dificuldade de comunicação, e os jesuítas tiveram que aprender a língua dos indígenas para terem acesso a esses - considerando ainda a existência de diversas tribos que falavam em diferentes línguas – além de incorporar novos elementos na catequização.

Casimiro destaca que existem análises sobre o momento histórico que estão “contaminadas pelo ‘presentismo’, passando a julgar, segundo os critérios atuais, o nível de consciência da Época colonial” (CASIMIRO, 2008, p. 27). Observa-se nas

obras de Alexandre de Gusmão, que este defende uma educação e instrução para todos, inclusive mulheres, crianças e filhos de sertanejos pobres. Todavia, em nenhum momento cita a educação para negros escravos.

O Seminário fundado por Gusmão possuía caráter popular. Dessa maneira, a educação era consoante ao momento histórico, pois, embora existissem divergências sociais, tais como a escravidão, a educação defendida pelo padre jesuíta abrangia em tese grande parte da população. A disciplina estabelecida pela Companhia de Jesus, também foi grandemente incorporada, pois as recomendações do *Ratio Studiorum*, os filósofos estudados por membros da Ordem e os preceitos cristãos de educação e conversão estão explícitos em todas as obras do padre.

Ao tratar da importância histórica das obras do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, fato indiscutível é que para se analisar a formação da educação no Brasil, temos que discutir a história da Companhia de Jesus e seu método de ensino. Isto porque a educação para as crianças pequenas traçada por Gusmão no século XVII representa apenas um dos diversos aspectos do grande projeto evangelizador dos jesuítas para o Brasil, embora o faça com maestria, se tornando assim uma fonte fiel de pesquisa para a educação da época.

A Companhia de Jesus tinha como missão a disseminação da fé católica por meio da catequização, pregação, confissão e educação como recursos concomitantes para o homem chegar ao seu fim maior predestinado. E, por serem composições organizadas no final do século XVI, as obras escritas por Alexandre de Gusmão são, de certa forma, o ápice do projeto da Reforma Católica no que se diz respeito à propagação do catolicismo, pois Gusmão escreveu peças, textos e sermões com explícitos propósitos catequéticos, nos quais se pode ter uma noção da implantação da religião cristã na sociedade brasileira.

Alexandre de Gusmão utilizava a educação de crianças pequenas – algo que ainda não havia sido feito no Brasil – e outras formas de escrita (como alegorias) para adaptar a mensagem teológica para a mensagem popular de fácil entendimento e aceitação, permitindo que, posteriormente, por intermédio de sua obra, possamos analisar o projeto pedagógico e o intuito da catequese no Brasil colonial.

6. CONCLUSÃO

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 e aprovada em 1540, desempenhou importante papel em terras brasileiras, pois atuou de maneira quase que hegemônica na educação colonial por mais de dois séculos. De 1549, quando primeiramente desembarcaram até a data de sua expulsão em 1759, os padres dessa Ordem fundaram colégios, seminários e casas de primeiras letras. Desenvolveram missões, catequizaram índios, foram encarregados da educação dos mandantes coloniais e seus descendentes e desempenharam importante papel político na colônia, o que trouxe oposição ao próprio trabalho jesuítico.

Estudar a Companhia de Jesus e o Brasil colonial ainda é algo polêmico e que traz alguns desafios. Isto porque a Ordem, desde sua fundação, tem recebido fervorosas críticas ou demasiados elogios. O reflexo desses posicionamentos na literatura é que existem livros apologéticos, geralmente escritos por padres da Ordem, ou então criticados por toda a falha no ensino que se estende até os dias atuais, no caso do Brasil.

É comum o discurso de que os jesuítas ofereciam uma educação elitista, centrada no professor, fundamentada no ato de decorar. Baseado nesse posicionamento, é importante considerar que a Companhia de Jesus, após sua expulsão em 1759, voltou a atuar no Brasil em 1842, e não obteve o mesmo destaque desde então. Mudanças políticas e reformas educativas ocorreram, portanto existiram momentos em que a organização da educação e do sistema de ensino poderiam ter sido reformuladas, de maneira que todos tivessem acesso a uma educação emancipadora.

Faz-se necessário, dessa maneira, um olhar crítico ao afirmar que a atuação jesuítica seja a causadora de todas as mazelas educacionais brasileiras, e avaliar até onde o raio de influência da Companhia de Jesus se estende, e se o mesmo não pôde ser superado até a atualidade. É fato que a educação jesuítica não era uma educação revolucionária, mas culpá-la por todo um sistema educacional que favorece a manutenção de um ensino elitista, é algo que necessita de profunda

análise, até porque, deve-se considerar que o momento histórico era outro, portanto a organização da sociedade era diferente.

Mais do que criticar ou glorificar os jesuítas deve ser questionado o porquê desses posicionamentos que dificultam a pesquisa até a contemporaneidade. O contexto político e social amplia a discussão sobre o papel desenvolvido pelos jesuítas na educação colonial, mas que, no entanto, muitas vezes não é abordado nos livros.

Os desafios da pesquisa do período colonial no Brasil se iniciam quando não encontram-se tantas obras sobre o tema. É fato que os estudos em História da Educação no período colonial são minoria se comparados a outros momentos. A escassez, manutenção, armazenamento e acesso às fontes são mais difíceis, pois se tratam de obras raras, muitas vezes perdidas em arquivos e bibliotecas.

Justifica-se também que tudo o que foi dito sobre o período já foi estudado. No entanto, os traços do ensino jesuítico na educação estão presentes e seu papel fundamental não pode ser negado e, assim como esta pesquisa demonstra, muito material ainda não foi analisado, nem ao menos descobertos. E a importância de estudar esse período se dá na necessidade de analisar o que significava a implantação de uma cultura letrada na Colônia.

O recorte dessa pesquisa priorizou o século XVII, no qual Alexandre de Gusmão viveu, e a ação jesuítica do período. Compreender a atuação da Companhia de Jesus nesse momento, que Echaníz (2006) afirma como todo o esplendor da ação educacional da Ordem, significa compreender como se dava e o que significava o estabelecimento da educação no Brasil colonial.

A educação jesuítica, que ocorria dentro dos colégios, seminários e casas de primeiras letras, tinha como objetivo a formação intelectual dentro dos princípios cristãos, que por sua vez implicavam na manutenção da fé católica e no apoio da reforma da própria Igreja.

Essa instrução não era oferecida a toda a sociedade colonial, mas apenas a uma pequena fração dessa. Tinham acesso a educação os filhos dos mandantes coloniais, dos que detinham poder e prestígio na colônia. Alguns estabelecimentos de ensino recebiam filhos de sertanejos, como no caso do Seminário de Belém da

Cachoeira. Todavia, independentemente da origem de seus alunos, o educando ali formado passava a atuar na sociedade de maneira que não era mais a mesma de antes de sua educação, diferindo da maioria dos demais indivíduos da colônia, isto porque ele estava preparado para atuar em funções que o trabalho intelectual era valorizado.

Conclui-se, desta maneira que, a educação jesuítica favorecia a formação de uma classe social, estabelecendo em terras brasileiras a educação de classe. No entanto, a forma de instrução no período não é motivo para que a Companhia de Jesus ou o período colonial deixe de ser estudado, muito pelo contrário, pois a educação é um reflexo de como se organiza uma sociedade.

Estudar a educação jesuítica em terras brasileiras no século XVII é estudar uma sociedade agrária, com grandes propriedades, mão-de-obra escrava e conflitos culturais. A influência da Ordem no mundo contemporâneo é percebida em diferentes âmbitos, não somente no educativo, mas também na perspectiva de que não havia uma separação da vida religiosa com a vida civil, como ainda ocorre atualmente no Brasil. Para Neves (1978), na sociedade colonial, não apenas os padres e os indígenas, mas toda a população exibia em culto público seu caráter cristão, ou seja, discute-se assuntos seculares, mas a argumentação e justificativa é sempre cristã. Dessa maneira, a “sociedade colonial não conhece a distinção entre sociedade civil e sociedade religiosa; são uma única e solidária organização” (NEVES, 1978, p. 77).

Na catequização dos indígenas, havia intencionalidades. Não apenas de “humanização” dentro dos preceitos do homem branco ocidental civilizado, mas também de manutenção da cultura portuguesa. A cultura letrada pertencia, era desenvolvida e elaborada por uma camada social que possui certo poder, e a educação intelectual representava a continuidade deste poder político. Isto porque formavam-se filhos da elite para exercer o poder político posteriormente. Assim a educação apenas ratificava a organização social.

Os padres jesuítas não eram apenas missionários e educadores, mas também homens de negócios dentro da colônia, possuíam influência, bens, terras, fazendas de gado e poder político, bem como poderiam ser considerados como funcionários da coroa portuguesa.

Apesar de alguns padres terem se posicionado contra a escravidão indígena, alguns também se posicionaram a favor da escravidão e escreveram diversos textos justificando essas ações, o que mostra os jesuítas como homens do seu tempo, que atuavam dentro da burocracia administrativa da colônia. Dessa maneira, pode-se concluir que a ação jesuítica não foi apenas educativa, mas também política e econômica.

Os padres da Companhia de Jesus escreveram em terras brasileiras diversas obras, como peças teatrais, novelas, sermões, entre outros. Este trabalho procurou analisar a concepção de educação nas obras de Alexandre de Gusmão, as quais por sua vez, são pouco estudadas até o momento.

Os textos catequéticos e sermões de Gusmão foram obras escritas em meio ao clima da pujança jesuítica na educação e na catequese, que expressam brilhantemente a própria filosofia educacional dos jesuítas. Podemos considerar assim que as obras de Gusmão representam o ápice do projeto da Companhia de Jesus no que se diz respeito à educação infantil e propagação do catolicismo, propondo também uma reforma familiar. Por intermédio desses livros, obtém-se também a noção da implantação da religião cristã numa sociedade pagã e escravocrata. Lembrando que no século XVII houve uma grande valorização da infância, devido às reformas religiosas, nas quais as crianças eram tidas como a salvação da humanidade, portanto, preservando e consertando-as, seria possível mudar o rumo da humanidade. Este fato torna a obra de Gusmão ainda mais necessária como objeto de estudo, ratificando sua importância no cenário da educação de crianças pequenas.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1685. Disponível em: <<http://purl.pt/6369>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio**. Évora: Oficina da Universidade, 1678.

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito**. Évora: Oficina da Universidade, 1685.

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus**. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1689.

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos**. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal, 1686.

ANTONIO VIEIRA. **Cartas do Brasil**. Introdução e organização por João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.

CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS E NORMAS COMPLEMENTARES. São Paulo: Loyola, 2004.

ERASMO DE ROTTERDAM. **De Pueris (Dos Meninos) – A Civilidade Pueril**. São Paulo: Escala, s.d.

JOSEPH DE ANCHIETA. **Teatro de Anchieta**. Tradução, introdução e notas de Armando Cardoso (S.J.). São Paulo: Edições Loyola, 1977.

INÁCIO DE LOYOLA. **Exercícios espirituais**. São Paulo: Loyola, 2000.

LITERATURA DE APOIO

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de. **Dicionário de autores no Brasil Colonial**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

ALMEIDA BARATA, Carlos Eduardo de; CUNHA BUENO, Antônio Henrique da. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. São Paulo: Ibero América Comunicação e Cultura, 1999. v 2.

ALVES, Gilberto Luiz. O Seminário de Olinda. In: LOPES, Eliane, Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 61–78.

AMBIRES, Juarez Donizete. Antônio Vieira e a vila de São Paulo. **Revista da Fundação Santo André**. Santo André, v. 2, p. 121-132, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar. **Instituição da subjetividade moderna: a contribuição de Inácio de Loyola e Martinho Lutero**. 170 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre a *Ratio Studiorum*. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 22, n. 1, 2000. p. 181–187, 2000.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das *Constituições* dos jesuítas (1539-1540). In: **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 24, n. 1, p. 103–113, 2002.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas do Pe. José de Ancheita. In: **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 257–265, 2003.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da Administração dos Bens Divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BELLO, Ruy de Ayres. **Pequena História da Educação**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1967.

BITTAR, Marisa. **O estado da arte em História da Educação brasileira após 1985: um campo em disputa**. Campinas: HISTEDBR, 2006. p. 1-24. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_078.html>. Acesso em: 02 dez. 2009.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Apontamentos sobre a Educação no Brasil Colonial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Orgs.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008. p. 17-50.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Economia cristão dos senhores no governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. 466 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CASTANHO, Sérgio E. M. A Educação Escolar Pública e a formação de professores no Império brasileiro. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 37-64.

COSTA, Célio Juvenal. Educação jesuítica no império português do século XVI: o colégio e o Ratio Studiorum. In: PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de (Orgs.). **Educação, história e cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007. p. 29-43.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial (1549 – 1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima

Maria (Orgs). **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009. p. 31–44.

DAHER, Andréa. A Conversão do Gentio ou a Educação como Constância. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 43-52.

DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna**: teoria, organização e práticas educacionais. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

ECHANÍZ, Ignacio. **Paixão e glória**: História da Companhia de Jesus em corpo e alma. São Paulo: Loyola, 2006. 4 tomos.

FERREIRA, António Gomes. Três propostas pedagógicas de finais de Seiscentos: Gusmão, Fenélon e Locke. In: **Revista Portuguesa de Pedagogia**. Ano XXII, Coimbra, p. 265 – 292, 1988.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio. Os jesuítas na pesquisa educacional. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 21, n. 78, p. 13-29, 2007.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas – O “Ratio Studiorum”**: introdução e tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Orgs). **Os Intelectuais da História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GAL, Roger. **Historia de la Educación**. Buenos Aires: Paidós, 1968.

GILES, Thomas Ranson. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GULLA, Maria Madalena Sorato. **História e memória da fundação do colégio Santa Cruz de Maringá (1952)**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane, Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 19–41.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e Política Católica Ibérica no Século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo (Orgs.). **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 13-42.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Educação jesuítica no Brasil colonial: um estudo baseado em teses e dissertações. In: PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de (Orgs.). **Educação, história e cultural no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007. p. 113-127.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

HUBERT, René. **História da Pedagogia**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982. t. 1.

LEITE, Serafim. **A História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004. 4 v, t. I-III.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 5. Ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história**: Possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MENEZES, Raimundo de. **Dicionário Literário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 3.

MONROE, Paul. **História da Educação**. 10. ed. São Paulo: Ed.Nacional, 1984.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**: Colonialismo e Repressão Cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História (1500-2000)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 1996.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese (1549-1600)**. São Paulo: Arkhé, 2006.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane, Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 43–59.

PAIVA, José Maria de. **O método pedagógico jesuítico (uma análise do Ratio Studiorum)**. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981. (apostila).

PAIVA, José Maria de. Religiosidade e cultura brasileira século XVI. In: PAIVA, José Maria de; BITTAR, Marisa; ASSUNÇÃO, Paulo de (Orgs.). **Educação, história e cultura no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007. p. 07-28.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane, Marta Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79–94.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ROSA, Henrique. **Os jesuítas: de sua origem aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 1954.

RUCKSTADTER, Flávio Martins Massami. **Análise da construção histórica da figura “heróica” do padre José de Anchieta**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Presença Jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. **A História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Dicionário Enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995. v 1.

SCHNEIDER, Roque. **José de Anchieta**: seu perfil e sua vida. São Paulo: Loyola, 1997.

SILVA, Márcia Regina da; BITTAR, Marisa; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica da produção científica em História da Educação Brasileira. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. **Anais....** Porto: SPCE; São Paulo: ANPED/SBHE, 2008. v. 1. p. 1-11. Disponível em:
<http://web.lettras.up.pt/7clbheporto/trabalhos_finais/eixo8/IH1246.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

VIEIRA, Paulo Henrique; ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar. O tema do calvinismo nos manuais de História da Educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais....** Uberlândia: ANPed/SBHE. 2006. p. 1016-1026. Disponível em:
<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/90PauloHenriqueVieira_CezarArnautToledo%20.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

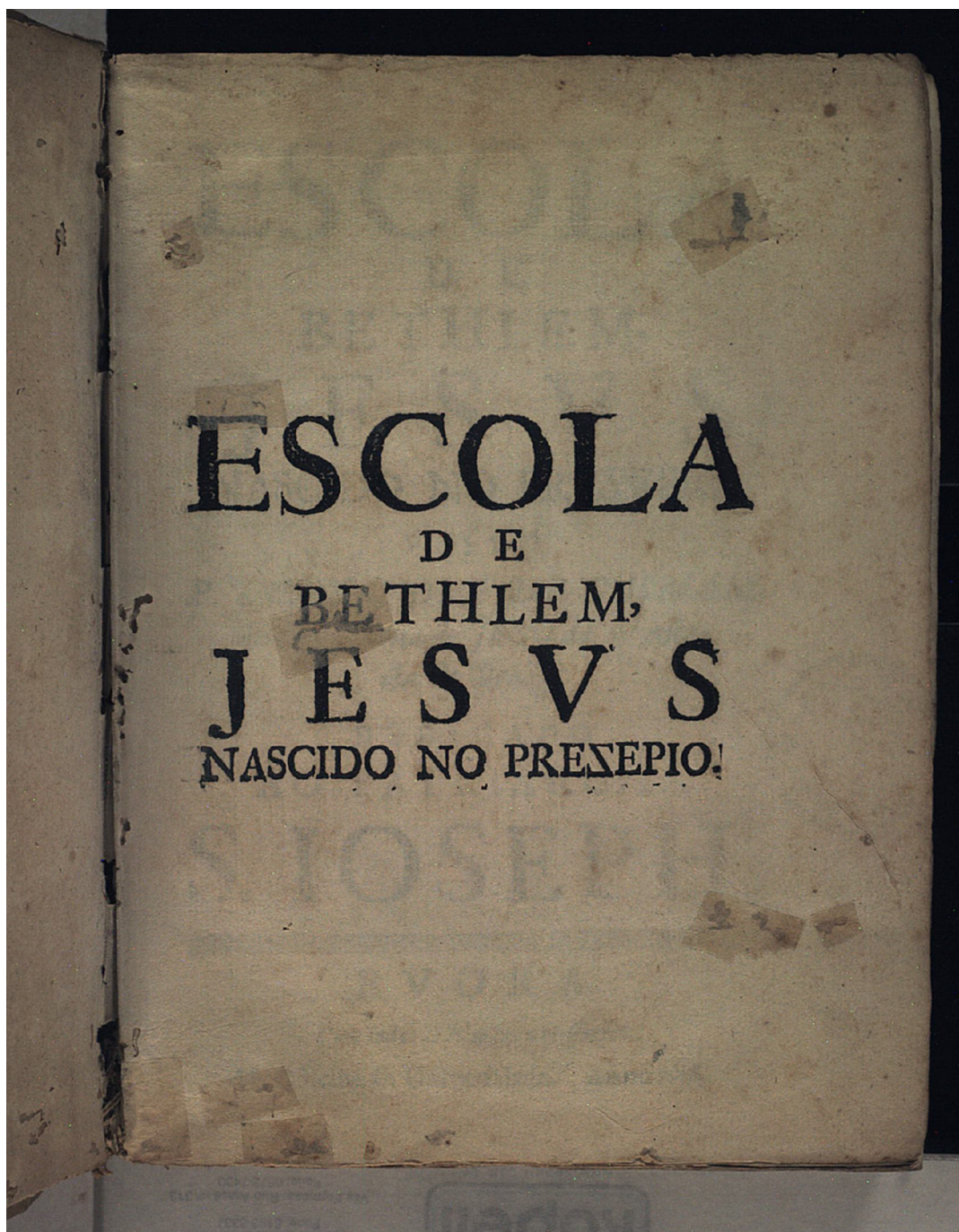
VILHENA, J. Nunes. Aparecimento miraculoso da imagem de Santa Catarina. **A Gazeta**, São Paulo, 28 ago., 1956. p. 33.

ANEXOS

ANEXO A

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio.** Évora: Oficina da Universidade, 1678.

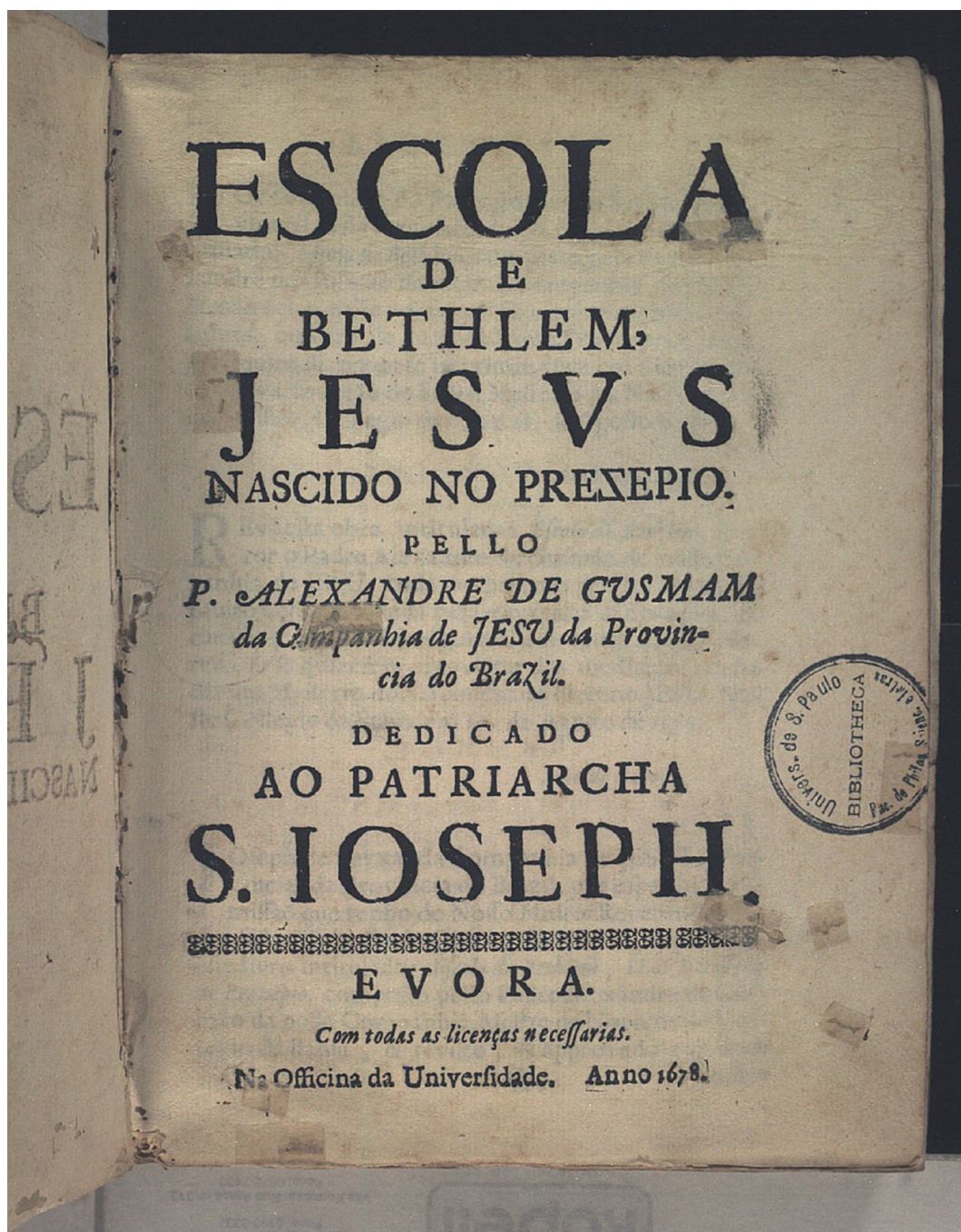
Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO B

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio.** Évora: Oficina da Universidade, 1678.

Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

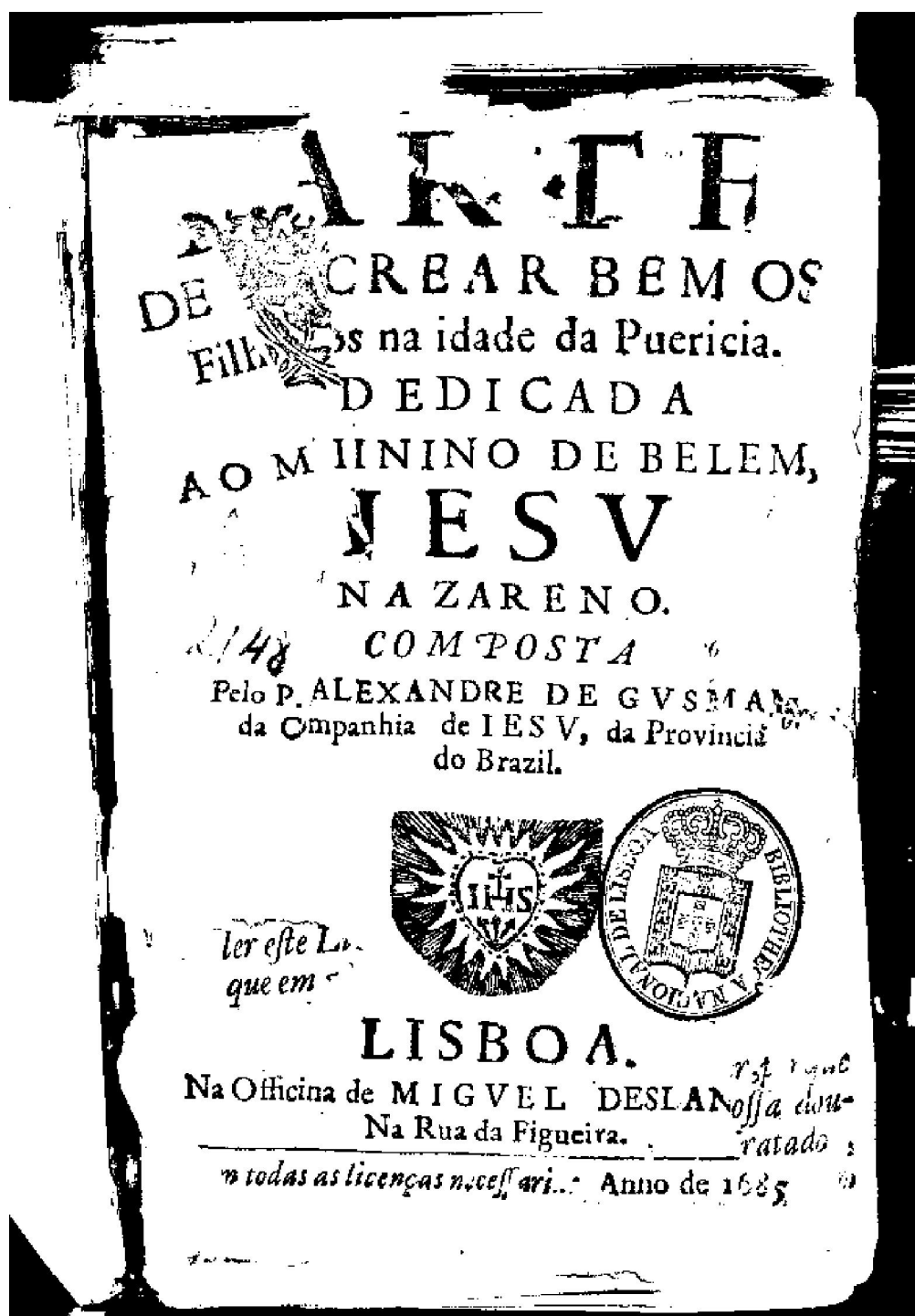


ANEXO C

ALEXANDRE DE GUSMÃO. Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia.

Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1685. Disponível em: <<http://purl.pt/6369>>.

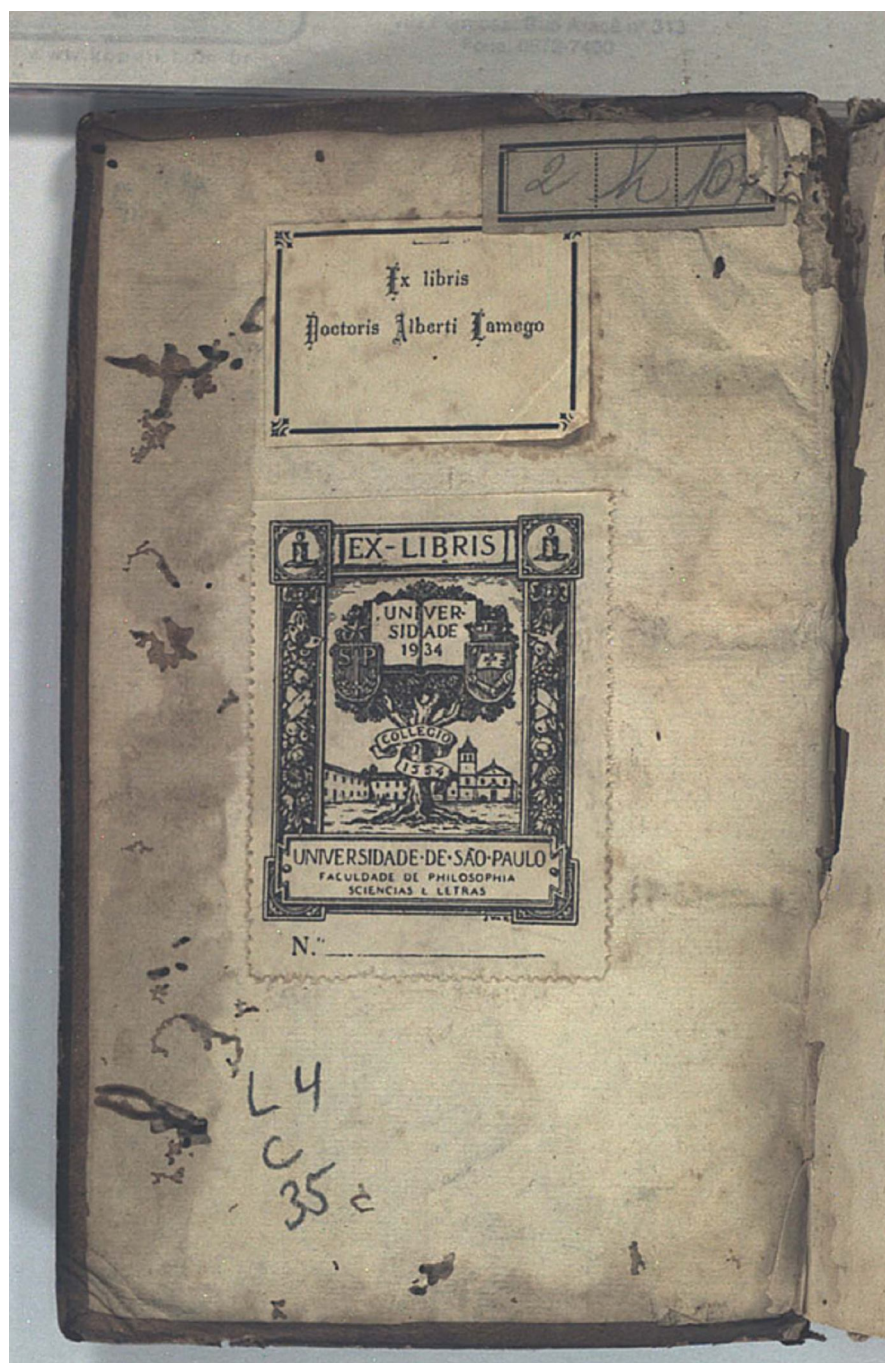
Acesso em: 15 jul. 2007.



ANEXO D

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito.** Évora: Oficina da Universidade, 1685.

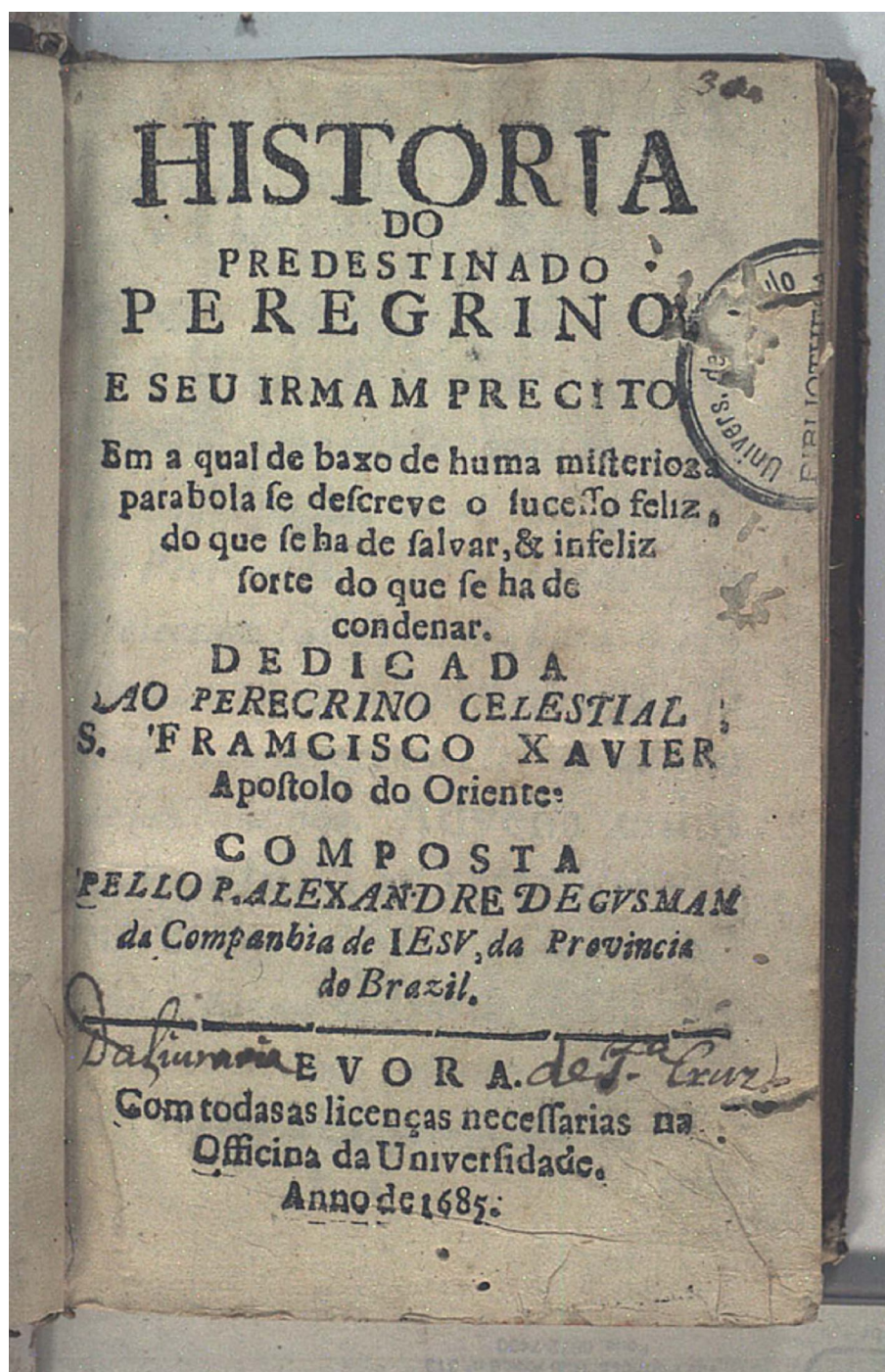
Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO E

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito.** Évora: Oficina da Universidade, 1685.

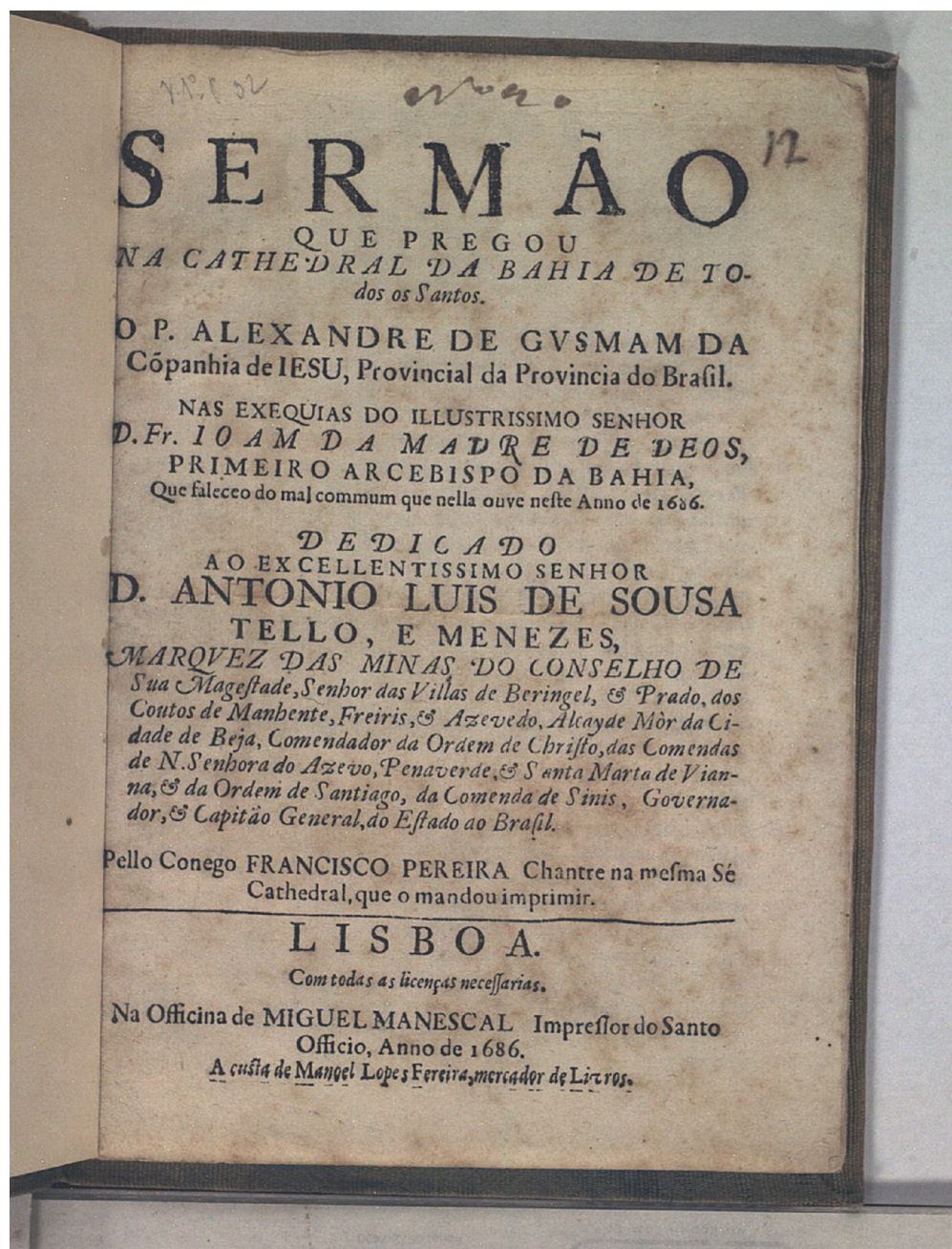
Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO F

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos.** Lisboa: Oficina de Miguel Manescal, 1686.

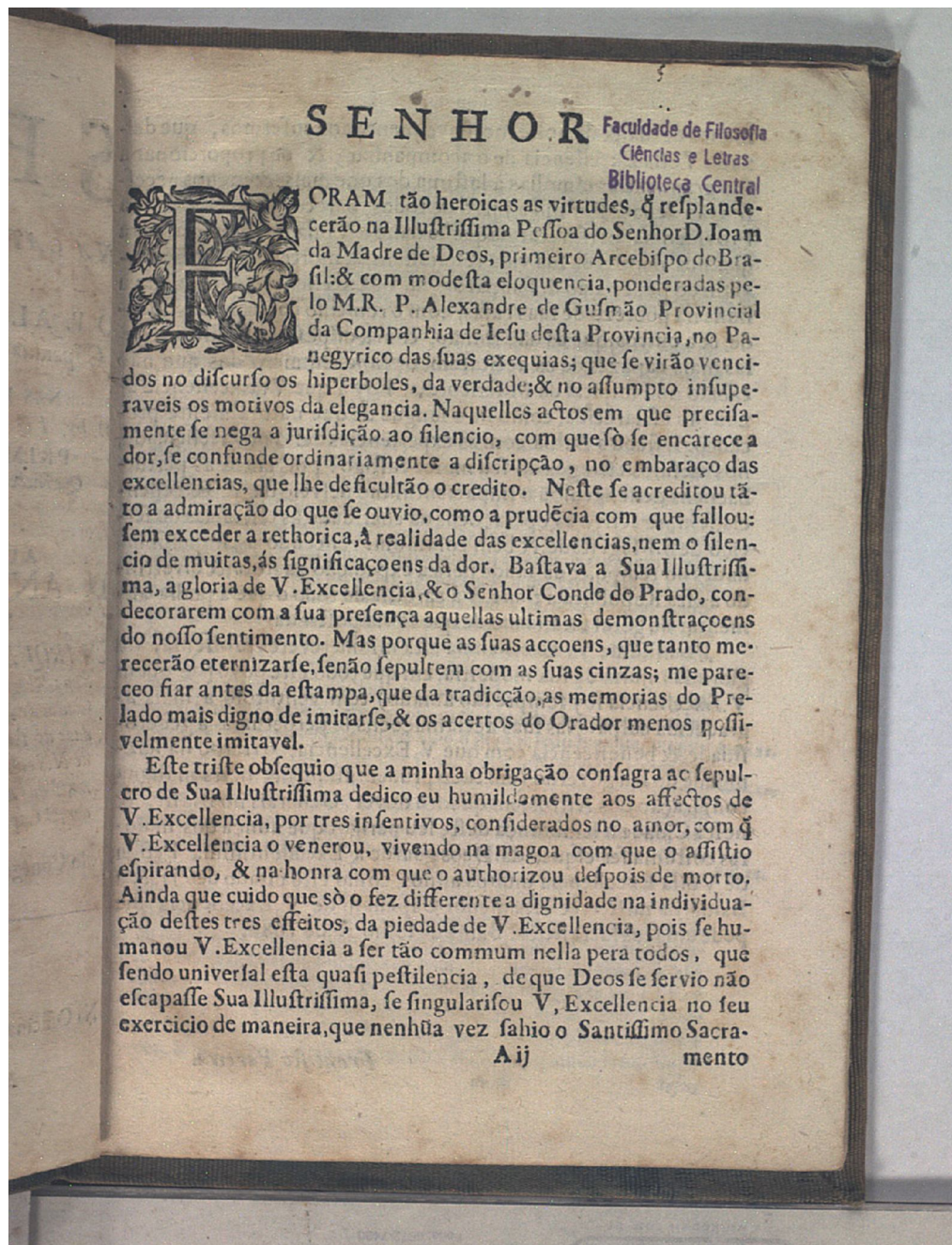
Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO G

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Sermão que pregou na Catedral da Bahia de Todos os Santos.** Lisboa: Oficina de Miguel Manescal, 1686.

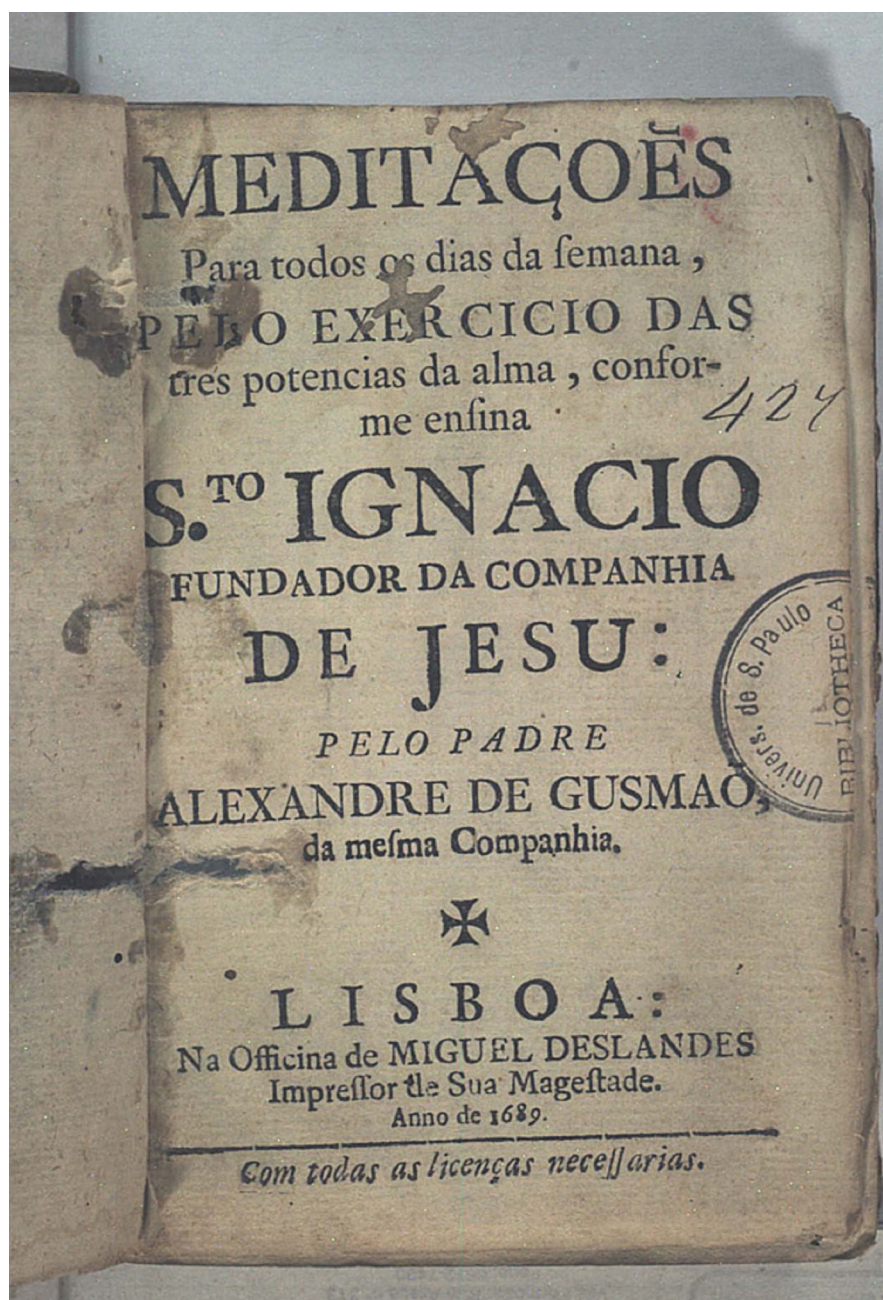
Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO H

ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Meditações Para Todos os dias da semana, pelo exercício das três potencias da alma, conforme ensina Sto. Inácio fundador da Companhia de Jesus.** Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1689.

Material digitalizado disponível no arquivo de obras raras do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).



ANEXO K

VILHENA, J. Nunes. Aparecimento miraculoso da imagem de Santa Catarina. A Gazeta, São Paulo, 28 ago., 1956. p. 33.

Nossos historiadores silenciam muitos fatos registrados pelos principais cronistas dos primórdios de nossa História, de evidente interesse cultural.

Já mencionamos anteriormente, com abundância de pormenores, a acidentada vinda da imagem de Santo Antônio para o Brasil, com grande recepção a três de dezembro de 1595.

Não menos importante que este fato é a tragédia vivida pela Imagem de Sta. Catarina, durante um século mergulhada nas profundezas do mar, em Santos.

Foi adrada às ondas marítimas em 1592, quando os ingleses invadiram São Vicente. Fato que ocorreu, segundo A. ... (H. S. P. pag. ...).

"Pelo Natal de 1591, a marinagem de Thomas Cavendish de novo e agora com certo sucesso, assalta e pilha a Vila de Santos, incendiando varios engenhos no caminho de São Vicente. Ai permanece dois meses, desertando da sua frota Henry Bavel e Anthony Knivet. Uma expedição do planalto obriga o famoso pirata a embarcar nos seus navios, quando ele volta a atacar a vila, aos 1592. Os defensores matam varios dos seus capitães, como Stafford, Southwell e Barker. Repellido tambem no Espírito Santo, Cavendish falece, quando de regresso para a Inglaterra".

Talvez tenha-se dado este episódio da Imagem, nessa ultima invasão.

Frei Gaspar da Madre de Deus descreve o fato com os antecedentes da Imagem. Conta-nos que Luis de Góes, irmão do donatário Pero de Góes, aqui chegado na era afon-

sina, em companhia da sua esposa Catarina de Andrade e Aguiar, estabeleceu fazenda nas proximidades de São Vicente.

Este casal, mandou fazer, de barro, uma imagem de Santa Catarina, erigindo-lhe uma capelinha no outeiro que tem esse nome.

Em 1553, Luis de Góes e sua esposa resolveram deixar São Vicente. Venderam as suas propriedades e foram residir na Bahia.

Apos quatro décadas, ai chegaram os piratas ingleses, invadem e saqueiam a Vila conforme já se disse, quando então afluam ao mar a veneranda Imagem. Porém esta continuou sempre venerada pelo povo de Santos.

Um século depois, quando em certo dia os empregados dos jesuítas trabalhavam na pesca em alto mar, colheram na sua rede a Imagem de Santa Catarina, cuja historia se conservava atualizada e perene na tradição religiosa local.

"Ainda conserva a Sagrada Imagem, diz Frei Gaspar, algumas cascas de ostras, que nela se geraram, quando esteve no mar, e admira a circunstancia de a não terem despedaçado aqueles iconoclastas, costumando eles dilacerar as imagens dos Santos".

Aparecimento miraculoso da imagem de Santa Catarina

J. NUNES DE VILHENA

Por esse tempo, 1695 ou 1670, desempenhava o cargo de Reitor do Collegio de Santos, o ilustre jesuita Pe. Alexandre de Gusmão, depois, Provincial da Companhia de Jesus.

Recebendo a Imagem de Santa Catarina das mãos dos seus pescadores, colocou-a em altar da Igreja do Collegio, convocando em seguida, os fiéis, para que o ajudassem a reedificar uma Capela no outeiro de Santa Catarina, donde havia já desaparecido a primitiva. E com esmolas recebidas, edificou em tamanho maior e mais solida, onde preservou a Imagem para a posteridade, que desde então e sempre a veneraram todas as gerações.

Ocorre aqui um fato, que não diz respeito a Imagem já referida, mas, relacionado com um nome notavel; mencionado por Frei Gaspar nessa oportunidade, lembrando Francisco Lourenço, ao entregar ao Padre Alexandre de Gusmão, a educação do filho, mais tarde, celebre Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão, — o "Voador", que não pertenceu ao Instituto dos Jesuítas, mas teve a sua primeira formação no Seminario de Belem.

O Pe. Alexandre de Gusmão tem sido, por vezes, confundido com um seu homônimo natural de Santos. Ele porém, nasceu no ano de 1629, em Lisboa. No Brasil foi reitor dos Collegios do Espírito Santo e da Bahia. Por duas vezes Provincial da Companhia de Jesus. Fundou o Seminario de Belem da Cachoeira, em que se formou o inventor da aeronautica. Foi missionario nos sertões e esteve cativo dos piratas. Habi entalhador e tambem romancista, autor do romance allegorico e moral, "Historia do Predestinado", razão por que é considerado o nosso primeiro romancista. Faleceu, em Cachoeira, na Bahia, no ano de 1724.

Este notavel Jesuita, dirigiu a formação de Bartolomeu Lourenço de Gusmão. A preferencia do jovem recaiu, entretanto, no estado de sacerdocio secular, indo ele terminar os estudos em Portugal. Mas, o Padre Alexandre de Gusmão, seguiu-lhe os passos, conforme o desejo de Francisco Lourenço, desde que o entregara o filho em São Vicente.

TAPETES C

FEITOS

Felpa alta, cortada
— A ultima criação para
Aceitamos encomendas de
T E X T I L B L U
RUA JOAQUIM FLORIANO N.